

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES

Matheus Carlos Oliveira de Lima

OS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL: o
pensamento de Caio Prado Júnior entre 1940 e 1970 e a interpretação do Brasil

MACEIÓ
2020

MATHEUS CARLOS OLIVEIRA DE LIMA

OS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL: O
pensamento de Caio Prado Júnior entre 1940 e 1970 e a interpretação do Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Arrizete C. de L. Costa

MACEIÓ
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

L732s Lima, Matheus Carlos Oliveira de.
Os sentidos do desenvolvimento econômico do Brasil : o pensamento de Caio Prado Júnior entre 1940 e 1970 e a interpretação do Brasil / Matheus Carlos Oliveira de Lima. – 2020.
153 f.

Orientadora: Arrizete C. de L. Costa.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 147-153.

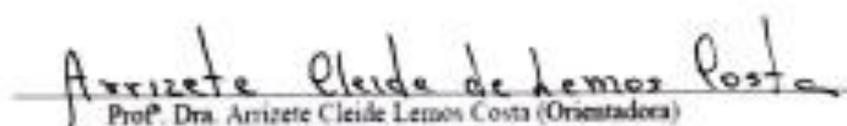
1. Prado Júnior, Caio, 1907-1990. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Colonização - Sentido. 4. Pensamento social - Brasil. 5. Desenvolvimento capitalista. I. Título.

CDU: 330.8(81)

MATHEUS CARLOS OLIVEIRA DE LIMA

OS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL: o
pensamento de Caio Prado Júnior entre 1940-1970 e a interpretação do Brasil

Dissertação submetida ao corpo
docente do Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Alagoas e
aprovada em 25 de setembro de
2020.


Prof. Dra. Arrizete Cleide Lemos Costa (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado (Examinador Externo)
Instituto Federal de Alagoas



Prof. Dr. Golbery Luiz Leiva de Moura (Examinador Externo)
Ministério da Economia

Para *Seu Bui* e *Dona Maria* que ficaram tão pouco tempo em minha vida, mas sem nenhum estudo ou formação acadêmica me ensinaram o fundamental da humanidade: amor e companheirismo.

A Poly, Luizinho e bebê que está chegando, amores da minha vida, isso foi para vocês. Desculpem-me por todo sacrifício. Muito obrigado por darem razão a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos Limas e Pereiras, famílias que se empenharam em potencializar o melhor de mim.

A Gabriel, meu irmão de sangue, de luta e de sonhos. Nosso pai se orgulharia da gente.

À professora Arrisete, exemplo humano de historiadora, espero seguir seus passos no rigor e disciplina no estudo da História. Muito obrigado por tudo, principalmente pela luta em se fazer presente nesse processo.

Ao professor Fabiano Duarte pela presença paterna e inspiração intelectual militante. Muito obrigado pelas cobranças, sem elas esse trabalho não teria saído.

Ao professor Golbery Lessa pela generosidade na orientação e pelas orientações sobre a História do Pensamento Social Brasileiro.

Aos meus companheiros do Grupo Seminário, Adrícia, José Augusto, Higor e Hugor sem vocês minha formação não teria tido a qualidade que teve. Muito obrigado por todos os debates e apoio mútuo.

Aos meus alunos, combustível para o estudo diário. Muito obrigado pela torcida, pelo carinho e compreensão nos momentos difíceis. Esse trabalho é para vocês.

Aos meus companheiros de luta na docência na educação privada, vocês são exemplos de dedicação e empenho por uma educação de qualidade e emancipadora. Em especial à Antônio Júnior, irmão que a luta diária me deu, muito obrigado pelo apoio e torcida, venceremos.

Aos meus camaradas do Partido Comunista Brasileiro e da União da Juventude Comunista, que na inspiração de Caio Prado Júnior seguem interpretando e lutando pela transformação da realidade brasileira.

À CAPES pelo financiamento, sem ele este trabalho não seria possível. Que o investimento na educação pública e de qualidade retorne para garantir a formação nas Universidades de mais filhos da classe trabalhadora.

“[...] Porque é tempo de tudo ou nada.

É tempo de Rebeldia.

São tempos de rebelião.

É tempo de dissidência.

Já é tempo dos corações pulares fora do peito

Em passeata, em multidão

Porque é tempo de dissidência

É tempo de revolução”.

(Dissidência ou a arte de dissidiar, Mauro Iasi, 2013).

RESUMO

A presente dissertação tem como temática os sentidos do desenvolvimento econômico brasileiro a partir do pensamento de Caio Prado Júnior construído entre as décadas de 1940 e 1970. Este trabalho intenta compreender a vitalidade do pensamento caiopradiano assim como também o percurso que este intérprete percorreu na construção da sua contribuição acerca da evolução histórica, política e econômica do Brasil. Para isso, foi-se necessário compreender a condição da produção em História Econômica e Economia Política, procurando desta maneira contextualizar o cenário onde se produz as interpretações das formas históricas do capitalismo, assim também problematizamos como a Economia Política foi descaracterizada com o processo de hegemonização do modo de produção capitalista. Outro fator fundamental na construção da pesquisa que culminou neste trabalho foi a compreensão com arsenal teórico oferecido pela teoria marxista da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux, pela qual foi possível acessar às condições de produção do discurso caiopradiano, assim como a formação ideológica de Caio Prado Júnior. Por esse meio alcançamos o entendimento de que o intelectual em questão estava submetido às condições conjunturais específicas que marcaram sua contribuição, principalmente no tocante ao empenho em construir uma teoria interpretativa da realidade brasileira a partir das suas formas particulares e não com a transposição de modelos teóricos baseados em outras realidades históricas. Por fim, que as contribuições teórico-interpretativas de Caio Prado Júnior imprimiram desdobramentos como a *via colonial de entificação do capitalismo brasileiro* proposta por José Chasin, que passa a vigorar com principal herança intelectual do autor de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942).

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social Brasileiro. Caio Prado Júnior. Sentido da Colonização. Desenvolvimento capitalista.

ABSTRACT

This dissertation is themed on the ways of Brazilian economic development through Caio Prado Júnior's thinking, built between the 40s and the 70s. This work intends to comprehend the vitality of "caiopradian" thinking, as also the trajectory on which this interpreter followed while making his contributions on the historical, political and economic evolution of Brazil. In order to do this, it was necessary to understand the production conditions on Economic History and Political Economy, thus seeking to contextualize the stage on which interpretations of the historical shapes of capitalism are made, so we also question how the concept of Political Economy was undermined through the process of hegemony of the capitalist production mode. Another main factor brought up in research that led to this work was the comprehension using the theoretical arsenal offered by the Marxist Theory of Speech Analysis, founded by Michel Pécheux, through which it was possible to reach to the production conditions of "caiopradian" discourse and also to Caio Prado Júnior's ideological formation. Through these means, we have reached the understanding that the aforementioned intellectual was subject to a series of specific conjuncture conditions that were marked in his contributions, especially in his effort to build an interpretative theory of the Brazilian reality from its particular shapes, rather than to just transpose theoretical models based on other historical realities. Finally, that Caio Prado Júnior's theoretical and interpretative contributions led to a series of developments like the *Brazilian capitalism's colonial way of entification*, as proposed by José Chasin, that comes to pass as the primary intellectual inheritance from the author of *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).

Keywords: Brazilian Social Thinking. Caio Prado Júnior. Colonization Way. Capitalist Development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR	15
2.1	Formação ideológica caiopradiana	24
2.2	Condições de Produção do Discurso Caiopradiano	35
3	A ENCRUZILHADA DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	63
3.1	Caio Prado Júnior e os sentidos do Pensamento Social Brasileiro	73
3.2	A relação entre Economia Política e Historiografia Econômica	88
4	O SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO	105
4.1	Do sentido da colonização à Revolução Brasileira	109
4.2	A via particular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro	124
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
6	REFERÊNCIAS	147

1 INTRODUÇÃO

A interpretação das questões que cercam e com as quais interagem os indivíduos é uma tarefa árdua, tendo em vista que muitas vezes elementos da atualidade podem ter suas raízes em profundezas históricas bem distantes. Essa condição demanda do pesquisador uma posição ativa, provocando-o a escavar o passado para notar os fios que permeiam a sua realidade. Este movimento se relaciona com o trabalho do historiador e mais precisamente, com aqueles que se dedicam à construção de interpretações da realidade social em que vivem. Implicando, desta forma, numa dupla relação que envolve passado e presente, com traços de continuidade e ruptura.

A nação é um tema que envolve essa dupla relação, onde traços dos dias atuais estão enraizados num passado histórico e contraditório. Com isso, a profunda desigualdade econômica, a dependência do mercado internacional, a submissão aos interesses externos, a superexploração, assim como também a condição de “país emergente” são questões cotidianamente suscitadas e debatidas, mas que muitas vezes relegam sua fundamentação histórica.

Para tanto, é importante frisar que durante a década de 1930, ocorreu um recorte na historiografia brasileira no sentido da construção de uma perspectiva histórica e sociológica que levasse em consideração aspectos mais concretos na explicação da formação da nação brasileira. Tarefa intensa, num contexto de grandes e rápidas transformações que precisavam ser explicadas na medida em que se fazia uma posição crítica em relação à produção historiográfica que havia sido produzida até o momento.

Desta maneira, Gilberto Freyre (1900-1987), Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Júnior (1907-1990), assim como outros autores, tais quais Alberto Torres (1865-1917), Azevedo do Amaral (1881-1942), Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e Alberto Passos Guimarães (1908-1993), passaram a se empenhar na construção de um sentido de nação, na explicação da realidade brasileira e não na fabricação de grandes heróis ou símbolos. Os três primeiros autores mencionados, pelo fôlego de suas obras, mas fundamentalmente por seu caráter inovador, foram consagrados como clássicos do pensamento social brasileiro.

Eles estão inseridos no campo epistemológico das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, cada um com sua especificidade, como pilares no processo de formação de historiadores, sociólogos, antropólogos e de uma forma menos direta, de economistas, assistentes sociais e advogados. Esses intelectuais ao redefiniram o patamar de como se interpreta a realidade brasileira, lançaram questões e perspectivas que possuem seus sentidos disputados até os dias de hoje.

Desta forma, considera-se que um dos sentidos mais disputados entre as décadas de 1940 e 1980 foi o de desenvolvimento nacional, tendo em vista a sua pertinência para o cotidiano das pessoas, sendo, por isso, elemento de promessas e debates entre postulantes e ocupantes de cargos executivos e legislativos.

A questão do desenvolvimento nacional se apresenta em disputa nesse âmbito através das estratégias adotadas pelos governantes por meio de políticas públicas direcionadas à uma determinada concepção de dinâmica econômica. Podendo apostar numa linha de maior intervenção do Estado estimulando a indústria nacional, por exemplo, ou procurando alterar essa dinâmica por meio de incentivos ao capital externo. Outro aspecto que pode ser mencionado nesta ocasião são as linhas neoliberais e neodesenvolvimentistas de atuação do Estado.

Os pensadores clássicos acima citados se debruçaram sobre a temática do desenvolvimento nacional, todavia, ela teve para Caio Prado Júnior uma maior relevância, tanto do ponto de vista econômico, como histórico e político. Observa-se a frequência com que é expressa em seus artigos, livros, entrevistas e seminários. Sendo assim, este intérprete do Brasil, ao longo da pesquisa desenvolvida para a dissertação em tela, foi assumido como objeto de pesquisa, em especial, sua produção teórica acerca do desenvolvimento do Brasil.

Não obstante, algumas questões se fizeram necessárias na definição da pesquisa. O primeiro e principal ponto indaga como o pensamento de Caio Prado Júnior acerca do desenvolvimento nacional foi edificado e quais seriam seus sentidos. Junto a isso, percebeu-se necessário esquadrihar em que circunstâncias esse debate foi estabelecido, ao mesmo modo que se procura entender a importância da consideração das particularidades do desenvolvimento histórico de um país na interpretação da sua situação atual.

Problemas como estes visam mobilizar a pesquisa no sentido de aprofundar os temas levantados, assim como também norteiam a posição do pesquisador em relação ao objeto em

tela. Por isso, tem-se como objetivo central apresentar e debater a dinâmica da análise do pensamento caiopradiano acerca do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

De forma específica, contudo, foi contextualizada a produção da História do Pensamento Social Brasileiro, assim como também a situação da História Econômica; para isso, a compreensão das condições de produção do discurso (amplas e restritas) e do processo de formação ideológica de Caio Prado Júnior se faz necessária.

Ainda no tocante aos objetivos específicos, por fim, espera-se apresentar como o pensamento caiopradiano acerca do desenvolvimento nacional assume sua dinâmica, primeiro por meio do *sentido da colonização*, depois pelo *sentido da transformação planejada* e por fim através da *Teoria da Revolução Brasileira*.

No que se refere à baliza teórica deste trabalho destacamos a centralidade do materialismo histórico dialético, perspectiva teórico-analítica fundada por Karl Marx e Frederich Engels no século XIX, onde pelo qual construímos nossas reflexões no que confere à análise do objeto. Sendo assim, a investigação se deu por meio da análise das relações sociais antagônicas de classes fundadas no modo de produção capitalista.

Por esse meio, verificamos às contradições nas quais Caio Prado Júnior estava inserido, compreendemos a dinâmica histórica das relações de produção que fundaram a colônia e deram desdobramento ao processo histórico-econômico do Brasil. Também, por meio dessa baliza teórica, fizemos a análise do discurso caiopradiano, ao mesmo modo que procuramos verificar a sua disputa de sentidos no tocante à ideologia, esta também entendida a partir do materialismo histórico dialético.

Ainda na esteira de Marx e Engels consideramos que o método tem como referências as relações sociais de produção. Sendo assim, entendemos que há uma determinação social do método (MÉSZÁROS, 2009), por isso as perspectivas dos investigadores assim como a própria definição de seus objetos são permeadas por essas relações materiais de produção.

Diante desta consideração se pode afirmar, então, que a Introdução ou seção 1 desta dissertação, define os problemas; as balizas teóricas; os objetivos; a metodologia; os temas e problematizações sobre o objeto são construídos a partir de uma determinação social, das relações sociais em que o autor desta dissertação está submetido.

No tocante à metodologia, especificamente, o trabalho operou a partir do levantamento de fontes bibliográficas como textos, artigos e intervenções gerais feitas por Caio Prado Júnior. No processo de seleção, notou-se que três livros deste autor assumiam características contínuas e também de rupturas ou aperfeiçoamento: *Evolução Política do Brasil e outros estudos* (a partir da edição de 1953); *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *A Revolução Brasileira* (1966). Assim, o suporte no qual as análises foram debruçadas foram estes três livros.

Após o processo de levantamento e fichamento das fontes bibliográficas passou-se ao processo analítico construído através da Análise do Discurso francesa marxista¹, pela qual objetivamos a compreensão das condições de produção do discurso e a formação ideológica de Caio Prado Júnior. Sempre que possível, tentou-se verificar as continuidades de algumas destas condições de produção nos dias atuais, almejando notar a validade e atualidade das discussões levantadas ao longo do século passado.

No tocante à atualidade destas questões levantadas por Caio Prado Júnior, é fundamental considerar que muitas delas ainda são objetos de debate no Brasil. Todavia, cabe verificar a disputa de sentidos que elas podem assumir. Argumentar em nossos dias que o desenvolvimento do Brasil só é possível por meio de reformas direcionadas às condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, enquanto se confirma às condições de privilégio das classes dominantes é o exemplo de um sentido diverso que essa questão pode assumir.

Para Caio Prado Júnior, o sentido do desenvolvimento nacional era exatamente o oposto desse discurso hegemônico nos dias atuais. Ao mesmo modo, nota-se que o procedimento analítico desenvolvido por Caio Prado Júnior, que consiste na investigação e debate histórico acerca das questões econômicas e políticas do Brasil ainda se faz pertinente, sendo esta uma das condições que marca este autor como clássico da interpretação das relações sociais do Brasil.

Planos econômicos, medidas reformadoras, assim como o próprio papel da gestão pública são aspectos que em diversos momentos se baseiam na discussão acerca do capitalismo brasileiro. Modo de produção este que é objeto de questionamento, devido à sua incontabilidade voltada à autoexpansão e acumulação de capital que coloca em risco a existência humana. Esta discussão nasce nas primeiras décadas do século passado e vai

¹ Refere-se à interpretação lançada por Michel de Pêcheux

permeando as gerações de intérpretes do Brasil que se seguiram, fazendo com que se mantivessem acesas nos locais de produção e formação de debates acerca dos rumos do Brasil.

Para isso, três eixos correspondentes ao desenvolvimento das seções foram caracterizados como centrais para o desenvolvimento da pesquisa. O primeiro eixo (seção 2) diz respeito a como o desenvolvimento nacional tem seus sentidos disputados. Para nós, ele é um discurso, que se materializa como prática social, que é permeado por signos que podem ser muitas vezes antagônicos. Nesse sentido, esse alicerce norteador visa mediar a análise construída do pensamento caiopradiano acerca do desenvolvimento nacional. Para isso, nos ancoramos na escola marxista de Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux, em especial a partir das categorias analíticas *condições de produção do discurso e formação ideológica*.

Assim, entende-se que Caio Prado Júnior ao desenvolver sua interpretação do desenvolvimento nacional brasileiro estava submetido às condições conjunturais específicas que mediarão a produção do seu discurso, e além disso, outros aspectos mais amplos como às contradições históricas do Brasil e do capitalismo internacional também interferiram.

Enquanto que a formação ideológica implica na compreensão dos sentidos do discurso acerca do desenvolvimento nacional enunciado por Caio Prado Júnior. Por meio deste aspecto pretende-se entender os caminhos percorridos na ressignificação de sentidos e em como este intérprete social, notava a realidade em que estava inserido.

O segundo eixo (seção 3) foi construído a partir da emergência da História Intelectual e do Pensamento Social Brasileiro nos últimos anos. Este eixo/seção envolve três pontos de discussão. O primeiro ponto discute a condição que coloca mais uma vez em evidência o debate sobre os clássicos do pensamento brasileiro, em especial aqueles voltados à interpretação da formação do Brasil. O segundo ponto aborda o protagonismo dos intelectuais na sociedade, tendo em vista que a produção destes indivíduos estava voltada a um público específico, mas também à disputa da intervenção em ambientes como a elaboração e gestão de políticas públicas. E o terceiro ponto é o da produção em História Econômica e História do Pensamento Econômico. Faz-se, necessária essa problematização exatamente pelo fato de que nos dias atuais a produção acadêmica tem um sentido muito direcionado para o interior das próprias Instituições de Ensino.

E os tópicos que servem como direcionamento para aquilo que é visto ou não como importante para os departamentos é definido nestes ambientes e não na sociedade como um todo, situação que se distingue do momento inicial em que Caio Prado Júnior desenvolve suas intervenções.

O terceiro eixo (seção 4) norteador da pesquisa desenvolvida se deu a através da interpretação das categorias desenvolvidas por Caio Prado Júnior, procurando notar suas implicações nos dias de hoje. Desta maneira, almejou-se entender o trajeto deste autor a partir de três momentos históricos distintos e através de três categorias interpretativas: *sentido da colonização* (1942), *do sentido da transformação projetada* (1953) e *da Teoria da Revolução Brasileira* (1966).

Esse processo foi comparado a partir da teoria da “via colonial” de desenvolvimento do capitalismo brasileiro (Mazzeo, 2015), a qual tem como ponto nodal a concepção caiopradiana de que o estudo do capitalismo brasileiro demanda a consideração das suas especificidades relacionadas à totalidade do modo de produção capitalista.

Enfim, na conclusão (seção 5), temas como o desenvolvimento do Brasil, libertação nacional, capitalismo dependente e periférico, superexploração passam a ser discutidos em associação com outros, tais como a disputa dos sentidos do discurso, a participação dos intelectuais nos rumos da nação.

Também se confirmou como a História do Pensamento Social Brasileiro contribuiu para o debate acerca da pertinência e atualização da reflexão sobre os rumos do desenvolvimento do Brasil, tendo em vista a conclusão de que esses rumos precisam manter a investigação dos aspectos históricos gerais e particulares do capitalismo brasileiro, considerando sua via de formação por meio de um desenvolvimento desigual e combinado.

2 O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL NO PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR

O objetivo central desta seção é a apresentação e discussão do método empregado na pesquisa e análise do pensamento de Caio Prado Júnior acerca do desenvolvimento nacional. Destaca-se, que as fontes utilizadas nesta investigação têm sua textura bibliográfica, ou seja, é construída a partir de livros e artigos produzidos por e sobre o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Busca-se, com isto, construir uma investigação acerca do Pensamento Social Brasileiro através da contribuição teórica e analítica de um de seus principais intérpretes: Caio Prado Júnior e a Teoria do desenvolvimento econômico do Brasil. O recorte temático localizado dentro do Pensamento Social Brasileiro foi o debate voltado ao desenvolvimento nacional do Brasil surgido na década de 1940 e aprofundado nas décadas seguintes.

A delimitação desta temática se deu a partir da notoriedade que o debate econômico vem tomando nos últimos anos, aparentemente os momentos de crises implicam num estímulo à explicação de seus fatores e na elaboração de possíveis receituários. Os jornais, junto com as redes sociais, passam a apresentar essa questão cotidianamente, basta observarmos como o tema das “Reformas” no Brasil (Trabalhista, Previdenciária e Administrativa, são postas em discussão no parlamento até o momento da escrita desta dissertação) reverbera para a população. Todavia, é por meio do discurso, aqui entendido como práxis social², e seus sentidos que tal ponto é levantado.

Essas “Reformas” debatidas no Congresso Brasileiro e propostas pelos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atual) sempre apresentam como pano de fundo a demanda por “ajuste” na estrutura econômica do Brasil visando uma espécie de modernização conservadora do país afim de “destravar” determinados impasses para o crescimento econômico.

Esse “destrave” seria localizado a partir da liberação de investimentos do Poder Público para setores como de infraestrutura a partir da redução no suposto *déficit* com a Previdência Social. Esse é o sentido do discurso construído por setores da burguesia como a

² A perspectiva de Discurso tem como referência o seu sentido enquanto prática social, tendo em vista que “ não seria possível sem o discurso entendido como práxis social e, ontologicamente ancorado no caráter universal e particular da linguagem, como complexo social capaz de mediar a relação dos homens com a natureza e dos homens entre si (CAVALCANTE; DUARTE, 2015, p. 121)

Confederação Nacional da Indústria – CNI – que em seu portal na internet apresenta uma série de argumentos para defender a Reforma da Previdência, um deles é a liberação de investimentos do Estado em infraestrutura. Nas próprias palavras da CNI³:

A Confederação Nacional da Indústria avalia que a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo federal ao Congresso Nacional em 20 de fevereiro de 2019 é muito positiva por conter medidas que podem corrigir as principais distorções nas regras atuais de concessão de aposentadorias e pensões. A entidade defende que as mudanças são essenciais para incentivar *o retorno dos investimentos, do crescimento sustentado e da necessária modernização do país* (CNI, 2019, grifos nossos).

Essa discussão já vem encadeada junto a Reforma Trabalhista que alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) através da lei Nº 13.467 de 2017, justificada por seus proponentes como alterações na legislação que ajudaria no processo de contratação, esse processo já é parte constitutiva das relações de trabalho instituídas no capitalismo, principalmente na reestruturação produtiva toyotista, em que se tem a flexibilização dos contratos de trabalho.

No entanto, estas “reformas” são apresentadas através do discurso que tem como eixo de sentido específico: o “gasto” público com questões sociais. Seria mais ou menos como se o Estado brasileiro gastasse muito com previdência social, direitos trabalhistas, como também com a Saúde Pública – Sistema Único de Saúde – e com a Educação Pública – em especial as Uf’s e IF’s.

É um discurso diretamente relacionado ao desmonte de uma estrutura em que a intervenção estatal assegurava via crédito ao consumo interno, mesmo que este, no caso brasileiro, tenha características bem reduzidas. Ao mesmo modo em que se critica os “gastos públicos” com questões sociais, pouco se fala e quase nada se faz em relação ao pagamento da dívida pública que consome uma fatia significativa do orçamento público. Delgado (2019) encontra um elo comum no discurso de defesa dessas Reformas, em especial a da previdência, indicando a presença de uma “narrativa conservadora” direcionada contra os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores ao longo da história. Segundo este autor:

³ Cf. CNI, “O que a CNI defende”, *Portal da CNI*, 2019. <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/reforma-da-previdencia/entenda/o-que-a-cni-defende/>>. Acessado em 10 de agosto de 2019.

[...] Alberto Hirschman (1992) assinalou, certa feita, que a retórica conservadora reage desde a Revolução Francesa com três argumentos, diante dos avanços políticos e sociais que têm marcado a expansão da cidadania no mundo contemporâneo: futilidade, perversidade, ameaça. Sinteticamente, mudanças sociais seriam por vezes fúteis, porque promovem mudanças já em curso a custos elevados, ou por não produzirem os efeitos que perseguem. Perversas, porque tenderiam a acentuar os problemas que buscam resolver ou gerar outros. Por fim, representam ameaças porque podem provocar desequilíbrio na ordem social ou colocar em risco direitos consagrados (DELGADO, 2019, p. 1-2).

Essa “retórica conservadora” nos serve como exemplo de formação ideológica do capital, materializa-se no discurso dos agentes que tentam justificar suas ações a partir da sua visão de mundo. Sendo assim, observa-se que nesta formação ideológica há a tentativa de naturalização das relações capitalistas de produção. Pode ser visto, em casos como estes, que os formuladores de tal reforma não consideram a possibilidade de superação da forma de organização da sociedade e assim superar as contradições em que se está vivendo.

Na verdade, para evitar exatamente essa transformação, nega-se a existência de alternativas concretas a este modo de sociabilidade, como se a história houvesse chegado ao fim e o que restaria seriam apenas as possibilidades de ajustes, nesse caso, acionando a designação de “reformas”. Porém, de forma ainda pior, esses ajustes alteram a estrutura da sociedade como um todo, no sentido de reafirmar a dependência e em grande medida aprofundar o próprio *sentido da colonização*.

Essa questão pode ser notada nas isenções fiscais que são mantidas ou até ampliadas, no perdão de dívidas trabalhistas e previdenciárias. Tudo isso em nome de uma suposta competitividade entre as empresas, mas em detrimento da própria sobrevivência dos trabalhadores.

Porém, por meio destes pontos se podem notar que o tema “desenvolvimento econômico” pode ser apresentado de diferentes formas, apresentando sentidos diferentes para um mesmo enunciado. Tendo em vista, que o questionamento do que e de como se daria esse “desenvolvimento” já nos apresentaria o suporte de como esse debate pode ser aberto.

E para, além disso, o discurso do desenvolvimento econômico possui sentidos distintos, esse debate não está resolvido historicamente, como se a estratégia para o desenvolvimento já fosse “naturalmente consensual”, bastando apenas a aplicação de fórmulas e cálculos matemáticos. Esta é uma perspectiva ideológica que tem como objetivo a justificação do modo de produção capitalista na sua atual quadra histórica.

Sendo assim, esses sentidos do desenvolvimento econômico que estão em disputa se relacionam diretamente às formações ideológicas de seus sujeitos. Como assevera Caciane Souza de Medeiros “as formações ideológicas são um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras” (MEDEIROS, 2009, p.2). Caio Prado Júnior trava uma acirrada luta para marcar a posição da história nas discussões acerca do desenvolvimento econômico do Brasil, para o autor:

[...] o desenvolvimento e o crescimento econômico constituem tema essencialmente históricos, e ao contrário do tratamento que lhe vem sendo dado pelos economistas[...], não pode ser incluído em modelo analíticos de alto nível de abstração, e deve ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 15-16).

A partir do exposto por Caio Prado Júnior, na citação acima, podemos considerar que as análises econômicas precisam ponderar a especificidade própria do desenvolvimento sócio-histórico de um país. Com isso, entende-se que a construção de modelos analíticos para o desenvolvimento econômico de uma nação precisa levar em consideração os sentidos que atravessaram a constituição dessa nação e o lugar que ela assume nas relações com os outros países capitalistas.

Por outro lado, ao observar a construção de modelos que não levam em conta essas especificidades ou o próprio movimento histórico do país em questão se nota que há um “empenho em naturalizar” o funcionamento da sociedade capitalista.

A forma como a sociedade se organiza para produzir a sua riqueza, é uma questão pautada na reflexão de Karl Marx desde seus textos iniciais sobre a crítica da economia política. Nestas discussões, apresentou-se o caráter histórico das relações de produção capitalista, suas origens e suas contradições.

Porém, Marx viveu no século XIX, momento em que o capitalismo preparava a sua fase mais expansionista por meio do imperialismo e do neocolonialismo. Com isso queremos dizer, que o autor de *O Capital* não viveu o agravamento das contradições do modo de produção capitalista, que pode ser sintetizado nas duas Grandes Guerras Mundiais, no nazifascismo, na própria crise de 1929.

Mesmo assim, ao considerar a alienação e o fetiche da mercadoria Marx já indicava a forma como o estranhamento provocado no ser social por essa forma de produção, fazia com que os indivíduos deixassem de entender a sua relação com os outros e com o próprio meio em que vivia.

Desta maneira, passa-se a questionar o sentido das forças produtivas, ou melhor, até que momento essa marcha de avanço tecnológico e produtivo se manteve numa direção positiva para a humanidade, tendo em vista o agravamento das condições da maioria da humanidade.

Considerar essa direção positiva e o seu limite, implica em entender que esse movimento não é linear e muito menos estanque, significa dar um entendimento histórico de movimento da ordem burguesa, ao passo que podemos notar o agravamento das suas contradições e inclusive ameaçando a existência humana.

Conceber essa situação cria condições para a construção de alternativas a esta forma de sociabilidade, imprimindo a noção de que o sistema capitalista não é eterno e nem universal, ele não seria o fim da História, mas apenas uma etapa da história da humanidade. Assim, de acordo com Mészáros:

Marx teve de separar-se de Hegel, pois não via o capital como uma *terminação* inalterável do processo histórico, mas como um *movimento dinâmico* que, mesmo com sua aparentemente irresistível *lógica global expansionista*, deveria ser considerado transitório (MÉSZÁROS, 2002, p. 58).

Hegel⁴ viveu o contexto da consolidação da ordem burguesa, tanto por meio do avanço da Revolução Industrial como da Revolução Francesa e o avanço napoleônico. Para ele, a ordem burguesa seria o ápice da história humana, caracterizado por seus críticos como “positivismo acrítico” (Mészáros, 2002).

A problematização do positivismo acrítico e mesmo ao idealismo hegeliano provocou a necessidade de Marx em apreender os limites dessa forma de sociabilidade, no sentido de entender a essência do modo de produção capitalista e os impactos da sua lógica autoexpansionista.

⁴ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo germânico, cuja produção intelectual é marcada pelo método dialético acerca da compreensão idealista de como se dá a forma exteriorizada imediata da natureza.

É do movimento de autoexpansão do capital que se percebe o seu sentido incontrolável e daí se apreende que, ao atingir seus limites absolutos, lança a uma inversão naquilo que era produtivo, ou seja, passa-se à autodestruição como forma de produção.

Esse aspecto pode ser visto tanto nas guerras cada vez mais mortíferas, como na destruição de mercadorias para fazer com que seus preços subam e também na exploração dos recursos naturais. Acerca dessa lógica produtiva-destrutiva, Mézáros assevera em *Para além do capital*:

As forças destrutivas da ordem da produção do capital já não são, em nossos dias, apenas potencialidades ameaçadoras, mas realidades onipresentes. Hoje, o funcionamento “normal” e a contínua expansão do sistema do capital são inseparáveis do exercício irrestrito das “forças produtivas-destrutivas unilateralmente desenvolvidas” que dominam a nossa vida, não importa quão catastróficos sejam seu já visível impacto e os riscos para o futuro – até bem maiores do que reconheciam os ambientalistas socialistas (MÉSZÁROS, 2002, p.59).

Assim, diante do entendimento de que há um sentido de incontrolabilidade das relações de produção do capital e de que esse movimento implica na própria existência humana, coloca-se como fundamental o entendimento do seu limite histórico, como etapa e modo de produção a ser superado. Tendo como horizonte a superação desse padrão produtivo-destrutivo, implicando a construção de investigações que proponham a superação destas contradições.

Esse não é um movimento intelectual e político novo, desde o século XIX vem sendo construído e debatido. Caio Prado Júnior faz parte deste investimento no século XX, pensar a superação tanto das contradições internas do capitalismo brasileiro como a suplantação da lógica dependente que o capitalismo internacional impõe a esta nação desde a colonização. De acordo com Fernando Novais, Caio Prado Júnior “[...] escreve nos anos 1940, e a despeito de ser “Partidão” de carteirinha, produz um tipo de trabalho que só iria aparecer, na América Latina, nos anos 1960” (NOVAIS, 2011, p.415).

Esse tipo de trabalho o qual Fernando Novais se refere é direcionado tanto ao aspecto da divisão internacional do trabalho que dá origem ao processo de colonização do Brasil, como também em relação às formas que asseguram a estrutura de dependência do país vinculado ao capitalismo internacional.

Os debates sobre os problemas do país e, inclusive, da sua dependência são ampliados a partir de meados da década de 1950. De forma geral, devido ao relatório Khrushchov que implica em um movimento de rompimento com o marxismo mecanicista, principalmente no tocante à interpretação da realidade feita por parcela significativa dos marxistas.

Há também, de forma específica, no tocante ao Brasil, o aparecimento de uma disputa entre “intelectuais partidários e intelectuais acadêmicos” que se abre a partir da consolidação da USP, ampliando a fecundidade das produções acerca da interpretação da situação do país. Esses elementos se vinculam, pois, às condições de produção do discurso imediatas que foram marcadas por um intenso debate sobre as vias do desenvolvimento nacional, condição que se projeta nos temas desenvolvidos por Caio Prado Júnior.

Desta maneira, pode-se compreender que há um ambiente de debate fecundo no tocante à interpretação da situação do país. Vale frisar, que uma das linhas que atravessou esse período está vinculada à relação entre economia e história, mostrando que este debate não ficou restrito ao século XIX.

As proposições para a caracterização do Brasil e as propostas para a solução dos seus problemas também tinham como pano de fundo esse elemento metodológico que se difundia também internacionalmente. Pode-se notar na defesa que Eric Hobsbawm fez de uma reaproximação entre Economia e História. Para tanto, esse historiador inglês indica as raízes desse debate metodológico entre a Escola Austríaca e a Escola Alemã:

Nessa batalha de metodologias, um lado acabou obtendo um êxito tão completo que as questões, as discussões e até mesmo a existência do lado derrotado, em grande parte, foram esquecidas. Marx sobreviveu nas escolas na medida em que as discussões contra ele poderiam ser conduzidas no modo analítico do neoclassicismo: poderia ser tratado como teórico da economia, ainda que um teórico perigosamente equivocado. Schommler e os demais historicistas poderiam ser simplesmente classificados meramente como ‘historiadores econômicos’, como aconteceu com William Cunningham em Cambridge (HOBSBAWM, 2008, p. 143, aspas do autor).

As formas como os intérpretes do Brasil consideram suas análises evocam, de fundo, esse debate do *methodenstreit*, evidenciando como a formação ideológica é importante na construção dos sentidos do discurso e como são atravessados pela memória de discursos anteriores, não sendo exclusivos e inéditos, mas ressignificados conforme suas condições de produção.

Dessa forma, a consideração da especificidade do caminho histórico traçado por determinado país é um aspecto fundamental para entender os caminhos a serem tomados no tocante ao desenvolvimento nacional, a presença dessa compreensão é o que marca o pioneirismo da forma interpretativa de Caio Prado Júnior, que se incorpora à sua obra e vai se consolidando ao longo das décadas. Essa questão pode ser notada na seguinte intervenção acerca das políticas econômicas adotadas pelo governo de Juscelino Kubitschek:

No sistema internacional do capitalismo de nossos dias, os países chamados subdesenvolvidos, ou antes uma parte deles que nisso se assemelham ao Brasil, ocupam posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente que se caracteriza sobretudo e em primeiro lugar pela atribuição econômica subsidiária que lhe cabe de fornecerem produtos primários – matérias-primas e gêneros alimentares – aos países centrais do sistema. A economia dos países subdesenvolvidos, no que se relaciona com o sistema internacional do capitalismo e que forma o essencial dela, não se estrutura em bases próprias e nacionais, e sim em função de objetivos estranhos que são os dos países dominantes do sistema (PRADO JR., 1959, p. 11-12).

Como se pode notar, a estratégia para a revolução brasileira e a teoria do desenvolvimento do Brasil são partes constitutivas de um discurso econômico, cujo sentido é elemento de disputa entre os intérpretes do Brasil, tanto entre aqueles vinculados à ideologia burguesa, quanto àqueles que propõem a superação desta ordem de sociabilidade. Caio Prado Júnior faz parte desse debate e, além disso, disputa politicamente essa questão, por isso sua contribuição passa a ser objeto de investigação.

Sendo assim, a produção do pensamento caiopradiano pode ser compreendida a partir da intersecção da particularidade histórica com a dinâmica econômica, ao passo em que aperfeiçoa a crítica à teoria ortodoxa do pensamento econômico por fazer transposições de modelos preestabelecidos. Para Caio Prado Júnior:

A teoria ortodoxa do desenvolvimento parte de uma situação estática, uma abstrata ‘sociedade tradicional’, semelhante em toda parte (ou pelo menos assemelhada para os fins da teoria), que num momento dado começa a se transformar por força de fatores estranhos e exteriores à sua dinâmica própria, sejam o avanço científico e as conquistas tecnológicas, sejam ideias e esperanças de progresso econômico, ou a intervenção de uma nova classe de indivíduos empreendedores e dinâmicos (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 30).

A teoria do desenvolvimento nacional, para tanto, é um campo discursivo que expressa a luta de classes e sua disputa de sentidos que se deu nas décadas de produção de Caio Prado Júnior e que voltam a ser objeto de ressignificação nas últimas décadas. Isso se dá, tanto para justificar as relações de produção e as suas crises, quanto para evidenciar seus limites e propor a sua superação.

Desta maneira, o discurso do desenvolvimento nacional seria uma manifestação das contradições internas do país, mas também uma reverberação das relações internacionais do capitalismo. Sendo assim, estudar e questionar o pensamento econômico de Caio Prado Júnior implica seguir localizando as condições conjunturais que lhe imprimiram a necessidade de se inserir nessa disputa.

É por isso, que recorreremos à vertente marxista da análise do discurso francesa, pois concordamos que o discurso é uma prática social, ou seja, uma maneira de intervenção na sociedade por meio da forma como o sujeito entende e interpreta o mundo em que está inserido.

Sendo assim, ao considerar que a produção intelectual de Caio Prado Júnior é uma forma de disputar um campo ideológico, nesse caso: o desenvolvimento nacional do Brasil. Percebeu-se a necessidade de recorrer ao conceito de Condições de Produção do Discurso desenvolvido por Michel Pêcheux, considerando que por esse meio se caracteriza mais adequadamente a situação histórica e conjuntural que implicaram na produção do pensamento caiopradiano. Para isso, parte-se da fundamentação acerca dos elementos basilares das condições de Produção do Discurso apresentada por Cavalcante:

As condições de produção do discurso compreendem, fundamentalmente, os sujeitos falantes em constante relação com a cultura, com a sociedade e com a economia de um determinado momento histórico. Nessa inter-relação os sujeitos assumem posições em relação a determinadas formações ideológicas e discursivas (CAVALCANTE, 2007, p. 38).

Diante disto, segundo Fabiano Duarte Machado, “os sujeitos são os produtores, no sentido estrito do enunciado do discurso, porém determinado sempre pelas relações de produção e pela sua relação com os sentidos produzidos na memória” (MACHADO, 2018, p.59). Notando, desta maneira, que o sujeito não está acima das relações sociais de produção,

e seu discurso e os próprios sentidos que são elaborados são uma síntese do processo histórico e por elas são determinados.

Todavia, a elaboração desses sentidos não é um processo limitado às circunstâncias em que o indivíduo está submetido, não é um processo linear. Por ser social, a construção dos sentidos está submetida às contradições, posto que a sociedade em que esse processo se dá está dividida em classes antagônicas. Ao verificar as condições em que Caio Prado Júnior desenvolve sua produção intelectual, nota-se que ele entra em choque direto com o meio em que está inserido; rompe com a classe social a qual nasceu e foi formado, praticamente, até a vida adulta. Por outro lado, não se submete cegamente à perspectiva teórico-interpretativa de seu partido, buscando construir uma análise original da sociedade em que está inserido, motivado pela intervenção concreta a partir de uma leitura mais adequada da sua realidade.

Por isso, a produção deste autor não estaria vinculada apenas ao contexto sócio-histórico em que ele estava inserido, posto que se fosse desta forma todas as ideias daqueles que viveram neste período seriam muito parecidas. É desta limitação que surge a necessidade por outro contexto, neste caso, que explique a capacidade distintiva da disputa de sentidos. De acordo com a teoria francesa marxista da análise do discurso, a formação ideológica seria esse meio distintivo, “é na ideologia, entendida como função social, que se concretiza a expressão da organização e a regulação/mediação das relações histórico-materiais do ser social” (MACHADO, 2018, p.60). Desta forma, seria por meio da ideologia que o sujeito seleciona o percurso para dar sentido ao seu discurso. Estes são os sentidos que norteiam a importância desta seção para o estudo do pensamento econômico de Caio Prado Júnior.

2.1 Formação ideológica caiopradiana

A Análise do Discurso utilizada nesta investigação tem sua origem na França, fundada por Michel Pêcheux, no final da década de 1960, tendo como contexto o maio francês de 1968. A localização do contexto em que AD se desenvolve é importante, posto que a partir dele se pode notar as principais influências sócio-históricas. É daí que se pode localizar as demandas do período, inclusive no tocante ao campo teórico. Segundo Florêncio et al.:

A França dos anos 60 não estava alheia ao turbilhão dos acontecimentos mundiais da época; pelo contrário, na Europa ocidental era um dos seus centros motrizes. [...] O impacto desses acontecimentos repercutiu mundialmente. Toda essa convulsão na conjuntura francesa, no final dos anos 60, incidiu no campo epistemológico, onde também ocorreu um questionamento dos saberes estabelecidos, dentre eles, o estruturalismo reinante na França na década de 60. Também na linguística onde havia uma aparente unidade em torno das ideias saussurianas, o estruturalismo começou a ser questionado (2009, p. 19-20).

A teoria marxista da Análise do Discurso nasce desse questionamento, apresenta-se como síntese num momento novo acerca da linguística, que procura entender seus movimentos internos, condicionantes e condicionados de uma não-neutralidade. A inovação desse campo teórico estaria contida nessa compreensão, em que a imobilidade é substituída por um campo sujeito a transformações e estas seriam provocadas pela dinâmica social contida no tempo e no espaço.

A língua, assim, passaria a ser compreendida, pelo menos para essa linha teórica, em seu contexto histórico. Possibilitando que o objeto-língua fosse substituído pelo objeto-Discurso. Esse segundo é mais complexo, tendo em vista que este é a síntese do adensamento do objeto-língua através da inserção da História e da Ideologia nos processos de investigação. Através desse movimento se nota que “essa relação indissociável entre língua, história e ideologia é o discurso” (FLORÊNCIO et al., 2009, p. 21).

Desta forma, o discurso é um processo-síntese da relação língua-história-ideologia. E por ter essa natureza, permeia o campo científico da História tanto como objeto de estudo quanto como elemento analítico contido na pesquisa histórica. Tendo em vista que, por meio da Teoria pecheutiana da Análise do Discurso, pode-se investigar os sentidos em disputa no discurso do desenvolvimento nacional construído no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Desta forma, a localização das condições de produção do discurso e da formação ideológica que o permeiam passa a ser investigados, tendo em vista as relações objetivas compreendidas no processo de produção e nas relações sociais estabelecidas no capitalismo. Sendo assim, os debates teóricos-políticos são frutos do momento histórico em que se dão, são proposições para a resoluções de uma dada demanda da sociedade e significam a disputa pelos sentidos de um discurso. Acerca destas transformações conjunturais que favorecem o aparecimento destas discussões, Ricupero assevera:

De fato, a pesquisa sobre o pensamento político prolonga uma tradição intelectual que se foi acumulando desde, pelo menos, a década de 70 do século XIX. Como espécie acadêmica, no entanto, ela autonomizou-se dos estudos literários apenas nos anos 50 deste século, quando se tornou agudo o debate sobre os grandes rumos a dar ao desenvolvimento econômico, a universidade se consolida e a direção intelectual e moral até então exercida pelo pensamento católico se vê desafiada por uma variedade de correntes que têm em comum o materialismo e o progressivismo (RICUPERO, 2000, p. 11-12).

O debate sobre o Desenvolvimento Econômico do Brasil se torna protagonista entre as décadas de 1940 e 1970. A presença da expressão “desenvolvimento” é parte da manifestação em disputa, é um signo ideológico explicativo para um movimento da sociedade, porém seus significados estão em disputa e a própria estratégia para a sua efetivação também. Florêncio et al. (2009, p. 22) cita Pêcheux (1988, p. 60) que afirma:

[...]o sentido não pertence a própria palavra, não é dado em sua relação com a ‘literalidade do significante’; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Desta maneira o sentido passa a ser elemento a ser investigado da Análise do Discurso. Não obstante, esse sentido não é aleatório, está fundado na concretude material das relações sociais marcadas por um tempo histórico e por condições próprias de produção. Ou seja, pensar o desenvolvimento do Brasil, implica considerar qual é o pressuposto ideológico do agente que produz esse discurso, tendo em vista que o enunciado não é transparente, sua opacidade precisa ser considerada e seus elementos constitutivos também.

Esse *desenvolvimento* pode ser considerado com um elemento encadeado num sentido linear, mas também pode ser visto como desigual e combinado, isso depende do pressuposto ideológico, mas não apenas isso precisa de uma concatenação com a realidade concreta. É através do materialismo histórico que se pode notar a relação do discurso com a concretude, é daí que se entende a relação do material com a ideologia, localizando o sentido. Esse movimento, contudo, não é casual, nem mecânico, é uma relação. Esse movimento é pensado por Mikhail Bakhtin ao demandar a concatenação da palavra com a realidade histórica:

A enunciação monológica fechada constitui, de fato, uma abstração. A concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva. Na enunciação monológica isolada, os

fios que ligam a palavra a toda a evolução histórica concreta foram cortados (BAKHITIN, 2006, p.105).

A concretização da palavra apontada por Bakhtin se dá como forma de realização de um processo de intercâmbio entre língua, história e discurso que quebra a ideia de neutralidade no sentido da palavra, vinculando-a à uma posição na sociedade marcada pelo acirramento de classes. O aperfeiçoamento dessa análise num período posterior resulta na Teoria marxista do discurso compreendida na Análise do Discurso Francesa proposta por Michel Pêcheux.

Essa teoria chega ao Brasil na década de 1980 a partir de grande contribuição da pesquisadora Eni P. Orlandi, principalmente no tocante à presença dessa área de estudo na Universidade brasileira. De forma específica, cabe assinalar que a perspectiva da Análise do Discurso que ancora este trabalho tem como referência a produção acadêmica desenvolvida na Universidade Federal de Alagoas, com destaque para a perspectiva cuja carga filosófica parte dos pressupostos teóricos do húngaro Georg Lukács, principalmente no tocante à condição ontológica da ideologia.

As categorias analíticas *condições de produção do discurso e formação ideológica* que foram utilizadas neste trabalho são oriundas da contribuição intelectual do filósofo francês Michel Pêcheux, a partir da vertente althusseriana do marxismo, que considera a linguagem como uma manifestação da vida humana.

Contudo, cabe frisar que a linguagem não é um fim em si mesmo, ela está colada com as relações sociais de trabalho, cuja função principal é garantir a própria sobrevivência humana. No tocante à língua e a sua pertinência nas relações sociais cabe a indicação feita por Marx e Engels em A Ideologia alemã:

O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35, aspas e grifos do original).

Sendo assim, o ser social estabelece seus vínculos por meio do trabalho, fundamental para a sua existência e reprodução, e da linguagem, que articula seu intercâmbio com outros seres humanos. Como visto na citação acima a “linguagem é uma consciência real, prática

que existe para os outros homens”. Assim, as relações entre os seres humanos são permeadas pela materialidade, meio onde se dá a produção das demandas para a sobrevivência humana.

Contudo, a mediação dessa produção é feita pelo trabalho, categoria fundante do ser social. Tendo em que “Se se deseja expor as categorias específicas do ser social, seu brotar a partir das suas formas de ser precedentes, sua combinabilidade com elas, sua fundabilidade nelas, esta tentativa deve se iniciar com a análise do trabalho” (LUKÁCS, 2018, p. 7).

Diante disto, compreende-se que a linguagem faz parte das relações sociais produzidas a partir de uma materialidade específica e fundadas num tempo histórico. A historicidade presente no núcleo reflexivo da Análise do Discurso pecheutiana é a condição fundamental para o entendimento da processualidade linguagem/relações sociais estabelecida no modo de produção capitalista.

Desta forma, as condições de produção do discurso de Caio Prado Júnior referente ao Desenvolvimento Econômico do Brasil produzido entre as décadas de 1940 e 1970 e da sua formação ideológica são investigadas por meio deste arsenal teórico pertencente à Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux.

A problemática da desindustrialização no país é um exemplo da atualidade dessa discussão sobre a disputa dos sentidos do discurso do desenvolvimento nacional. Desse modo, ao partir da análise do discurso se nota o discurso como prática social construída em um dado espaço e tempo histórico.

A partir da afirmação de Karl Marx de que “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25), chega-se à conclusão que a prática social materializada no discurso é construída pelos seres humanos, não a partir do seu próprio desejo, mas com base nas inconstâncias em que estão inseridos, isso porque o discurso, a ideologia e o próprio sujeito são frutos do seu tempo, ou seja, são construídos historicamente, em circunstâncias específicas.

Assim, conforme o exposto acima, o debate acerca do desenvolvimento do Brasil está fundado em demandas próprias de um tempo, estas que foram também investigadas no desenvolver deste estudo, exatamente para compreender as condições de produção em que

os *discursos econômicos* foram constituídos. *Discursos econômicos* são, uma espécie de materialidade específica, fruto do recorte da pesquisa em tela.

Caio Prado Júnior (1907-1990), Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) e Gilberto Freyre (1900-1987), assim como outros autores, tais quais Alberto Torres (1865-1917), Azevedo do Amaral (1881-1942), Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e Alberto Passos Guimarães (1908-1993) se preocuparam em investigar as questões de seu tempo como a formação da nação brasileira, partindo de premissas teóricas distintas, não por relativismos, mas por compreensão de mundo distinta.

Esses intelectuais são sujeitos de um tempo histórico, de uma sociabilidade específica, onde as formações ideológicas são resultantes. A materialidade histórica é condição, pois, que coloca em teste a vitalidade destas elaborações teóricas. Acerca desse processo, em famosa citação, Karl Marx em o *18 Brumário de Luís Bonaparte* assevera:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p.25).

Desta maneira, a ênfase na materialidade como meio fundamental de constituição e mediação do indivíduo é a forma que permite o exame da forma como o ser humano transforma o ambiente em que está inserido, tendo em vista que ele parte da objetividade e da tradição acumulada pelas gerações que o antecederam para fazer o novo. O discurso é um dos resultados desse movimento de fazer o novo pelo ser humano, onde são constituídos exatamente como meio de transformação, de agir sobre a objetividade, como pode ser notado na citação a seguir:

Embora dê ênfase à subjetividade, enquanto transformadora, para o materialismo histórico-dialético, os critérios de verdade são sempre objetivos, pois a subjetividade tem o poder de mudar a realidade, de captar a realidade, mas ela depende da lógica dessa mesma realidade para conseguir realizar essas duas atividades. [...]. Por mais individuais que pareçam as escolhas do sujeito elas são sociais (FLORÊNCIO et al., 2009, p. 51).

Nesse sentido, ao localizar as escolhas dos indivíduos na materialidade o pesquisador pode entender quais seriam as condições que lhe são oferecidas para a produção do discurso. As transformações feitas ou propostas pelo ser humano partem de uma materialidade específica, ou seja, como afirma Marx na citação que apresentamos acima “os homens fazem a história, mas não a fazem como querem” (2011. p. 25).

Sendo assim, da mesma forma que estes sujeitos fazem escolhas, só que conforme as possibilidades que lhe são oferecidas pelo meio em que estão inseridos. Essas possibilidades são alternativas postas para o ser humano. Para tanto, sobre como essas opções e a ideologia se relacionam com a concretude, recorre-se à Ester Vaisman que assevera:

A concepção lukácsiana de ideologia tem como ponto de apoio fundamental a noção do homem como um *ser prático*, característica do ser social posta já no *ato do trabalho*, na posição teleológica e no desencadeamento de causalidades que o envolvem. Ontologicamente, essa noção implica o fato de que esse *ser prático* age a partir de *decisões entre as alternativas* (VAISMAN, 1989, p. 416, grifos da autora).

Essas alternativas são as possibilidades que surgem a partir da materialidade que gera as condições de produção, nesse caso, do discurso. A partir delas o investigador pode entender os caminhos que permitiram a construção de um determinado posicionamento teórico, por exemplo. Ao entender que o discurso é práxis, ou seja, é uma prática social por onde o ser humano também visa transformar o seu meio, nota-se que ele, o discurso, é edificado a partir da materialidade, das condições objetivas em que o ser humano está submetido.

Desta maneira, o discurso seria construído a partir de outros discursos, através de uma base histórica que serve como fundamento para a construção de um novo. O movimento histórico da sociedade, associado à novas compreensões do mundo e também de acordo com as próprias demandas e circunstância em que o sujeito está inserido condicionam esse novo discurso.

Como visto, uma das partes constitutivas do discurso é a ideologia, que segundo Vaisman tem sua gênese “determinada pela atividade social dos homens e nasce exatamente aí” (1989, p. 418). São indicações como estas que fazem com que a investigação do pensamento econômico seja possível.

Por isso, na presente pesquisa, utilizar a categoria analítica condições de produção do discurso significa investigar quais seriam as bases que fundamentam o discurso de Caio Prado Júnior acerca do Desenvolvimento do Brasil, permitindo compreender que o pensamento econômico do referido autor não é espontâneo, mas parte de uma conjuntura específica vinculada à um modo de produção cujas contradições históricas são ressignificadas, onde por meio do debate há a disputa pelos sentidos desenvolvimento econômico. Posto que “[...] todo processo de produção discursiva surge a partir de um acontecimento, de uma conjuntura histórica, de um embate político que possibilita sua irrupção” (CAVALCANTE; SANTOS, 2015, p. 66-67).

Essa forma de compreender o discurso, matéria-prima da pesquisa desenvolvida aqui, fundamenta o entendimento de que o discurso não é fechado, pelo contrário ele seria permeado por outros discursos previamente construídos. Sendo assim, o discurso, prática social, é constituído de outros discursos, de outras práticas sociais, que a antecederam, não no sentido de uma repetição, mas no sentido da memória discursiva⁵.

Por isso, a formação ideológica seria o lugar onde os fios ideológicos e as condições objetivas se interligam construindo uma teia de sentidos compreendidos no discurso marcado pela história. É na formação ideológica que os sentidos são regulados e através destas novas enunciações são edificadas.

A dinâmica que marca a formação do discurso permite apresentar as “interferências” de outros discursos, o interdiscurso, que vão marcando e delimitando o campo de sentido do enunciado. Desta maneira “O discurso é pensado não como um bloco uniforme, mas como um espaço marcado pela heterogeneidade de “diversas vozes”, vindas de outros discursos [...]. O sujeito traz em si todas as vozes que o antecederam [...]” (CAVALCANTE, 2007, p. 46).

A concepção de ideologia trabalhada nesta pesquisa é a lukácsiana, que a compreende a partir de seu fundamento ontológico. As reflexões contidas neste trabalho são direcionadas

⁵ Ao mencionar a categoria *memória discursiva* almejamos fazer referência à retomada de falas que surgem a partir de um dado contexto histórico, desta forma tais falas são retomadas em sentidos distintos, podendo ser reafirmadas, silenciadas ou atualizadas de acordo com as condições de produção do discurso em questão. Para tanto, recorreremos à seguinte afirmação de Michel Pêcheux acerca de tal categoria: A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pre-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p.52).

para a interpretação da concretude social, onde, de forma específica, se lança para uma leitura crítica da Teoria do Desenvolvimento Econômico do Brasil afim de localizar as suas incompletudes e sentidos. Para isso, será necessário entender as bases ideológicas que fundamentam e dão sentido à esta teoria.

A perspectiva lukácsiana de ideologia é considerada para este trabalho por sua condição crítica superadora das relações sociais capitalistas de produção. Isso implica que a perspectiva de George Lukács não se dá por meio do debate crítico acerca da condição alienante imposta pelo capitalismo, por meio da identificação das categorias fundantes das relações sociais a partir da compreensão de que por meio do trabalho os seres humanos alteram a si e o seu meio, portanto através dessa condição dá movimento à história.

Dessa forma, a relação história/ideologia é muito importante, posto que a partir dela se pode notar que as sociedades não são estanques e que a ideologia das camadas sociais também não. A visão de mundo de cada grupo social, num dado momento histórico, se transforma conforme as possibilidades dessa respectiva sociedade. Considerar essa transformação significa dar combustível para o estudo da História.

É importante considerar, contudo, que a centralidade dessa dinâmica se dá na forma como o conhecimento é edificado. Tendo em vista que é a capacidade de ideação que distingue o ser humano em relação aos outros animais, evidenciando a potencialidade da ação humana alterar de diferentes maneiras o seu ambiente ao mesmo modo que interage com outros seres humanos.

Todavia, entender e idealizar não seriam suficientes para efetivar a transformação desse meio, por isso o trabalho é uma categoria fundamental. É através desta que o ser humano transforma as suas condições de vida, assegura a sua sobrevivência e gera condições para a sua reprodução, passando de *ser natural* para *ser social*.

Por meio do trabalho, o *ser social* passa a transformar a natureza e assim desenvolve seu conhecimento sobre o meio que o cerca, aperfeiçoa as suas práticas e inova em suas condições de sobrevivência. Desta forma, pode-se notar que o ser social ao longo dos tempos se empenha em conhecer o meio em que está inserido exatamente para poder transformá-lo.

Ao fazer isso, transforma a si mesmo, desenvolve os meios científicos e possibilita novas organizações da sociedade. Assim, pode-se notar que ao elaborar uma teoria para o desenvolvimento de uma região o ser humano está empenhado em construir sentidos que

justifiquem a forma para alterar as condições do meio que o cerca, implicando, inclusive, em tentativa de preservação da situação em que se encontra a sociedade. Recorre-se, para tanto, à compreensão de Vaisman:

[...] a recuperação da Ontologia na perspectiva lukácsiana é a afirmação de que o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida pelo homem (VAISMAN, 1989, p. 409).

Esse é o caso de Caio Prado Júnior ao debater os caminhos para o desenvolvimento do Brasil. A teoria, a ciência, os próprios debates estão inseridos num acirramento para explicar o mundo e também para propor posições que possam alterá-lo. O que entra em questão, nesse caso, são as bases do discurso desse intelectual, as condições em que seu discurso é produzido, as influências que recebe.

Além, dos próprios objetivos que este personagem tem em relação ao meio em que está inserido. É assim que a questão da ideologia se insere na pesquisa em tela. Cavalcante e Machado ao analisarem o conceito de ideologia em George Lukács indicam que este tem duas dimensões: uma ampla e outra restrita. Nas palavras desses autores:

Em sentido amplo, como veículo de conscientização e prévia ideação da prática social dos homens. Manifesta-se no cotidiano dos homens, nas suas relações familiares, econômicas, amorosas, e em todas as suas formas de realização – intelectuais, políticas, artísticas entre outras [...]. Desta forma, em seu sentido amplo a ideologia estará sempre presente, enquanto orientação ideal das ações do ser social [...]. Em sentido restrito se constitui nas contradições de classes, cujas percepções conflitantes da realidade se apresentam nas determinações materiais, logo, caracteriza-se como instrumento de luta social e pressupõe a existência de conflitos que se manifestam como embates de interesses entre homens singulares ou entre estes e um grupo de homens ou entre dois grupos de interesses antagônicos (CAVALCANTE; MACHADO, 2017, p.45-46)

Assim, a ideologia no sentido amplo se dá enquanto condição da ação humana. O ato de abstrair o meio ambiente para transformá-lo gerando o novo, vincula-se à ideologia em seu sentido amplo, totalizante, imbricada ao ser social. Todavia, nas sociedades de classes, a ideologia se desdobraria em especificidades, estas são resultantes da forma e das condições

em que cada classe social vive e desta forma implicando na forma como esta abstrai a sua relação com a natureza. Relaciona-se, no caso restrito, à particularidade da classe social e a forma como está passa a abstrair o meio a partir do seu lugar na sociedade.

Portanto, por meio do empenho na apreensão das relações materiais, o ser humano procura entender as questões do meio em que está inserido. Isso implica que as demandas objetivas são compreendidas ao mesmo passo em que se criam condições para novas exigências a ser capturadas, refletidas e transformadas. Essas demandas impostas pelas relações sociais fundadas num dado modo de produção estão intrincadas à existência humana, a partir delas é que se tem a inovação nas formas de intercâmbio com a natureza e com os outros seres humanos.

Desta forma, o sujeito procura alternativas para atender às suas demandas e também para entender a sua condição nas relações sociais. Nesse caso, as questões acerca de uma determinada situação são demandadas conforme e a partir das condições em que o sujeito está inserido. É daí que se pode notar a capacidade inventiva para um novo patamar na e da sociabilidade.

Nesse sentido, há variações específicas que se dão conforme a particularidade da sociedade em que o sujeito está inserido. Isso acontece pelo fato de que as relações sociais possuem uma estrutura cultural que é permeada por tradições construídas ao longo de um período histórico, por meio da anexação de princípios, valores e deveres contidos num determinado grupo social.

Por meio desses aspectos o sujeito passa a construir a sua visão de mundo socialmente. Tendo em vista, que ele constrói a forma como vê o mundo a partir dos aspectos que lhe estão disponíveis. Ou seja, a disposição dos elementos que permitem a formação dessa compreensão não é apresentada homogeneamente, assume distinções exatamente por ser uma condição sócio-histórica onde os sujeitos assumem relações entre si e com a natureza conforme a especificidade contida em seu grupo social, caracterizando desta forma a cultura de um povo.

O contato entre os grupos sociais permite o intercâmbio de valores e princípios evidenciando a capacidade de transformação de uma estrutura social que pode sofrer perdas de traços específicos de seu conteúdo assim como também pode impor seu perfil à outras formações socioculturais. Contudo, é importante notar que esse intercâmbio nem sempre

acontece de maneira harmoniosa. Há conflitos nessas relações, onde as comunidades procuram se preservar por meio da resistência.

Com isso, pode-se entender que no âmbito mais amplo se tem a ideologia e contida dentro desse complexo há a *formação ideológica*. Essa relação pode ser notada quando se parte do pressuposto da sociedade de classes, onde as classes sociais podem ler a realidade de perspectivas opostas, passando a construir projetos de sociedade antagônicos e inconciliáveis, conforme as relações contraditórias da realidade objetiva fundadas no capitalismo. Todavia, é fundamental notar que a classe dominante impõe sua consciência de mundo como visão geral da sociedade no sentido da construção da sua hegemonia. Para tanto, segundo Maria do Socorro:

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações de classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que em uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em formações conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação (CAVALCANTE, 2007, p. 42).

Entender a forma como um dado sujeito inserido numa sociedade de classes chega às suas posições intelectuais significa procurar a sua formação ideológica, esse é o caso empreendido no pensamento econômico de Caio Prado Júnior, tendo em consideração que indica-lo apenas como um intelectual de esquerda é uma condição superficial, posto que este autor debate tanto com o pensamento à direita como também com o da própria esquerda, inclusive discorda de vários aspectos correspondentes à leitura que o PCB – Partido no qual militou praticamente toda a sua vida – possuía da realidade brasileira. Além disso, partindo da condição contraditória das formações ideológicas se pode considerar conclusões diferentes à mesmas questões, que serão testadas no movimento histórico e concreto da realidade.

2.2 Condições de Produção do Discurso Caiopradiano

Qual é o lugar do historiador no desenvolvimento de uma pesquisa? Essa é uma pergunta, obviamente, bastante ampla, mas a sua razão de ser está fundada na apreensão daquilo que o historiador pode ter acesso e reconstituir em seu discurso. Por exemplo, o

proponente da dissertação presente não viveu no mesmo período que Caio Prado Júnior, na verdade nasceu após a morte deste. Esse é o caso de provavelmente, a maior parte dos historiadores, trabalhar com questões que não testemunhou.

Na verdade, essa questão do testemunho chama bastante atenção e por isso ela aparece nesse tópico, isso porque na maior parte das vezes se faz história a partir de outros olhos, de documentos que não foram escritos pelo pesquisador, assim este fica sujeito à tempos passados, à ação de sujeitos que fisicamente morreram, mas as suas ideias, ações e tradições ainda permeiam gerações posteriores.

Através do materialismo histórico dialético se busca entender como os sentidos do discurso são determinados por meio das relações sociais. Essa determinação, contudo, relaciona-se ao horizonte de possibilidades que o marco histórico-social possibilita ao enunciador, tanto devido aos aspectos conjunturais em vive, como a partir dos traços históricos que modularam sua formação sociocultural.

Desta maneira, os sentidos que são provocados e o modo como são operados são resultantes da forma como se dá o determinado ordenamento social, em nosso caso, este tem como lógica a autoexpansão, a acumulação incontrolável de capital e a divisão em classes antagônicas: proletariado e burguesia.

Esse dado pode ser notado quando se observa como as temáticas de investigação são trabalhadas. O que determinaria esse fluxo? A expressão “siga o dinheiro” é emblemática para essa questão, tendo em vista que o determinado centro se torna grande exatamente pelo aporte financeiro que ele recebe para o desenvolvimento de pesquisas, desenvolvimento de programas de pós-graduação com bolsas, publicações de revistas e livros, assim como também realização de congressos.

Essa fórmula simples e, na verdade, bem comum nos permite notar que aquele centro que possui todo esse aporte indicado assim acaba hegemonizando o tipo de pesquisa desenvolvimento numa região e até mesmo num país. É assim, que determinadas temáticas de pesquisa são vistas como não aptas para determinado programa.

Essa aprovação ou reprovação tem a disputa de sentidos como marca, posto que a temática selecionada é aquela que reforça determinada formação ideológica. Por outro lado, faz-se necessário entender que essa lógica de produção não se apresenta com contornos plenamente estabelecidos e nem funciona de forma linear, tendo em vista que tal disputa se

vincula às condições de produção marcadas por uma forma de sociabilidade contraditória. Há movimentos de disputa dos sentidos. Sendo assim, centros de pesquisas acabam assumindo a condição de produção contra-hegemônica, tencionando as relações de temáticas e por isso acabam tendo um fluxo de recursos e aporte financeiros menores.

Assim, dois sentidos podem ser apreendidos dessa dinâmica, um diz respeito às condições de produção e o outro à formação ideológica. O primeiro corresponderia a um plano duplo que media o passado com o presente, articulando a conexão histórica daquilo que já foi produzida com aquilo que será ressignificado, tendo em vista propriamente a objetivação.

Enquanto que o segundo se relaciona a um campo mais antagônico, construído a partir da luta de classes, que provoca a forma como o sujeito compreende as condições de produção em que está inserido e de como ele interfere nela. Seriam os óculos pelos quais o sujeito enxerga e intervêm na dinâmica das relações sociais em que vive, onde se por um lado pode reforça-las, por outro as contrapõem.

Desta forma, ao investigar os sentidos do pensamento econômico de Caio Prado Júnior acerca do desenvolvimento nacional, numa perspectiva analítica, considera-se dois encadeamentos: o primeiro se relaciona às condições de produção amplas e restritas e o outro se dá a partir da formação ideológica deste intérprete do pensamento social brasileiro. Em ambos os casos, a estrutura social possui papel fundamental, tendo em vista que:

Compreende-se que as fases particulares do desenvolvimento socioeconômico são marcadas por significativas inovações teóricas e metodológicas, de acordo com as circunstâncias em modificação. É importante salientar, porém, que todas essas mudanças metodológicas e transformações teóricas têm de se acomodar em relação aos limites restritivos da moldura estrutural que define a época em sua totalidade (MÉSZÁROS, 2009, p. 9)

Diante desta consideração, depreende-se que o caminho percorrido teórico e metodologicamente por um intelectual está traçado, no tocante aos seus limites, pelas condições que a formação sócio-histórica que ele está inserido permite. A totalidade, nesse caso se daria exatamente não apenas pelas relações puramente econômicas de produção, mas essencialmente pelas relações sociais de produção.

A diferença entre essas duas se dá na amplitude em que se pensa a vida do ser social, onde no segundo caso se insere as relações culturais por exemplo. Com isso, considera-se as relações de produção em sua totalidade, em como estas norteiam o funcionamento da sociedade e como, inclusive, permeia a apreensão que os sujeitos fazem do mundo.

A base dessa apreensão que os sujeitos fazem do meio em que estão inseridos é construída a partir das relações sociais de produção capitalistas, nas quais a alienação e o fetichismo são marcas fundamentais⁶. São estas duas que juntas potencializam o estranhamento que o sujeito possui em relação aos outros seres humanos, ao resultado do seu trabalho e, inclusive, ao meio em que vive.

A crítica radical a este modelo de sociabilidade tem como sentido o desvelamento destas relações, por meio do enfrentamento da alienação e do fetichismo, sendo esta uma formação ideológica do trabalho. Que busca apreender os problemas estruturais e conjunturais ao passo que propõe uma alternativa superadora. Caio Prado Júnior assume essa posição, conforme se pode notar na seguinte indicação:

Desta forma, a reafirmação das relações sociais capitalistas, seja pela via da reforma ou por meio da conservação, implica numa mistificação destas relações. Como desdobramento da ação alienada, a compreensão de mundo também passa a ser mistificada, fazendo com que transformações mais profundas não sejam vistas como alternativas.

Todavia, essa questão não diz respeito apenas à projetos conservadores do capitalismo, ao questionar o socialismo desenvolvido pela Terceira Internacional, José Paulo Netto apresenta como a alienação pode estar inserida até em projetos alternativos de sociedade:

De um golpe só, a crítica às concepções teóricas da Terceira Internacional reintroduz no campo da investigação um constelação de problemas até então exilados: as relações entre o sujeito e o objeto da prática sócio-histórica, a dialética do conhecimento, as complexas mediações entre economia e cultura, as relações entre ética e política – e essa estrutura teórica dá um tratamento específico à questão da alienação e, então, ela e seus conexos recebem, de fato, o primeiro cuidado intensivo no pensamento pós-marxiano (NETTO, 2015, p. 40).

⁶ Cf. NETTO, José Paulo. Capitalismo e reificação. ICP: São Paulo, 2015.

Assim, essa crítica passa a abrir espaços para questões no tocante à determinação social do método que são fundamentais. Elementos, como a cultura, passam a ser considerados para o estudo das relações sociais a partir de uma ótica que considera as suas particularidades, enfrentando, assim, a determinação positivista de progresso linear.

Para tanto, faz-se necessário apresentar a concepção de ideologia que norteia este trabalho. Parte-se da perspectiva marxista, que leva a em consideração a partir da forma como a sociedade é organizada para a produção de sua riqueza material. Desta maneira, o conceito ao qual ancoramos a presente pesquisa está vinculado aos pressupostos do materialismo marxista, acerca desses pressupostos Marx e Engels afirmam em *A Ideologia Alemã*:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (MARX; ENGELS, 2007 p.86-87).

O entendimento de que a sociedade em que vivemos é dividida em classes funciona como base para a constatação de que estas classes se relacionam por meio de antagonismos inconciliáveis, estabelecidos a partir da relação capital-trabalho fundada nas condições da vida material. Sendo assim, a ideologia seria, também, um dos campos em que se estabelece a luta de classes.

Sendo assim, a ideologia não é algo que flutua acima da sociedade, como elemento puramente ideal, ela é um reflexo da forma concreta da sociabilidade em questão. Para isso, recorre-se à conceituação apresentada por Fabiano Duarte Machado acerca deste conceito para reforçar nossa concepção:

Assim, afirmamos que é através da ideologia que uma classe social pode exercer a hegemonia/direção sobre as outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas ao seu projeto societal. Logo, é na ideologia, entendida como função social, que se concretiza a expressão da organização e a regulação/mediação das relações histórico-materiais do ser social (MACHADO, 2018, p.60).

Para o presente caso, assim, o pensamento econômico caiopradiano acerca do desenvolvimento econômico brasileiro é fundado sobre condições objetivas que estão

submetidas à dinâmica histórica. Assim, considera-se que há elementos contidos no discurso de Caio Prado Júnior vinculados a aspectos mais amplos em relação ao contexto social.

A produção intelectual de Caio Prado Júnior não se associa unicamente ao contexto em que ele está inserido, há uma dinâmica histórica que o precedeu, contribuições culturais, interpretativas, teóricas e metodológicas que vieram antes do autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Mesmo que este autor se coloque como crítico a estas contribuições, o fato de questioná-las já o relaciona a elas. Quando se indaga como a ideologia pode ser considerada na produção intelectual de um dado autor é fundamental a consideração da sua relação também ao próprio processo de consciência. Para tanto, acerca deste processo vale frisar que:

Partindo de uma compreensão marxista, o processo de consciência é visto, de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético, em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem à consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos (IASI, 2011, p.11-12).

Mediante a esta conceituação do processo de consciência passa-se a entender que há uma contradição quando se localiza a ideologia como falsa consciência, como se o sujeito conseguisse compreender a realidade da dinâmica social de forma cristalina, sem nenhum tipo de intervenção de valores, princípios e visão de mundo.

Esta dissertação é produzida numa conjuntura em que o espectro político reacionário no Brasil, junto a seus pensadores, caracteriza a ideologia como uma estratégia da oposição para distorcer e alienar a população. No entanto, a dinâmica da consciência precisa ser compreendida a partir da sua constituição, principalmente no tocante às diferenças que pode possuir, tendo em vista que estas se dão a partir da dinâmica da luta de classes, onde os sujeitos apreendem o processo societal a partir de formas distintas tendo como referência a perspectiva de classe que assume.

Cabe notar, contudo, que a ideologia é uma explosão mental-individual e dissociada da dinâmica das relações concretas de produção. A perspectiva ideológica é mobilizada por meio de mecanismos de funcionamento que interagem entre as condições que criam a necessidade de determinada compreensão de mundo junto aos conjuntos de fatores que

norteiam os interesses do indivíduo que produziu determinada ideia. Assim, de acordo com Michel Pêcheux, em artigo publicado sobre o pseudônimo de Thomas Herbert:

O conjunto desses meios teóricos e práticos constitui, em seu conjunto, uma “matéria-prima” ideológica que pode e deve ser teoricamente transformada. Este último ponto é fundamental. Com efeito, se toda ciência é ciência de uma ideologia, “a ciência das ideologias” não pode escapar a este lei (HERBERT, 1995, p. 67).

Desta maneira, como se pode perceber, a ciência é ideológica desde a sua constituição, ou seja, a ideologia não se vincula à uma falsa consciência, mas à dinâmica teórico-prática implicada na construção do pensamento. Ou seja, o pensamento científico (que para os teóricos conservadores e/ou reacionários seria a versão da consciência verdadeira, pois seria neutra e desprovida de ideologia) parte de pressupostos materiais e ideológicos no seu processo de mobilização e constituição.

Com o pensamento econômico este movimento não é diferente, são as formas e contradições objetivas junto à ideologia baseada num processo de produção, denominado efeito de conhecimento ideológico de tipo “A” que parte do “quiasma técnico-ideológico” (HERBERT, 1995, p. 69). Enquanto que o conhecimento ideológico do tipo “B” se dá no campo das relações sociais de produção, vinculado, assim, a uma formação social particular, de onde o sujeito se localiza na sociedade, à medida que se vincula a uma classe social.

Para isso, ainda na esteira Thomas Herbert (Michel de Pêcheux), “O efeito do conhecimento ideológico “B” remete à forma especulativo-fraseológica, cujo ponto central é a coerência das relações sociais de produção no modelo de um discurso articulado que detém em transparência a lei que ajusta dos sujeitos entre si” (HERBERT, 1995, p. 69).

Em suma, há um duplo processo ideológico constituído a partir da relação entre o tipo “A” e o tipo “B” de conhecimento ideológico numa síntese especulativa-empirista que evidência a condição atual, por exemplo, das ciências humanas (HERBERT, 1995). Desta forma, a ideologia presente no pensamento científico não é uma falha, mas uma parte dinâmica conjuntural definida: “o passo em falso teórico não seria então simplesmente um passo em falso, uma falta por direito evitável contra a pureza teórica, mas um efeito necessariamente implicado na estrutura da produção teórica, como a história, desta parece bem o confirmar” (HERBERT, 1995, p. 70).

Deste modo, a perspectiva – no mínimo – conservadora muitas vezes percebe a consciência cotidiana como estanque, carente de complexidade e as suas contradições são escamoteadas. Essa posição também é notada nas diversas expressões do pensamento, no caso econômico também há essa presença onde algumas explicações se lançam mais ao campo teórico, a fim de justificar uma dada perspectiva de mundo, uma perspectiva de classe: a dominante. Sobre a perspectiva conservadora de sociedade é importante considerar que:

A ideia central era ‘conservar’ valores e instituições – como a monarquia e a religião cristã – considerados como pilares fundamentais da civilização e da cultura ocidentais. No século XIX, o surgimento da sociedade industrial daria à ideologia conservadora um tom de oposição ao racionalismo e ao cientificismo, bem como ao fim da vida tradicional e hierarquizada, ameaçada pelas reivindicações por democracia. Pode-se observar também na versão contemporânea do conservadorismo uma defesa das elites, consideradas por muitos como mais aptas ao exercício do governo (ALMEIDA, 2018, p. 28).

Nesse caso o pensamento conservador cria uma formulação para justificar seus benefícios ao invés de edificar uma proposta propriamente prática, no sentido de resolver as reais demandas postas. Sobre isso, Reinaldo Carcanholo assevera que:

Graças a uma concepção metafísica, consideram que o ser humano é, por sua própria natureza transcendental, um ser egoísta e que o capitalismo é a forma mais perfeita de organização da sociedade, forma na qual o homem realizaria a sua essência, o egoísmo. Para eles, [os conservadores], a humanidade teve história, mas não mais a terá (CARCANHOLO, 2008, p.10).

Nessa perspectiva a consciência, como que por condições naturais, segue o seu caminho “certo” e a ideologia como elemento de esquerda é apresentada com o intuito de “desviar esse caminho”. Ela é apresentada como se fosse um elemento enganador e destruidor de um caminho “coerente”. Essa narrativa “de um caminho coerente que estaria sendo ameaçado pela ideologia” pode ser notada nos argumentos da Escola sem partido que mistura os vários elementos do conservadorismo, onde:

[...] a defesa de uma ‘escola sem partido’ constitui uma grave ameaça para a educação brasileira, com ou sem a transformação desse projeto em leis municipais, estaduais ou federal. O discurso reacionário de defesa da proposta é superficial, e sua argumentação é extremamente frágil, se pensarmos em um debate com a contraposição de ideias, mas seu caráter fragmentado, fortemente calcado no ódio aos professores e abusando da manipulação política do pânico moral é uma receita

de sucesso nas redes sociais. A adesão a esse discurso leva pais e estudantes a assediarem professores que se enquadram na figura do ‘inimigo’ desenhado nessa paranoia persecutória” (PENNA, 2018, p. 109).

Essa interpretação, algumas vezes, provoca a impressão de que a ideologia seria a responsável pelo mal, tal como o livre arbítrio foi considerado a essência do pecado de acordo com a filosofia agostiniana. Todavia, o intuito deste trabalho não é fazer um desvelamento dos sentidos do discurso da direita brasileira e suas raízes filosóficas. Esse ponto foi levantado porque se entende como fundamental a sua problematização a fim de assegurar uma demarcação de posição mais contundente.

Diferentemente desta perspectiva, *discurso, ideologia e consciência* são considerados elementos contidos de e na materialidade histórica. Tendo em vista que esses três elementos são constituídos exatamente pela complexa dinâmica da sociabilidade humana que é fundada na necessidade de sobreviver e se reproduzir. Para tanto, segundo Marx e Engels:

Somente agora, depois de já termos examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, descobrimos que o homem tem também “consciência”. Mas esta também não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens (MARX; ENGELS, 2007, p.34-35).

Deste modo, nota-se que a forma como o sujeito nota seu cotidiano é complexa e contraditória isso porque essa compreensão é um reflexo da materialidade. Do contrário, a consciência estaria fugindo da materialidade, pois teria um movimento deslocado das relações sociais, assim, ela seria autoprodutora de si mesma ou seria a determinante das ações humanas, num movimento que partiria da ideia para o concreto. Segundo Marx, acerca da dissociação entre o movimento das relações de produção e o seu estudo, “Como se essa dissociação não tivesse passado da realidade aos tratados, mais ao contrário, de ter saído dos tratados para a realidade, e como se aqui se tratasse do vaivém dos conceitos e não da percepção das relações sociais” (MARX, 2008, p. 246).

Esse aspecto pode ser notado na tentativa hegeliana de criar uma explicação absoluta para a totalidade. Ora, como definir padrão, determinar uma questão social de forma absoluta, se as partes constitutivas da sociedade são contraditórias e complementares, ao passo que se chocam e geram novas questões? E ainda, sendo dessa maneira, não haveria problemas e nem contradições, tendo em vista que a consciência daria conta de alterar e sanar esses pontos quase de forma instantânea. Talvez, nesse caso, nem a filosofia e nem a história seriam necessárias. No tocante a este aspecto, recorre-se a ideia de “providência divina” nas filosofias burguesas da História conforme apontado por Mészáros:

O papel privilegiado destinado à Providência Divina na explicação do desenvolvimento histórico – que torna problemática ao extremo, se não totalmente desprovida de sentido, a noção mesma de ação histórica genuinamente humana – não é, claro, confinado à Idade Média. Ele emerge também em estágios muito posteriores, independentemente dos intercâmbios sócio-históricos em movimento que convidam a explicações seculares. As razões pra isso, por vezes, podem ser localizadas de modo claro em interesses sociais conservadores e decerto profundamente reacionários, como evidenciado pelos escritos da filosofia e da historiografia romântica, por exemplo (MÉSZÁROS, 2009, p.75).

Sendo assim, o papel da teoria e do método, nesse sentido, seria o de compreender o movimento, a historicidade e a complexidade desse objeto. Para assim ter a possibilidade de compreender a sua dinâmica. Considerando que “Os homens têm história porque têm de produzir sua vida, e têm de fazê-lo de modo determinado: isto é dado por sua organização física, tanto quanto sua consciência” (MARX, ENGELS, 2007, p. 34).

Assim, a consciência cotidiana também é marcada pelo limite que as relações sociais de produção lhe impõem. A tentativa de naturalização das contradições imbricadas na sociedade capitalista tem como sentido uma estratégia para justificar o *status quo*, é um movimento que provoca estranhamento do ser social em relação a sua condição de vida e trabalho. A ideologia e o discurso se movem nessa disputa de sentidos, assim como também a consciência.

O pensamento assume a sua forma especializada por meio da ciência e da arte. Nesse sentido, o pensamento econômico assume a forma de conhecimento especializado e tem como tarefa, assim, a superação da qualitativa da cotidianidade presente, suas questões se mobilizam por meio da necessidade de dar soluções aos problemas da humanidade instalados no dado momento histórico. Porém, nem sempre suas questões se mobilizam para dar

soluções a estes problemas, exatamente porque em alguns momentos a leitura feita sobre a situação e os pressupostos escolhidos para a sua resolução não correspondam com a dinâmica da questão.

Nesse caso, o pensamento econômico produzido, especialmente, entre as décadas de 1940 e 1970 se dá a partir das condições estritas de produção do discurso localizadas no segundo pós-guerra mundial, tendo um realinhamento da divisão internacional do trabalho, no qual o todo da sociedade deixa de ser unipolar e passa, pelo menos, à bipolaridade por meio do acirramento entre EUA e URSS por meio do contexto da Guerra Fria. Para tanto, de acordo com Prado Jr.:

Como se sabe, a teoria do desenvolvimento constitui um desdobramento da teoria econômica a partir da análise e explicação dos ciclos econômicos cujo impacto na vida das sociedades modernas têm a importância e significação que se conhecem. [...] E bem recentemente, toda esta matéria da dinâmica econômica do capitalismo concluiu e se concentrou particularmente na problemática, de tão sombrias cores políticas e sociais, apresentada pelo considerável e crescente desnível econômico entre um insignificante grupo de grandes e poderosas potências capitalistas líderes do progresso moderno e em acelerado enriquecimento, e de outro lado o restante e grande maioria da humanidade cujo insuficiente ritmo de crescimento econômico a distanciava cada vez mais daqueles elevados índices e padrões (PRADO JR., 1989, p. 19-20).

Os rumos da economia internacional estavam em severo realinhamento, tendo em vista os choques provocados tanto pelo nacionalismo europeu a partir das suas manifestações neocoloniais e imperialistas que buscavam a expansão da circulação do capital por meio da obtenção de mais mercados consumidores, além da usurpação de matérias-primas e da exploração dos povos colonizados. A luta anticolonial é a face oposta dessa relação, no sentido que justifica a luta de libertação nacional desses povos explorados via um nacionalismo que se manifesta como forma antagônica do imperialismo.

O Brasil também estava inserido nesse circuito e por isso por aqui não foi diferente, os sentidos acerca da sua posição na divisão internacional do trabalho estavam em disputa. E essa posição seria encaminhada em grande medida pela estrutura do Estado, isso pode ser notado na discussão pioneira acerca do desenvolvimento do Brasil durante a década de 1940:

[...] o Conselho [Nacional de Política Industrial e Comercial], que adotava uma posição nitidamente desenvolvimentista, sob a liderança de Roberto Simonsen,

realizou estudos sobre o tema da planificação e elaborou um projeto de decreto-lei que jamais foi aprovado. Já a Comissão de Planejamento Econômico, cujas atividades transcorreram em 1944 e, estava subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. [...] Sob a influência de Eugênio Gudín, a própria descrição de suas funções já indica uma orientação muito mais conservadora e convencional (TEIXEIRA; GENTIL, 2010, p. 11).

O próprio cenário internacional fecundava o desenvolvimento deste tipo de questão. Passa-se a indagar qual seria a proposta que melhor se adequaria às demandas brasileiras para o desenvolvimento e resolução das suas desigualdades. Caio Prado Júnior, pensando a relação dialética do movimento histórico, se insere nesse debate sobre o desenvolvimento do Brasil. Buscava-se, por esse meio, superar as “distorções” da economia brasileira, que segundo ele eram oriundas da colonização, a partir da busca do qualitativamente novo.

Esse movimento pode ser notado já no primeiro livro de Caio Prado Júnior *Evolução Política do Brasil*, em que se pôde notar que o autor se propõe a estudar a dinâmica da evolução política brasileira a partir dos seus fundamentos históricos. Assim, pode-se entender que em seu livro inaugural Caio Prado não se propõe a estudar a economia brasileira propriamente.

No próprio prefácio à 1ª edição do livro assinalado o autor indica que “Procurou somente dar uma síntese da evolução política do Brasil” (PRADO JR., 2012, p. 9). E ainda, adverte que as suas reflexões serão desenvolvidas a partir da “interpretação materialista” para analisar a história brasileira. Esse intento pode ser notado nas seguintes palavras de Caio Prado Júnior:

Já vimos como a emancipação política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava e que, por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder. Em outras palavras, é a superestrutura política do Brasil Colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infraestrutura econômica do país, se rompe para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução (PRADO JR., 2012, p. 50).

Por meio da fundamentação teórica apresentada na citação acima, apreende-se que o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* se empenha ao estudo da História do Brasil a partir de uma interpretação materialista de História, ou seja, a partir do método marxista do materialismo histórico. Todavia, ainda em relação a essa perspectiva teórica, pode-se notar a

crítica feita ao historicismo, principalmente aos historiadores vinculados a esta concepção no Brasil. Para isso, Caio Prado Júnior assevera:

[...] unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras, substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram-se quase que por completo, o que se passa no íntimo da nossa história, de que esses acontecimentos não são senão um reflexo exterior (PRADO JR., 2012, p. 9-10).

E mais à frente ainda retoma essa questão ao destacar que “quis mostrar [...] que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial” (PRADO JR., 2012, p. 10). Também cabe considerar que o autor parte do pressuposto teórico que secundariza os grandes heróis e prioriza as manifestações, revoltas e insurreições populares, entendendo-as como associadas e mobilizadas pela pressão do fardo colonial.

Considerando-se, para isso, que O livro *Evolução Política do Brasil* (1933) é a estreia de Caio Prado Júnior como pensador do Brasil em 1933 e, além disso, assinala a sua posição como intelectual marxista tanto ao longo do livro, como no próprio prefácio, mas fundamentalmente em sua capa ao colocar na primeira edição o subtítulo: “ensaio de interpretação materialista da história brasileira”.

Mesmo considerando os aspectos econômicos, o autor ainda não se empenha na temática propriamente dita. Seu foco, ainda, é a política e a história, mesmo utilizando, por meio do método materialista histórico, o desenvolvimento econômico e material do Brasil Colônia como mola mestra para compreender os movimentos de transformação social no país. Esse empenho em pensar a dinâmica de objetivação das relações sociais de produção do capitalismo brasileiro pode ser visto de forma frequente em outros escritos de CPJ, confirmando o ímpeto do autor em analisar as transformações econômicas, sociais e políticas do Brasil a partir da História. Isso pode ser visto em quando o autor de *História e Desenvolvimento* analisa criticamente a forma como Walt Whitman Rostow (1916-2003) constrói sua teoria do desenvolvimento, hegemônica após a Segunda Guerra Mundial:

Como se observa (sem os óculos deformadores do ‘economicismo’) os fatos concretos, isto é, a história na sua real e verdadeira especificidade, não cabe numa análise destas senão subsidiariamente e como simples ilustração, ou antes, como elemento a serem ‘encaixados’ dentro do modelo proposto. Esta expressão ‘encaixar’ é de Rostow, o tão prestigioso economista do campo da ortodoxia que mais longe levou e mais se destacou nesta tarefa de balisar a história com a análise econômica formal (PRADO JR., 1989, p. 21).

Cabe, contudo, assinalar que a conjuntura em que Caio Prado Júnior publica *Evolução Política do Brasil* não tem como imperativo a questão do desenvolvimento nacional ou temas similares, o que estava em questão era o saldo da “Revolução de 1930”, suas contradições, e as interpretações sobre um novo sentido do Brasil já emanadas das críticas à República Oligárquica do café com leite por meio da Aliança Liberal, do Partido Comunista, do Tenentismo e do movimento modernista.

Porém a sua crítica à ausência da historicização das transformações da sociedade brasileira se mantém presente, como visto, durante as suas outras publicações, buscando romper com a forma tradicional de produção de modelos e teorizações que não levavam em consideração o processo dinâmico imposto pela História.

O segundo livro de Caio Prado Júnior foi *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Nele, o autor se propõe analisar os fatores que antecederam e ainda permeavam a dinâmica da sociedade brasileira na primeira metade do século XX. Nove anos após a publicação de *Evolução Política do Brasil* (1933), Caio Prado Júnior dá conta daquilo que foi prometido no primeiro livro, lança-se a trabalhar em uma história do Brasil, considerando que *Evolução política* era tida por ele como um ensaio, uma síntese de um projeto que naquele momento carecia de melhores fontes.

Assim, pode-se afirmar que ao longo desses anos o autor se empenhou em aglutinar documentação que o auxiliasse no estudo de uma história do Brasil. Para tanto, cabe destacar que nesse momento o historiador não está empenhado apenas em levantar questões referentes ao processo de evolução política do país, agora o empenho se dá para a compreensão das questões que ainda se faziam presentes, nesse caso, procurando entender as raízes das “tarefas” não concluídas do processo de formação nacional.

O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da

economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação aliás que se verifica também em outros setores. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional (PRADO JR., 2011, p.10).

O caso da dinâmica econômica e da dependência do mercado externo é um exemplo utilizado pelo autor como elementos que reforçam a presença do sentido da colonização no Brasil. Todavia, o seu pensamento ainda está localizado na problematização de questões pertinentes à formação do Brasil, utilizando e desenvolvendo aspectos do pensamento marxista Caio Prado Júnior se mantém ainda na busca de explicações das contradições da sociedade brasileira de sua época.

A fundamentação teórica utilizada pelo autor nitidamente é mais robusta, tendo em vista o desenvolvimento de alguns conceitos como o *sentido da colonização*, o que em *Evolução Política do Brasil* ainda não havia sistematizado. A busca pela compreensão das particularidades nacionais se torna mais pertinente, a categoria *sentido da colonização* é uma prova disso. Além do mais, o autor procura romper com conceitos pré-estabelecidos, seu empenho é direcionado para o teste de possíveis aplicações, mas também para a personalização das questões próprias do país.

Vale lembrar que *Formação do Brasil contemporâneo* é um livro lançado a partir das condições de produção em que, num sentido amplo há o aprofundamento das contradições do capitalismo monopolista que provoca a deflagração da Segunda Guerra Mundial. Porém, num sentido restrito, enquanto que de forma específica ou conjuntural se tem ação da ditadura varguista sintetizada no Estado Novo no Brasil, notando ainda as implicações da participação deste país na guerra.

As rupturas com a linha da III Internacional, que foi construída a partir de uma generalização das particularidades russas impressas a partir da perspectiva stalinista do socialismo é um país só, já se faziam presentes em *Formação do Brasil contemporâneo*, onde o Caio Prado Júnior se empenha em entender a particularidades da nação. Sem, contudo, deixar de indicar a sua relação com a economia a nível internacional e mundial. Para tanto, ao desenvolver uma crítica acerca da estratégia política da III Internacional da época de Josef Stalin, Leon Trotsky assevera:

Em nossa época, a do imperialismo, ou seja, da economia e política mundial sob hegemonia do capital financeiro, nenhum partido comunista pode elaborar seu

programa avaliando apenas ou essencialmente as condições e tendências de desenvolvimento de seu próprio país (TROTSKY, 2010, p. 90).

Não de forma diferente, Caio Prado Júnior pensa o Brasil num movimento dialético cujas particularidades se complementam e se chocam com os aspectos totalizantes da economia internacional. Sobre esse movimento e condição em que se encontrava Prado Jr., Mazzeo assevera:

Objetivamente a crise do PCB constitui-se na *particularidade brasileira* de uma crise geral do movimento comunista que tem seu início com a desarticulação do *Komintern* determinada pela falência da perspectiva de uma revolução socialista na Europa a curto e a médio prazo. [...] Podemos dizer que nesse congresso aparecem dois tipos de divergências com o núcleo hegemônico do Comitê Central do partido. As que tinham como centro a condução prático-política do PCB, como as que eram defendidas por membros do alto escalão diretivo, o grupo liderado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar e uma de fundo teórico-interpretativa, representada pelas formulações analíticas de Caio Prado Júnior (MAZZEO, 2015, p. 123).

Pode-se, portanto, compreender um amadurecimento na produção intelectual de Caio Prado Júnior quando comparado com à primeira edição de *Evolução Política do Brasil*. As condições conjunturais marcadas pelos processos de perseguição e prisão promovidos pelo Estado Novo, junto ao debate político e teórico acerca das tarefas que a esquerda teria que desenvolver como forma de resistência, redefiniram a produção do discurso caiopradiano.

O próprio debate intelectual havia tomado maiores proporções a partir das publicações de *Raízes do Brasil* (1936) de Sergio Buarque de Holanda (1902-1982), *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrado e Mocambos* (1936) ambos do pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987).

Em *A Revolução Brasileira* (1966) Caio Prado Júnior mantém seu empenho em analisar a dinâmica político-econômica do Brasil. Tendo como condição de produção do discurso o momento em que vivia, procura propor uma interpretação do Brasil que levasse em consideração as suas particularidades.

Por meio do *sentido da colonização* pautado a partir das relações econômicas internacionais estabelecidas ao longo do processo histórico de evolução política e econômica do Brasil, Caio Prado Júnior construiu sua interpretação da realidade brasileira propondo estratégias para sua superação por meio da *Teoria da Revolução Brasileira*. Essa questão

pode ser notada na seguinte afirmação: “Esse processo de integração, ainda hoje sob certos aspectos incompleto, particularmente no que respeita a importantes contingentes da população rural, constitui um dos traços mais salientes da presente situação do país” (PRADO JR., 2014, p. 85).

Ainda sobre o livro *A Revolução Brasileira*, ele foi lançado após o Golpe Empresarial-militar de 1964 no Brasil, nele pode-se notar um duplo ajuste de contas: por um lado analisa os limites da política econômica dos militares e por outro apresenta a sua crítica a estratégia do Partido Comunista Brasileiro tanto em relação ao momento anterior ao golpe como depois. Isso porque em sua análise chega à conclusão de que o Brasil precisaria de uma teoria econômica, e também política, que atendessem à suas particularidades; considerando o seu histórico vinculado às tarefas históricas inconclusas como a superação da estrutura colonial. Para isso, de acordo com Caio Prado Jr.:

[...] a eliminação das formas coloniais remanescentes em nossa organização econômica e social é condicionada pela libertação das contingências em que nos coloca o sistema internacional do capitalismo no qual nos entrosamos como parte periférica e dependente (PRADO JR., 2014, p. 185).

Diante disto e ao analisar o processo de construção teórico-interpretativo do pensamento caiopradiano, percebe-se a manutenção em demarcar a preocupação deste intérprete com as questões econômicas implicadas no desenvolvimento do Brasil. Ao analisar a condição aguda do capitalismo monopolista no Brasil na condição conjuntural da ditadura empresarial-militar (1964-1989), Caio Prado Júnior passa a condição de análise da realidade brasileira por meio do *sentido da colonização* e passa a proposição de um plano de ação que atenda às demandas impostas pela realidade.

Assim, a proposta contida em *A Revolução Brasileira* supera os limites estabelecidos pela transposição de modelos baseados na particularidade europeia, fundada, em geral, no desenvolvimento capitalista de via clássica⁷. A preocupação de Caio Prado Júnior gira a partir

⁷ A interpretação da forma particular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro é compreendida por uma via que se distingue de outras formas, como o caso clássico inglês ou o caso prussiano. O Brasil tem suas próprias condições de objetivação do capitalismo e isso se dá pela sua condição genética fundada na forma colonial, trajetória que se distingue da via prussiana. Para tanto, nas palavras de José Chasin: “[...] Já fizemos algumas indicações a respeito, quando tratamos da *via prussiana*, e buscamos distinguir, com a ajuda desta, o particular próprio aos casos a que pertence o brasileiro, sugerindo, então, para ele, o designativo de *via colonial* (CHASIN, 1978, p.639).

da investigação de uma economia marcada pelo atraso, pela dependência e submissão ao capitalismo internacional, onde historicamente a acumulação de capital se deu a partir do fluxo metrópole-colônia estabelecido a partir do exclusivo metropolitano. Acerca desta questão Prado Júnior assevera que:

Como se notou anteriormente, o Brasil se formou e constituiu dentro do mesmo sistema internacional que daria modernamente no sistema imperialista. [...] Ela tem caracteres próprios e específicos que precisam ser levados em conta, o que frequentemente não acontece (PRADO JR., 2014, p. 184).

Os sentidos construídos no discurso caiopradiano vão se alinhando conforme a mudança das condições de produção amplas e restrita. Ao pensar metodologicamente a partir de uma fundamentação teórica que rompa com a reprodução de modelos eurocêntricos Caio Prado Júnior assume uma perspectiva pós-colonial, condição que se concatena tanto especificamente com as particularidades da colonização do Brasil como num sentido mais amplo com a luta anticolonial desenvolvida na África e Ásia. Essa perspectiva se radicaliza por meio da luta pela libertação nacional do Brasil, assim como os movimentos de Independência na África e na Ásia que tinham como pauta a luta contra as imposições imperialistas e neocoloniais.

Como se pode notar, o processo de consciência é permeado pela dinâmica da sociedade, onde educação e cultura transmitem a partir de uma processualidade contraditória de aspectos construídos historicamente, pois “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25).

O pensamento econômico de Caio Prado Júnior é permeado por condições concretas vinculadas ao contexto em que ele estava inserido, o próprio movimento conceitual e temático demonstra isso: *sentido da colonização/sentido da transformação projetada/Teoria da Revolução Brasileira*.

Nesse sentido, cabe destacar a presença de uma constelação de teorias econômicas que se apresentam para explicar e dar o receituário para a cura dos problemas socioeconômicos. A teoria de John Maynard Keynes (1883-1946) é um exemplo e se coloca como fundamento teórico de elaboração para uma política macroeconômica que pudesse conter as crises cíclicas. Enquanto que, de forma específica, Caio Prado Júnior faz a sua

contribuição teórica exatamente no primeiro momento industrializante da economia brasileira, aquele que foi caracterizado por João Manoel Cardoso de Melo por industrialização restringida⁸.

Vale mencionar, que no contexto latino-americano também se estabeleceu mais um paradigma do pensamento econômico visando explicar e propor alternativas para o desenvolvimento desta região. A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) é inaugurada a partir da publicação *Estudio Económico de la América Latina* em 1949, marcando a efervescência teórica que já se tinha neste momento histórico. Esse é o cenário que estimula a produção intelectual caiopradiana, principalmente ao notar na historiografia a estratégia para o desenvolvimento deste debate. Para isso, segundo Fernandes “Caio Prado Júnior animou-se a ver na historiografia o recurso para explicar causalmente, mas com base empírica sólida, a natureza e os limites do desenvolvimento que o colonialismo e o imperialismo forjaram para as ‘nações emergentes’” (1989, p. 6).

Assim, na análise dos sentidos do discurso de Caio Prado Júnior, pode-se notar tanto a sua preocupação com as demandas do momento em que vivia como também a confirmação de que o tema principal para o momento era a questão do desenvolvimento, além da pertinência da historiografia como ciência, como pode ser notado logo no primeiro parágrafo do livro *História e desenvolvimento; a contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento brasileiro* (1968), o qual foi concebido inicialmente como sua tese de Livre-docência para a cadeira e História da Civilização brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1968:

Nosso objetivo, na presente tese, é pesquisar na evolução histórica brasileira e na formação econômica e social do país algumas das premissas essenciais da *problemática atual*. A historiografia não constitui simples exercício acadêmico, e sim disciplina científica. E como tal, destina-se a integrar o conhecimento que o homem necessita ter do meio físico, do meio social e de si próprio, a fim de se conduzir em sua ação e de se comportar convenientemente. *A problemática brasileira de nosso tempo se centraliza essencialmente em torno do ‘desenvolvimento’, condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e o bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar*. Isso se encontra na consciência de toda a geração de nosso tempo, e não é sem incontestável justificação que as atenções e, preocupações mais generalizadas nos dias de hoje se concentram nesta questão do desenvolvimento (PRADO JR., 1989, p. 15, grifos nossos).

⁸ Cf. MELLO, João Manuel Cardoso. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Editora brasiliense, 1982.

Antes de lançar em um livro, Caio Prado Júnior teria escrito esse texto para uma banca de concurso para professor da USP em 1968 no qual não obteve êxito. No prefácio do livro *História e Desenvolvimento*, o sociólogo Florestan Fernandes ressalta mais de uma vez a perda que a universidade teve na ocasião da reprovação do autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Acerca dessa questão Fernandes afirma que “Seja como for, o livro comprova o seu porte intelectual e mostra que a ditadura constrangeu a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras a perder a presença direta e ativa de uma mente fecunda e de um grande historiador” (1989, p. 7).

As condições de produção do texto indicado acima tiveram como marca a intensificação do capitalismo brasileiro por meio da industrialização acelerada marcada pelos Planos de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). A industrialização que marca esse momento, contudo, precisa ser considerada a partir da lógica desigual do desenvolvimento capitalista, tendo em vista que a intensificação da industrialização brasileira marcada no período mencionado não coloca este país no patamar de desenvolvido.

Esse processo de desenvolvimento não é linear, tendo em vista tanto a particularidade histórica da formação do capitalismo brasileiro, como a relação que este possui com outros países, em que pesa a determinação da economia mundial por meio da divisão internacional do trabalho.

Com isso, mesmo havendo um aumento no grau de industrialização do Brasil, nota-se a manutenção do perfil exportador de produtos primários, marcado do *sentido da colonização* que imprime a este território o latifúndio, a monocultura, a superexploração do trabalho e a atrofiação do mercado interno em benefício da lógica exportadora.

De acordo com João Manuel Cardoso de Mello, esse sentido se nota quando “As economias periféricas enquanto exportadoras de produtos primários [...] não dispõem, assim, de comando sobre seu próprio crescimento, que, ao contrário, depende, em última instância, do vigor da demanda cêntrica” (MELLO, 1982, p. 15).

Essa dinâmica imposta, que marca as condições de produção do discurso caiopradiano, tem raiz histórica na expansão comercial marcada pelas grandes navegações e pelo estabelecimento de colônias, onde estas funcionavam como o complemento integrado à economia metropolitana.

Nota-se, assim, processo que impõe um desenvolvimento desigual marcado pela disparidade entre colônia e metrópole, mas combinado onde há uma dependência mútua entre periferia e o centro. Esse é o aspecto que marca o sentido da colonização, que segundo Caio Prado Júnior:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricos dos trópicos americanos (PRADO JR., 2011, p. 28).

Como se pode ver, o sentido da colonização é o que marca a evolução econômica e política das regiões tropicais colonizadas. Esse sentido é o que se assume como traço característico do capitalismo brasileiro e, nesse caso, como elemento norteador dessa dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado.

Essas condições de produção amplas são elementos que norteiam o pensamento econômico caiopradiano produzido no período, sua marca sócio-histórica se torna mais delineada a partir do processo de repressão desencadeado pela ditadura empresarial-militar (1964-1985)⁹, tem que como lógica a imposição de um modelo de desenvolvimento econômico pautado pelo autoritarismo, marca da autocracia burguesa brasileira.

Quais seriam os rastros que indicam que a ditadura militar “travou” a entrada de Caio Prado Júnior na USP na ocasião do concurso de 1968? O principal destaque é que o historiador era um reconhecido membro do Partido Comunista, já havia sido preso na ditadura do Estado Novo e ainda teve seu mandato de deputado estadual por São Paulo cassado em meio à repressão do governo Eurico Gaspar Dutra.

Com o golpe de 1964, não seria diferente, de acordo Pericás “Já naquele mês, Caio Prado Júnior viu de perto os resultados imediatos do golpe militar. O historiador foi detido em 24 de abril e ficou quase uma semana no xadrez com Caio Graco, preso um dia antes [...]” (2016, p. 200-201).

⁹ Cf. NETTO, José Paulo. Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

Outro aspecto que nos chama atenção é que o concurso em questão foi realizado no mesmo ano da promulgação do Ato Institucional Nº 5 e o desdobramento disso foi a aposentadoria compulsória de Caio Prado Júnior e de mais cinco nomes por meio de um decreto-lei de 29/04/1969. Todavia, Prado Jr. não havia sido aprovado no concurso tendo obtido apenas o título de livre docente.

Para afirmar as condições restritas de produção do discurso caiopradiano, considera-se a ordem de prisão recebida devido a uma entrevista dada num jornal de grêmio estudantil, condição que levou Caio Prado Júnior ao exílio até 1970, quando retorna ao Brasil e acaba sendo preso até 1971.

Nota-se, com isso, que o autor de *Evolução política do Brasil* desenvolve suas reflexões a partir das questões pertinentes às condições que lhe foram impostas. Cabe fazer dois destaques para isso. O primeiro é que, por óbvio, o sujeito que enuncia o discurso não consegue contemplar a totalidade das questões que a sociedade apresenta, tendo em vista o limite próprio da existência do indivíduo em função do real e da própria relação entre os sujeitos em si.

Porém, cabe destacar que há um empenho deste sujeito na construção e distribuições de significações acerca do que lhe rodeia. Acerca deste movimento Michel Pêcheux sob o pseudônimo de Thomas Herbert assevera que a “ideologia empírica está efetivamente fascinada pelo problema da realidade à qual o significante deve se ajustar” (HERBERT, 1995, p.71). Considerando, ainda, que “Ao falar de sujeito é preciso fazer referencia a seu lugar no mundo, às suas práticas históricas, considerando os ‘milhares de sujeitos arditos pelo sol, pela sede, pela forma, pela guerra, pela indiferença’ (SOBRINHO, p. 26, 2017).

O sujeito, dessa forma, é parte desse movimento. Pois “isso significa que o discurso não tem sua gênese espontânea, nem os indivíduos são constituídos em sujeitos por pura interpelação ideológica” (SOBRINHO, p. 27, 2017). Enquanto que o segundo aspecto se faz necessário pelo fato de que o agente da história é o ser humano e com isso a sua capacidade de intervenção e alteração da realidade não pode ser negligenciada.

Com isso, é preciso considerar que o sujeito enunciador do discurso tem limitações na compreensão e explicação das questões circunscritas a um dado tempo e espaço, a forma como lida e faz novas descobertas está inserida no processo de consciência, essa consideração possibilita uma aproximação mais adequada do objeto, tendo em vista a sua dinamicidade.

A busca pelo sentido do pensamento econômico caiopradiano se faz a partir disto, da investigação das condições de produção do seu discurso, das formações ideológicas que o nortearam assim como também aquelas em que ela marcou oposição. Esses sentidos, para a teoria marxista da análise do discurso, são procurados na materialidade. Tendo em conta que:

[...] o sentido não pode ser qualquer um, que não existe neutralidade na produção dos discursos. Por essa razão, o estudo dos processos de produção de sentidos exige uma compreensão da sociedade na qual os discursos são produzidos (MELO; CAVALCANTE, 2015, p. 65).

Sendo assim, compreende-se que o estudo acerca do pensamento econômico que trata do desenvolvimento brasileiro perpassa pela compreensão de que no momento em que ele foi produzido se tinha a demanda por tal. Os sentidos provocados por esse debate podem evidenciar a forma como a ideia de nação foi tratada, além de evocar problematizações acerca da origem de determinados fatores que entravariam esse desenvolvimento.

Ao questionar se o sujeito de forma consciente consegue transformar a história, ou a própria cultura e arte, sem transformar a si mesmo, compreende-se o ponto indicado no parágrafo anterior. Se isso fosse possível, esse sujeito estaria acima do processo histórico e não inserido nele.

Pensar a questão do desenvolvimento nacional não é uma tarefa exclusiva de Caio Prado Júnior, essa é uma condição histórica e é permeada por outras questões fundamentais que norteiam e interpelam o sentido. O intérprete da realidade brasileira, assim, se insere junto a seus pares numa disputa pelo sentido do que seria o desenvolvimento nacional e quais seriam as tarefas práticas para a sua implantação. Essa não exclusividade no discurso é caracterizada por meio efeito Münchhausen do sujeito. Fabiano Duarte Machado ao tratar da dinâmica do bonapartismo no processo de coerção e convencimento das massas explica esse efeito:

[...] à luz da perspectiva de Gramsci, a hegemonia burguesa nas sociedades capitalistas urbano-industriais, uma vez consolidada, costura uma dominação política sobre as classes subalternas em que estas, dialeticamente, ficam coagidas pelos aparelhos repressivos do Estado e ao mesmo tempo, numa espécie de “efeito Münchhausen do sujeito”, e sentem-se com um grau maior de participação estabelecido por um “consenso ativo” produzido pela adesão ideológica; e em alguns casos com elementos materiais como a implementação do sufrágio universal

e das leis trabalhistas, construídos pelos aparelhos privados de hegemonia. A referência à discussão proposta por Michel Pêcheux, a respeito do efeito Münchhausen da discursividade do sujeito, deve-se ao paralelo no funcionamento ideológico no jogo da interpelação-identificação das massas populares em relação ao líder bonapartista. Na constituição dos sentidos, em especial o político, o sujeito é “recrutado”, resultando daí como causa de si mesmo, sendo uma contradição fundamental, a produção do resultado de uma causa efeito de si no processo de coersão-interpelação-identificação dos sujeitos com o discurso, nesse caso do “Bonaparte”. Todavia, a consciência desse processo discursivo/político sofre um “apagamento”, caracterizado por Pêcheux (1997, p.157) como efeito Münchhausen, numa ligação à memória do Barão de Münchhausen que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos. Logo, a engrenagem da ideologia, em especial nos regimes bonapartistas, recruta sujeitos entre os indivíduos, e tenta estabelecer que todos os sujeitos, no processo de construção dos sentidos, assumam como evidente o fato do Regime bonapartista “ser o seu regime” personificado no “seu líder” que encarna. A compreensão do desenvolvimento do processo de consciência na relação entre governados e governantes à luz do efeito Münchhausen, que coloca o sujeito como “origem do discurso” desvendado por Pêcheux, nos possibilita pistas para desvelar a natureza do Estado no seu processo de constituição do sujeito. (MACHADO, 2018, p. 133).

Desta forma, a formação ideológica é mediada pela dinamicidade histórica e as demandas postas são determinadas socialmente e não individualmente, obviamente, isso não implica em anular a participação do sujeito e nem a sua capacidade criadora, mas sim localiza-lo materialmente na história.

Sendo assim, compreender a linha de desenvolvimento histórico do pensamento de Caio Prado Júnior possibilita a compreensão das continuidades, rupturas e também os sentidos que atravessam seu discurso, tendo em vista a sua vinculação à dinamicidade histórica, ou seja, Caio Prado Júnior mobiliza a construção das suas análises por meio das demandas de seu tempo, o *sentido da colonização* é uma síntese desse movimento. Para isso Golbery Lessa, ao analisar os livros caiopradiano em sua tese de doutorado, assevera que:

Para compreender bem algumas dimensões da dinâmica do pensamento caiopradiano é fundamental, entre outras atitudes metodológicas, sublinhar as identidades e diferenças existentes entre *Evolução Política do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*. A comparação entre esses dois livros é importante na medida em que significa a comparação entre: 1) o principal fruto dos “anos de aprendizagem” do autor e a sua obra mais importante; 2) duas expressões teóricas de duas conjunturas distintas e muito ricas para a história nacional e para a vida de Caio Prado Jr.; e 3) as teses caiopradianas em estágio inicial e mais abstrato e essas mesmas teses em um de seus momentos mais maduros (LESSA. 2005, p. 89).

Num espaço de aproximadamente uma década se pode notar o processo de amadurecimento das questões levantadas por Caio Prado Júnior, assim como o também se

percebe o desenvolvimento metodológico que norteará as suas investigações. Na década seguinte, há a publicação *Esboços dos fundamentos da teoria econômica* (1957), que seria mais um marco de mudança no pensamento de Caio Prado Júnior. Com esse texto tem-se início os trabalhos cuja economia se torna tema mais presente. Por meio da sua preocupação com o estudo das especificidades da economia nacional já apresentado em *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo*, o autor se empenhou em uma teoria econômica que correspondesse à dinâmica particular do Brasil.

A década de 1950, para tanto, é marcada pela internacionalização da econômica brasileira através da intensificação do fluxo de capitais estrangeiros durante, principalmente, o governo Juscelino Kubistchek (1956-1961). Os debates que marcam essa época implicam no incentivo ou na crítica deste movimento do Estado brasileiro em relação ao capitalismo internacional.

Em 1955, por exemplo, Caio Prado Júnior em artigo da Revista Brasiliense assevera que: "o nacionalismo constitui hoje no Brasil uma bem definida e forte corrente de opinião pública. Talvez já represente neste momento o mais caracterizado e consciente pensamento político brasileiro" (PRADO JR., 1955, p. 80).

Essa afirmação inaugura um artigo cujo *Nacionalismo e capitais estrangeiros* demonstra o movimento que este autor faz no tocante a seus objetos de pesquisa ao mesmo modo, explicita um elemento conjuntural que funciona como condição de produção do discurso: o avanço de um pensamento nacionalista em contraposição à presença do capitalismo internacional.

A forte corrente de opinião pública acerca do nacionalismo pode ser notada nas campanhas pela nacionalização e exploração da estatal do petróleo que resulta na criação da Petrobrás. Assim como o aumento da participação operária nas lutas políticas do Brasil condicionadas pelo aumento da participação industrial na economia brasileira e também por uma dinâmica urbana que passa a se fazer cada vez mais presente na sociedade brasileira. Paulo Henrique Martinez faz a seguinte caracterização deste período:

As décadas de 1930 e 1950, no Brasil, têm sido examinadas com recorrência em nossa historiografia. Observadas e guardadas as devidas e respectivas proporções, há situações de continuidade entre esses dois períodos da história política brasileira. A dura e constante repressão aos movimentos operários e aos comunistas, a ascensão da mobilização social e popular nos debates nacionais, a

ação do Estado na construção da infraestrutura econômica e nacional, com investimentos em energia, transportes, indústrias, acesso ao crédito e empréstimos governamentais. [...] As mudanças também não era pequenas: crescimento demográfico, urbanização, aumento da participação da indústria na economia brasileira, que dobrou entre 1946 e 1954 [...] (MARTINEZ, 2012, p. 291).

Em 1956, Caio Prado Júnior publica na Revista Brasiliense o artigo intitulado *A política brasileira* onde procura fazer uma caracterização dos movimentos iniciais do presidente Juscelino Kubistchek assinalando elementos positivos, principalmente, no tocante à democracia brasileira, porém constrói a seguinte crítica em relação à política econômica do governo que se iniciava: “O Sr. Kubistchek guarda o melhor de seus discursos e louvores para os empreendimentos de grandes organizações internacionais, como ainda recentemente fez por ocasião da inauguração da fábrica de caminhões da Mercedes-Benz em S. Paulo” (PRADO JR., 1956, p. 3).

O autor segue defendendo a sua posição nacionalista e de crítica a submissão do governo brasileiro a partir do sentido do desenvolvimento nacional que considera a melhoria das condições de vida da população brasileira juntamente com a elevação do quadro produtivo do trabalho no país, mirando um desenvolvimento voltado para dentro na expectativa de romper o perfil dependente e periférico do capitalismo brasileiro.

A abertura do Brasil ao Capital estrangeiro significou um aumento da presença imperialista no país principalmente por meio do investimento do dinheiro público. Na edição de número 4 da *Revista Brasiliense*, Caio Prado Júnior faz a seguinte afirmação acerca dessa dinâmica:

Isto é muito sério, porque pode dar a impressão de que o novo presidente projeta atrelar o Brasil, ainda mais fortemente, ao carro do imperialismo. Já não faltam, no presente, análises e estudos, bem como experiências do que significa realmente o fluxo para o Brasil de empreendimentos estrangeiros [...] (PRADO JR., 1956, p. 2).

Pode se notar, Caio Prado Júnior tem uma atuação permanente no tocante às questões conjunturais do Brasil. Sua intervenção se dá de forma ativa, principalmente no tocante à crítica da política econômica adotada pelo governo. Acerca disto, ainda é importante destacar que há a manutenção de aspectos de textos anteriores, dando um sentido de continuidade na produção do pensamento caiopradiano.

Para o autor a maior marca da dinâmica econômica brasileira seria o *sentido da colonização* que amarraria o caráter periférico e dependente da Nação, condição distintiva dos países desenvolvidos. Outro livro que marca o momento em que a História Econômica tem maior protagonismo no pensamento de Caio Prado Júnior e que funciona como um desdobramento do livro destas intervenções acerca dos rumos da economia e política brasileiras é *História e desenvolvimento* (1968).

A temática da superação do subdesenvolvimento estava em pauta e a intelectualidade do período acirrava o debate na tentativa de melhor formular uma explicação para o desenvolvimento econômico do Brasil. Caio Prado Júnior se insere nesse debate a partir da compreensão de que o Brasil demanda uma política econômica para o seu desenvolvimento, que buscasse atender às suas particularidades e dispensava os modelos fechados e acabados dos países desenvolvidos.

O sociólogo Florestan Fernandes na apresentação do livro *História e Desenvolvimento* evidencia a ideia de que há uma busca pelos enigmas do círculo vicioso que marca a dinâmica histórica brasileira, este autor apresenta e indica a importância da centralidade de quatro livros de Caio Prado Júnior além de expressar como estes se relacionam:

Os principais mercados de sua contribuição são duas obras Clássicas: Formação do Brasil contemporâneo Colônia e História Econômica do Brasil. A Evolução Política do Brasil pode ser agregada às duas, porque apanha o Estado nacional como conexão do sistema capitalista mundial, e a Revolução Brasileira, por sua natureza, as desdobra e amplia (FERNANDES, 1989, p. 5).

Pode-se considerar, por fim, que a produção teórica de Caio Prado Júnior segue uma linha mestra fundada nas condições de produção de discurso em que se manifesta a relação do capitalismo brasileiro com o capitalismo internacional por meio de uma processualidade desigual e combinada que provoca desdobramentos conjunturais, definindo o contexto em que este autor se insere na disputa pelos sentidos do discurso do desenvolvimento nacional.

Mesmo havendo inovações teóricas e enriquecimentos do ponto de vista de novas fontes e bibliografias Caio Prado Júnior mantém a sua preocupação em analisar o Brasil a partir das suas particularidades, procurando no estudo historiográfico as pistas para uma análise crítica da sociedade brasileira. Evidenciando como o pensamento econômico está

inserido na dinâmica da estrutura social ao mesmo passo em que sofre a determinação do seu método a partir do objetivo de justificar ou criticar a forma objetiva de sociabilidade em que o sujeito está inserido.

3 A ENCRUZILHADA DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Caio Prado Júnior é laureado como clássico das Ciências Humanas e da interpretação social do Brasil, junto a outros intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Gilberto Freyre (1900-1987), Ignácio Rangel (1914-1994), Celso Furtado (1920-2004) e Florestan Fernandes (1920-1997), para ficarmos apenas em alguns exemplos, empenhou-se em entender o sentido do desenvolvimento nacional, da configuração do povo brasileiro e fundamentalmente as contradições que assolam esta população.

Caio Prado Júnior, muitas vezes acaba sendo limitado pelos catálogos ao posto de historiador, por si só isso já seria uma questão a ser analisada, exatamente porque a atuação deste interprete do Brasil não se limitou a esta área, pode-se pensar, por exemplo, na Geografia, mas, fundamentalmente também, na Economia.

O seu empenho em analisar o Brasil perpassa várias áreas das Ciências Humanas, tem seu núcleo na História, de fato, porém não cabe apenas nessa área. Essa condição talvez se dê exatamente pelos rumos que a vida de Caio Prado Júnior teve em especial no tocante à sua militância político-partidária e pela não vinculação a vida acadêmica no sentido tradicional do termo, mesmo que isso não tenha sido por vontade própria (notar as duas postulações e reprovação em concurso público para o cargo de professor da USP).

Para tanto, alguns aspectos precisam ser considerados, o primeiro é de como as fontes historiográficas são importantes para a História Intelectual. Por meio da catalogação e fichamento das fontes, nesse caso, artigos de Caio Prado na *Revista Brasiliense* e seus livros, assim como também Documentos Políticos do Partido Comunista Brasileiro, pôde-se levantar uma série de problemas, que vão deste a perspectiva filosófico-metodológica do funcionamento e etapa do capitalismo até a estratégia da Revolução brasileira, passando, inclusive, pela forma como a dinâmica econômica e o desenvolvimento nacional são concebidos.

Outro aspecto, relaciona-se ao movimento feito pela História do Pensamento Econômico enquanto disciplina, concentrando-se em direção ao departamento de Economia, condição que influencia no uso de tabelas, gráficos, e estatísticas, em geral, e os seus diversos usos. Nesse caso a problematização se dá na consideração dessas informações como fim em

si mesmas, ou seja, estas fontes deixam ser um subsídio para a interpretação da realidade e passam a ser constituídas nas pesquisas enquanto elemento central.

Ao indagar, a partir da Análise do Discurso pecheutiana, quais seriam as condições de produção que possibilitaram o aparecimento desse padrão das ideias econômicas em questão se constatou que com o incremento do acirramento da Guerra Fria e do intervencionismo estadunidense na América Latina há um giro na forma como os problemas econômicos são considerados.

Assim, se por um lado, há um aumento, inicialmente, na posição nacionalista, de libertação nacional e de luta por uma maior autonomia do país; por outro, passa-se a considerar o desenvolvimento e o crescimento do país atrelado às “parcerias” com os países centrais, a partir de uma posição liberal. O debate entre liberais e intervencionistas foi o que marcou o primeiro momento do surto industrial brasileiro, caracterizado por José Manuel Cardoso de Mello (1982) como industrialização restringida. E o pano de fundo desse debate estava a formação do Brasil enquanto nação autônoma e a superação do fardo colonial.

Para tanto, para entender a relação entre História e Economia no tocante aos problemas do método da História Econômica de forma mais específica, recorreu-se ao britânico Eric Hobsbawm (2008). Partiu-se da construção da existência de uma relação entre Economia Política e História Econômica, onde a ascensão de ambas enquanto corrente de pensamento predominante se dá ao lado do processo industrializante e da consolidação do capitalismo enquanto sistema global.

Isso pode ser notado no apogeu de obras nesses campos a partir da Revolução Industrial Inglesa (1760-1840) e da consolidação da burguesia enquanto classe hegemônica, anteriormente, a partir das Revoluções Puritana (1640-1649) e Gloriosa (1688-1689). Esse entendimento nos permitiu reforçar a ideia de que as condições de produção do discurso podem oferecer suporte para a análise e problematização de rastros contidos no pensamento econômico brasileiro.

Questionar o que é o Brasil hoje, demanda uma análise da sua História, exige o entendimento das raízes das atuais contradições e de como estas se relacionam com o capitalismo internacional. Todavia, a consciência que o indivíduo tem de si mesmo e do seu meio não é linear, a história não avança em patamares sempre em direção ao progresso, podendo, no entanto, lançar-se a patamares anteriores. A ideia de barbárie e de autodestruição

da humanidade na contemporaneidade nos serve como exemplo para ilustrar essa dinâmica da consciência.

Assim, procurando entender o que é o local em que vivemos e como ele se relaciona com as outras regiões, almejando identificar suas particularidades e interconexões com a totalidade é que pretendemos desenvolver o presente trabalho. Ele é construído a partir de inquietações sobre como o Brasil se tornou o que é hoje, ou melhor, como se chegou a atual situação dos brasileiros.

No entanto, essa investigação não pode ser indefinida por motivos próprios do fatiamento do conhecimento científico, marcado pela precarização e apressamento nas pesquisas em um país na periferia do capitalismo. Desta maneira, ao tentar especificar o campo de pesquisa, marco temporal e o próprio objeto a ser estudado, faz-se a advertência de que nessa investigação histórica o presente é o que acaba possuindo maior peso.

É a partir deste que se constroem as questões, motivam-se, por meio dessa posição, as fontes e os próprios caminhos a serem percorridos com base na História Intelectual, especificamente a partir da História do Pensamento Social Brasileiro. E, para isso, um objeto de pesquisa foi definido: *O pensamento econômico de Caio Prado Júnior acerca do Desenvolvimento do Brasil entre as décadas de 1940 e 1970.*

Essa delimitação surgiu a partir de alguns pontos específicos, o primeiro se dá a partir de um sentimento particular do autor desta dissertação: o estudo da História do Pensamento Econômico como campo fundamental para o entendimento do Brasil contemporâneo; já o segundo se dá a partir da negligência que os clássicos da interpretação da formação social do Brasil vêm sofrendo; enquanto que o terceiro funciona, grosso modo, como intersecção desses dos primeiros pontos: a importância do retorno aos clássicos da interpretação do Brasil no tocante as suas trajetórias, principais polêmicas e influências intelectuais e materiais, visando reelaborar questões e entender os momentos de continuidade e discontinuidades que as formulações desses autores sofreram ao longo desse praticamente meio século.

Desta maneira as motivações foram se moldando e o ímpeto em desvelar os caminhos do desenvolvimento do Brasil se consolidou. Outra indagação, também foi importante: a forma-Brasil está definida? Quer-se saber, por esse meio, como se pode entender que o Brasil é o que é, e não poderia ser mudado. Essa questão também é relevante: a possibilidade de alteração da atual situação socioeconômica brasileira. A ideia de imutabilidade das relações

socioeconômicas do Brasil funcionaria como se fosse algo do destino, uma predestinação absoluta para um país ou mesmo para a humanidade.

No entanto, ao inserir a História nessa reflexão se entende que não é uma questão de destino, mas de ação-pensamento de sujeitos de carne e osso sobre as condições materiais que são confrontadas. Tendo em vista, de acordo com Caio Prado Júnior, que:

Em suma, o conhecimento, e particularmente o conhecimento dos fatos sociais, constitui um fenômeno coletivo, social. Não é privilégio exclusivo de ninguém e de nenhuma categoria de indivíduos humanos, mas se difunde pelo *conjunto* e por todos eles, embora em proporções muito variáveis; e se elabora também por esses indivíduos, alcançando em alguns deles, que são propriamente os cientistas dos fatos sociais – sociólogos, etnólogos, economistas, historiadores, etc. – o plano mais elevado da Ciência que não é senão o do conhecimento geral e sistematizado (PRADO JR., 1969, p. 20, *itálico do autor*).

A partir desse pressuposto é que se passa a entender os ímpetus que mobilizam o trabalho dos intérpretes das relações socioeconômicas do Brasil. Eles, assim como todo ser humano, passam a procurar os sentidos na formação social em que estão inseridos, tentam explicar as condições em que vivem, a rastrear as suas contradições e a propor alternativas no sentido da transformação dessas relações. Contudo, o que os diferencia e os lança à condição de intérpretes é a sua especialização nessas investigações.

Assim, por meio da relação dialética ação-pensamento/pensamento-ação¹⁰ o ser social transforma o meio material concreto em que está submetido ao mesmo passo em que formula idealmente a sua ação almejando aperfeiçoar esse processo de transformação. Com isso, o pensamento não seria o determinante da materialidade, mas as condições postas pela materialidade ao ser social que fazem com que este tenha que as interpretar, exatamente, para conseguir sobreviver às adversidades em que estão inseridos.

O ser social cria as suas formulações acerca da realidade que o rodeia, estas são elaboradas tanto para justificar as transformações como também para defender permanências. Isso implica no entendimento de que as formulações não necessariamente são criadas para indicar as contradições e propor as suas superações, na verdade o que predomina é o ímpeto

¹⁰ Cf. MAZZEO, Antônio Carlos. Sociologia política marxista. São Paulo: Cortez, 1995.

em justificar as permanências. Condição que se aperfeiçoa com o desenvolvimento das relações sociais de produção.

Acerca dessa questão é importante frisar que no capitalismo a potencialidade de conhecimento que o ser social tem de si é maior e mais sofisticada que nos modos de produção anteriores. No entanto, as próprias relações de produção do sistema capitalista de produção, ao alienar o trabalho, provoca um apartamento desse conhecimento, deixando, com isso, que as mercadorias apareçam como predominantes nas relações estabelecidas entre os seres sociais. Essa aparente preponderância das mercadorias na mediação das relações sociais é o que Karl Marx chamou de fetiche da mercadoria:

Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais (*dinglichen*) que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relações umas com as outras e com os homens. [...]. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (MARX, 2013 p.147-148).

Para tanto, tendo em vista que os sujeitos se relacionam a partir de uma determinada particularidade histórico-social, nota-se que as interpretações e formulações acerca da História do Brasil são também permeadas por formas fantasmagóricas, estas se dariam exatamente no momento em que o ser social, onde a ação-pensamento/pensamento-ação é materializada. Ou seja, esse ser é fruto do meio, das contradições que lhe são postas e nem sempre estas lhe são apresentadas de forma nítida, por isso, fala-se em forma fantasmagórica.

Para o presente caso, o fetiche da mercadoria se manifestaria, dentre outras formas, no tocante à interpretação da História Econômica do Brasil, por meio da defesa de um desenvolvimento econômico pautado na centralidade da agroexportação, tendo a indústria como elemento auxiliar. O que se coloca em questão aqui é a forma como esses intérpretes passam a notar o lugar em que estão inseridos, como compreendem o movimento das relações sociais em que estão inseridos. Nesse caso, ainda, como essa “autonomia” que as mercadorias aparentam ter assume uma forma particular no pensamento desses intérpretes do Brasil.

A crítica à forma como essas relações de produção se edificam e funcionam pode ser um passo à frente no tocante ao desvelamento das engrenagens que são mascaradas por interpretações que associam a situação sócio-histórica do país a uma predestinação praticamente absoluta, ou atribuem à cultura ibérica a responsabilidade pela forma como as instituições brasileiras se constituíram ou até mesmo como a miscigenação influenciou na dinâmica do trabalho e inovação do país.

A busca pelo sentido do desenvolvimento do Brasil serve para enfrentar a mistificação das relações sociais no Brasil, pode nos ajudar a compreender problemas atuais, posto que suas raízes são históricas e por isso precisam ser notadas dentro de uma ótica dinâmica. No tocante à forma como economistas políticos, no geral, naturalizam a propriedade privada e as relações de produção capitalistas, em a *Sagrada Família*, Karl Marx e Friedrich Engels asseveram:

A economia política que aceita as relações da propriedade privada como se fossem relações humanas e racionais move-se em uma constante contradição contra sua premissa fundamental, a propriedade privada, numa contradição análoga à do teólogo que interpreta constantemente as noções religiosas a partir de um ponto de vista humano e justamente através disso atenta sem cessar contra sua premissa fundamental, o caráter sobre-humano da religião (MARX; ENGELS, 2011, p.54).

Por meio do avanço das relações de produção o ser social foi ampliando as suas possibilidades de conhecimento da realidade, passando a apreender os movimentos intrínsecos da sua cotidianidade. E, por isso, também passou a ter condições de formular sobre esse seu cotidiano, no caso, sobre essa forma de viver, suas contradições e implicações na própria forma de viver. É por meio dessa apreensão que o ser social passa a intervir e transformar esse meio.

Na esteira de Mazzeo (1995), pode-se notar que quando o ser social sai do plano da sua imediatividade e caminha para a reflexão sobre seu próprio cotidiano há um movimento de apreensão racional-mediativa do mundo. Essa seria a segunda forma de apreensão, que se constituiu na formulação de um pensamento que o ser social tem de si, enquanto que a primeira forma se dá na cotidianidade, seria a apreensão racional-imediata da realidade. Constituiria através desse movimento uma mediação que conecta a forma-mundo imediata e a forma-pensamento que o ser social constrói através da sua *práxis* social. Ainda sobre a *Práxis* marxista, Adolfo Sánchez Vásquez em sua *Filosofia da Práxis* indica que:

A concepção marxista da práxis, da qual partimos, não é, em suma, um retorno, mas, sim, um avanço; é uma superação – no sentido dialético de negar e absorver – tanto do materialismo tradicional como do idealismo, o que implica, por sua vez, a tese de que não só o primeiro como também o segundo contribuíram essencialmente para o surgimento do marxismo (VÁSQUEZ, 2011, p. 31).

Diante do exposto, passa-se a demandar a compreensão de como a interpretação do desenvolvimento do Brasil foi construída, quais seriam as suas principais influências e em que momento suas principais características foram consolidadas. Por isso, por razões de ordem metodológica e buscando melhor desenvolver a pesquisa, optou-se por ter o direcionamento da pesquisa para a construção intelectual de Caio Prado Jr. (1907-1990) entre os períodos entre as décadas de 1940 e 1970.

Esse intelectual chama a atenção por sua presença nos cursos de formação de historiadores e por ser encarado como um dos três principais intérpretes da conhecida geração de 1930: Caio Prado Júnior (1907-1990), Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) e Gilberto Freyre (1900-1987). Esses três personagens passam a permear praticamente toda a grande interpretação do Brasil a partir da década de 1930, alcançando a definição de clássicos. Possibilitando um novo patamar na historiografia brasileira, acerca disso Jayro Gonçalves Melo assevera:

Nesse fluir dialético, a ação de conhecer enquanto busca metódica da verdade, não podendo evitar algum tipo de condicionamento ou determinação social, aponta para a ruptura do reificado até o limite possível a uma determinada consciência crítica ou refluí em manifestações, reforçando o universo ideológico dominante através da reafirmação de suas ontologias. [...] Sendo assim, a ruptura é verificável somente ao nível das desmistificações e enquanto síntese de contradições no interior da própria criação historiográfica. É necessário entender o historiador não como um ato asséptico de descoberta, mas como construção social de um saber indefinidamente renovado (MELO, 1989, p. 97).

Vale frisar, contudo, que o Brasil não produziu apenas esses três intérpretes da realidade brasileira, pode-se pensar Otávio Brandão (1896-1980), Heitor Ferreira Lima (1905-1989), Astrogildo Pereira (1890-1965), Ignácio Rangel (1914-1994), Celso Furtado (1920-2004) dentre outros tantos. Intelectuais que associaram à sua vida o projeto de interpretação das contradições do Brasil, visando a superação das suas contradições e a construção de um país melhor.

De acordo com Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco “o pensamento radical no Brasil ganha impulso e se firma no país, dentro do processo de modernização conservadora, como tentativa de solucionar os dilemas nacionais postos pela revolução brasileira desde o começo da década de 1920” (PERICÁS; SECCO, 2014, p. 9). Pode-se depreender através desta citação um conjunto de elementos, entre eles se nota o aprofundamento das contradições da República Oligárquica brasileira durante já as primeiras décadas do século XX.

A denominada Revolução de 1930 que quebrou o pacto político-econômico das elites produtoras do café e do leite, remodelando a estrutura dominante do aparelho do Estado brasileiro é mais outra prova das transformações que o país estava passando.

Outro aspecto que se pode notar é a mudança no eixo econômico mundial que passa da Europa para a América a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), além da crise de superprodução de 1929. Elementos que provocaram a reabertura de uma quadra que poderia reorganizar a divisão mundial do trabalho. De acordo com Leon Trotsky acerca do declínio econômico europeu nas duas primeiras décadas do século XX:

De importância decisiva nesta esfera está o fato de que o centro da gravidade da economia capitalista e do poder burguês mudou da Europa para a América [...]. Antes da guerra a Europa era o coração do mundo capitalista, era o principal mercado do globo, sua principal fábrica e seu principal banco [...]. A Europa foi jogada para trás (TROTSKY, 2008, p. 17).

O impacto do acirramento e da barbárie imperialista do início do século XX lança as relações de produção capitalista a um novo patamar, suas contradições ficaram mais cadentes e medidas de austeridades se tornaram mais emergenciais para a manutenção do poderio burguês. Essas transformações afetaram boa parte do mundo ocidental, mercados foram instaurados criando a possibilidade de rápida acumulação de capital.

Todavia, não houve apenas o avanço da hegemonia burguesa, uma alternativa a partir de outubro de 1917 passou a se fazer na disputa. A Revolução de Outubro que liderada pelos Bolcheviques pôs a estrutura servil-absolutista dos Romanov abaixo significou um novo eixo político-econômico no arranjo das relações internacionais. Na América do Sul se pode notar o surgimento de partidos comunistas já em 1918 (Partido Comunista Argentino), em 1920 (Partido Comunista Uruguaio) e em 1922 (com os PC's chileno e brasileiro).

Não se pretende dizer com isso que as interpretações radicais do Brasil são de influência exclusiva da Revolução Russa, já desde o início do século XIX há movimentos de contestação do poder e do sentido que a economia brasileira teimava em ser mantido, podem-se elencar rapidamente alguns como: Revolta da Armada (1893-1894), Tenentismo, Coluna Prestes (1925-1927), Semana da Arte Moderna (1922).

No entanto, também cabe considerar que a Revolução de Outubro de 1917 serviu em grande medida como referência para os intérpretes brasileiros no tocante a possibilidade de transformações nos rumos do país. Os professores Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco ao estudarem os intérpretes do Brasil confirmam esse entendimento, como pode ser notado abaixo:

Foram ‘momentos’ definidores como o modernismo, o tenentismo e a Revolução de 1930 que, de fato simbolizaram a rotação intelectual acentuada da geração de revolucionários brasileiros surgida logo após o primeiro pós-guerra [...]. A partir da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), da Semana de Arte Moderna e dos levantes dos Tenentes (1922), uma nova leva de artistas e intelectuais engajados e comprometidos com projetos estéticos, políticos e sociais transformadores se dinamizou, ganhou força e se consolidou como um grupo amplo, com maior capilaridade, penetração cultural e autoridade para vocalizar as expectativas de fatias menos privilegiadas da sociedade (PERICÁS; SECCO, 2014, p. 9).

Desta maneira, já se pode notar toda uma atmosfera que vai mobilizar o desenvolvimento de uma intelectualidade voltada para o estudo do Brasil, buscando construir caminhos alternativos para este país. Com isso, pode-se entender que houve uma alteração nas condições de produção do discurso geradas nas primeiras décadas do século XX que marcou toda uma geração de intelectuais.

Faz-se necessário, contudo, indicar que essas condições de produção do discurso nascem das novas condições histórico-concretas do capitalismo brasileiro e mundial que provocam novas contradições e imprime a necessidade de uma *práxis* própria para essa conjuntura.

Buscando construir uma narrativa crítica do pensamento econômico brasileiro partiu-se das discussões acerca de modelos alternativos que se sejam construídos a partir da particularidade da formação sócio-histórica brasileira. Para tanto, entende-se o movimento

de superação do fardo colonial do capitalismo brasileiro, fundamentalmente a partir da obra de Caio Prado Junior.

É importante destacar, contudo, que a contribuição teórica desse autor, procura romper com o sentido da colonização, ou seja, direciona-se para uma libertação nacional, visando assegurar um desenvolvimento autônomo da economia brasileira e superando a dependência, o atraso e a desigualdade estrutural do Brasil. Todavia, cabe outro destaque rápido, o pensamento de Caio Prado Júnior é construído a partir do pensamento marxista, isso quer dizer que esse autor propõe uma interpretação das relações sociais através do materialismo histórico conforme é indicado no prefácio da primeira edição de *Evolução Política do Brasil* de 1933:

Procurei tão somente dar a síntese da evolução política do Brasil e não traçar a sua história completa [...] Mas, tratando-se de um método relativamente novo – refiro-me à interpretação materialista – de analisar a história brasileira, não me era dado conhecer as exigências dos leitores (PRADO JR., 2012, p.9).

Esse é um dos caminhos que Caio Prado Júnior tomou ao longo da sua produção intelectual. O autor de *Formação do Brasil contemporâneo* se preocupava em construir uma interpretação própria para a formação brasileira, buscando contemplar a sua dinâmica particular ao mesmo passo em que procura romper com os modelos preestabelecidos. Esse movimento feito por este autor é o que nos inquieta em relação à construção de um pensamento de libertação nacional.

A tese caiopradiana do sentido da colonização poderia ser pensada como uma iniciativa de interpretação fundada no princípio da libertação nacional, para Prado Jr. (1977 apud PERICÁS; WIDER, 2014, p.193) “o desenvolvimento, portanto, significaria a superação do passado colonial e a eliminação do que ainda restaria dele”. A busca pelo sentido particular do capitalismo brasileiro é um ponto central no pensamento de Caio Prado Júnior, podendo ser notado mais uma vez na seguinte afirmação:

É numa tal linha de pensamento que se há de fazer a determinação das reformas e transformações constituintes da revolução brasileira. Isto é, não pela dedução a priori de algum *esquema teórico preestabelecido; de algum conceito predeterminado da revolução*. E sim pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua

dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram imanentes e que não precisam ser trazida de fora do processo histórico e a ele aplicada numa terapêutica de superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas (PRADO JR., 2014, p. 16).

3.1 Caio Prado Júnior e os sentidos do Pensamento Social Brasileiro

O estudo do pensamento de Caio Prado Júnior foi feito a partir de uma disciplina que está inserida nos diversos segmentos das Ciências Humanas, estamos falando da História Intelectual que é marcada dentro da ciência histórica, mas também pode ser notada na teoria do conhecimento ou na sociologia do conhecimento.

A amplitude que este campo de pesquisa possui, possibilita, por outro lado, uma dificuldade na definição dos seus objetos e fundamentalmente no que se refere ao percurso metodológico. Isso se dá, exatamente, pela dinâmica que da História Intelectual no intercâmbio com as outras áreas das ciências humanas.

Porém, essa amplitude também possibilita uma rica apropriação de percursos investigativos, assim como de temas a serem levantados. Acerca dessa riqueza provocada por essa dinâmica da história intelectual a professora Regina de Freitas Dutra assevera “O que por vezes confunde e obscurece as incursões dos interessados, já que nem sempre há clareza suficiente dos itinerários e dos percursos a seres seguidos, em um espaço que não se furta a alimentar debates no interior da disciplina histórica” (DUTRA, 2015, P.327).

No presente caso, como visto na seção anterior, empenhamo-nos em desenvolver uma investigação a partir da teoria marxista da Análise do Discurso, essencialmente a partir do estudo das condições de produção do discurso e da formação ideológica de Caio Prado Júnior.

Contudo, do ponto de vista da História Intelectual, esse procedimento analítico implica numa crítica interna e externa dos textos, tendo em vista que é a partir destes que podemos localizar a disputa dos sentidos do discurso. Assim, por meio da análise das condições de produção do discurso se possibilita a crítica externa, enquanto que por meio do estudo da formação ideológica se tem condições para a crítica interna do discurso. Para este percurso cabe justificar que: “a História Intelectual pode contribuir para desvendar ricos aspectos no campo dos estudos do pensamento, da cultura e das práticas intelectuais, e dar

mostras do seu impacto sobre o labor historiográfico e a escrita da História” (DUTRA, 2015, p.329).

Desta maneira, reforça-se a pertinência da História Intelectual na pesquisa historiográfica. Isso reflete diretamente na proposta de investigação deste trabalho, que possui como núcleo o pensamento econômico de Caio Prado Júnior no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do Brasil. Cabe destacar que estamos empenhados numa história das ideias encarnadas, relacionada à produção humana e à intervenção na sociedade. Por isso, notamos a importância do arsenal teórico oferecido pela análise do discurso marxista, tendo em conta a afirmação da historicidade dos discursos, daí que se tem a dupla crítica: interna e externa.

Nesse sentido a História Intelectual se localiza tanto a partir da produção das ideias como por meio do papel político e social dos sujeitos responsáveis por esta produção, tendo em vista o nexos existente entre estes sujeitos e as relações sociais. Assim, para a professora Kátia Gerab Baggio:

Os estudos na área de História Intelectual, em seu sentido amplo, têm como seus objetos de pesquisa e reflexão não apenas a história do pensamento e do debate de ideias e ideologias, mas questões como a constituição de redes e sociabilidades intelectuais; os variados tipos de impressos, sua circulação e articulação com o debate público; as viagens e intercâmbios; as experiências de exílio e descolamento etc. (BAGGIO, 2014, p. 599).

Diante desta consideração e por meio das reflexões e debates no Grupo de Pesquisa: DOCUMENTO, IMAGENS E NARRATIVAS (HIS/UFAL/CNPQ) fizemos o reconhecimento e seleção dos acervos buscando notar as redes de sociabilidade, circulação e articulação do pensamento caiopradiano no debate público de sua época.

Extrapolando ou ressignificando a diversificação dos impressos, trabalhamos com o auxílio de sítios digitais de associações de pesquisadores sobre o pensamento social brasileiro, a economia política e a história econômica, considerando a necessidade inicial que foi estabelecida para a pesquisa: um voo panorâmico sobre o pensamento social crítico e historiográfico.

Assim, selecionamos os acervos da Associação Brasileira de pesquisadores em história econômica (ABPHE)¹¹, fundada em 1993 que é a principal organização científica nacional nessa área, tendo como ponto de difusão do debate da história econômica por meio de livros, revistas e encontros periódicos; a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)¹² que tem a sua fundação em 1996 e nos auxiliou com material que associa economia política à história econômica, tendo em vista a relação que estas duas áreas já possuem, e além disso a SEP articula produções contemporâneas a nível nacional (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e a Associação Nacional dos Curso de Graduação em Economia (ANGE) e internacional (Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA), potencializando o acesso aos debates do período e sobre os temas da História Intelectual. Vale considerar, que os anais dos Encontros e Colóquios dessas instituições possibilitam um rico banco de dados para a pesquisa, por isso demos a elas destaque em nossa pesquisa.

Por outro lado, também nos referenciamos no banco de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em História econômica da FFLCH-USP¹³ que oferece de igual maneira uma coleção digital que possibilitou a nossa pesquisa o aprofundamento na massa crítica acerca da produção da História econômica, em específico a obra “caiopradiana”.

Esses três acervos digitais elencados são parte do banco principal de pesquisa, enquanto que os próximos compõem o banco complementar, ou auxiliar, devido ao seu caráter. Eles tiveram como função o direcionamento dos temas a partir de dossiês sobre os autores do pensamento brasileiro, alguns deles, infelizmente, ainda são pouco acessados.

Organizado pelo professor da UFRJ Carlos Brandão e financiado pelo Projeto “Cátedras IPEA para o desenvolvimento” o portal Interpretes do Brasil¹⁴ nos oferece um levantamento do debate sobre as grandes questões nacionais e seus interpretes e a Biblioteca virtual do pensamento social (BVPS) que é vinculada à Fiocruz e faz parte de projeto que visa organizar e difundir a produção intelectual sobre o pensamento social brasileiro por meio de artigos, teses, dissertações, *papers* e vídeos.

A amplitude que os acervos digitais junto à cotidiana inovação nas técnicas de pesquisa possibilitam amplia as possibilidades da pesquisa em História Intelectual. Vale

¹¹ Cf. <<http://www.abphe.org.br/abphe-quem-somos>>. Acesso em 11/07/2018.

¹² Cf. <<http://www.sep.org.br/>>. Acesso em 11/07/2018.

¹³ Cf. <http://ppghe.fflch.usp.br/posgraduacao/he/trabalho_defendido>. Acesso em 11/07/2018.

¹⁴ Cf. <<http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/16.av>>. Acesso em 11/07/2018.

frisar, contudo, que assim como a ciência em geral, a História desenvolve suas linhas de pesquisa a partir das pertinências emanadas no seio da sociedade.

Nesse sentido, é importante destacar que os ambientes digitais já se localizam como importante instrumento de pesquisa para os historiadores, tanto pela riqueza na quantidade e diversidade de documentos, como também no tocante a velocidade que é proporcionada ao pesquisador.

Os avanços tecnológicos possibilitaram o aumento da velocidade da circulação de informação, em alguns casos têm-se exemplos negativos: como a difusão das *Fakenews*; mas, também, condições muito importantes para o desenvolvimento das pesquisas, para a verificação da veracidade de fontes e dados que são apresentados.

Cada vez mais instituições, bibliotecas e fundações digitalizam os seus acervos, que podem variar em suas tipologias como os apresentados no início deste tópico, condição que aumenta o leque de possibilidades de pesquisa. Esse é o caso da nossa pesquisa, que demanda em boa medida o acesso a esses tipos de acervos, à verificação e comparação tanto de dados, como dos discursos notadamente no que diz respeito ao Pensamento Social Brasileiro e à interpretação do Brasil.

Todavia, vale frisar que isso significa que esse campo de investigação não é progressista por natureza, pode-se notar, por exemplo, as posturas revisionistas que ao visar dar nova leitura sobre um determinado acontecimento histórico assumem uma posição reacionária. Desta maneira, por ser um desdobramento de uma sociedade dividida em classes, a História enquanto ciência também assume posições contraditórias e até antagônicas.

Para tanto, cabe a apresentação do conceito de intelectual que norteia a presente dissertação, tendo em consideração que este trabalho parte do entendimento de que o intelectual está vinculado diretamente à dinâmica da sociedade a sua produção também. Sendo assim, na sociedade capitalista têm-se intelectuais ligados à classe dominante, que direcionam a sua ação para justificar as relações de produção, enquanto que de forma oposta há os intelectuais voltados à classe trabalhadora que tem por objetivo desmistificar as relações sociais de produção por meio de uma ação crítica no sentido de construir uma posição contra-hegemônica. Em seus *Cadernos do Cárcere* Antônio Gramsci apresenta a seguinte síntese para a conceituação de “intelectual”:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma

ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político (GRAMSCI, 1999, p. 15).

Essa acepção é o que norteou a pesquisa e a dissertação em tela. Desta maneira, a História Intelectual que nos referenciamos parte do pressuposto de que as classes sociais criam seus intelectuais e estes atuam no sentido da disputa nos campos da economia, da política e da sociedade tendo em vista a dinâmica da luta de classes. São estes intelectuais que projetam o discurso societário vinculado a cada camada social.

Caio Prado Júnior é um exemplo de intelectual que possui a sua produção vinculada a um projeto de sociedade específico, que considera a necessidade da superação do capitalismo como condição fundamental. Todavia, os intelectuais não são um grupo homogêneo, pela natureza da sua relação com as classes sociais surge uma distinção, que segundo Gramsci coloca de um lado os intelectuais orgânicos do capital (conservadores) e do outro os intelectuais orgânicos do trabalho (progressistas).

De acordo com Maria Lúcia Durigetto Gramsci “argumenta que essa posição assumida pelos intelectuais tradicionais é ancorada numa postura idealista, na medida em que os intelectuais tradicionais acreditam ser independentes, autônomos, dotados de características próprias” (DURIGUETTO, 2014, p. 283).

Sendo assim, os intelectuais se relacionam com os projetos societários tanto no sentido de defendê-los como para critica-los, ou seja, não estão numa posição independente e/ou desvinculada de interesses. No prefácio da primeira edição de *Evolução Política do Brasil* Caio Prado Júnior assevera que “Quis mostrar, num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grande senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial” (PRADO JR., 2012, p. 10).

Como é nítido, neste ensaio Caio Prado Júnior demarca a sua posição enquanto intelectual orgânico, cuja tarefa é contrapor, nesse caso, à historiografia oficial que até então deixava de fora ou secundarizava a ação das camadas populares. Nesse texto Caio Prado Júnior procura desmistificar a História do Brasil por meio do materialismo histórico, evidenciando uma crítica a forma hegemônica desta historiografia.

Assim, buscando construir uma história que evidência as camadas populares, este autor procura localizar a unidade que marca o sentido da colonização ao mesmo passo que procura por este meio notar as diferenças que marcam a formação histórica do Brasil. Esse movimento é o que provoca a originalidade do pensamento caiopradiano ao mesmo modo

que realça a sua posição enquanto intelectual orgânico. De acordo com Luiz Bernardo Pericás:

É possível dizer que Caio Prado Júnior, autor de obras clássicas da historiografia brasileira, também pode ser inserido dentro da tradição e das experiências de longa duração, desde Weydemeyer e De Leon até Carlos Baliño e José Carlos Mariategui. Mesmo que não tenha tido contato pessoal com aqueles homens, nem necessariamente com as obras dos intelectuais citados (pelo menos em seus anos de formação), ele certamente fez parte dessa linha cronológica e cultural do desenvolvimento do marxismo nas Américas, uma tradição que tentou elaborar um arcabouço teórico e *interpretativo* compatível com a realidade do continente (com todas as suas especificidades), ao mesmo tempo em que dava igual ênfase a uma ativa militância política, com o objetivo de mudar o contexto social em que atuava (PERICÁS, 2018, p. 18).

Como pode ser notado Caio Prado Júnior procura, por meio da sua produção, construir uma interpretação da realidade brasileira que enseja evidenciar as particularidades da sua formação social ao mesmo modo que procura desvelar as questões de seu tempo, buscando contribuir com a luta das camadas oprimidas rumo a construção de uma condição superadora desta realidade. Por isso, o pensamento caiopradiano é ancorado na filosofia da práxis, onde sua ação não busca apenas entender a realidade, mas também transforma-la.

Sendo assim, Caio Prado Júnior se localiza no campo dos intelectuais comprometidos em interpretar a realidade do país, caracterizada como pensamento social brasileiro. Este campo vem ganhando força nos últimos anos. Segundo Luiz Werneck Vianna:

A área de pesquisa universitária em pensamento social brasileiro está em expansão, consolidada nos principais cursos de pós-graduação e objeto de um número crescente de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento. Pode-se sustentar que, embora os estudos dedicados à área tratem de uma grande diversidade de temas, persiste entre eles uma difundida e sempre renovada orientação no sentido de se investigar as condições particulares que presidiram a revolução burguesa no Brasil (VIANNA, 2011, p.141).

Diante disto, a dissertação em tela localiza por meio da História do Pensamento Social Brasileiro a produção caiopradiana na disputa pelos sentidos do discurso acerca do desenvolvimento brasileira. Para isso, de acordo com Schwarcz e Botelho:

Hoje, aproximando questões do passado às indagações contemporâneas, a área compreende pesquisas voltadas, tanto para as grandes temáticas de estudo da formação da sociedade brasileira nas várias dimensões desse processo, que se irradiam pelas questões da modernização, modernidade e mudança social, construção e transformação do Estado-nação, cultura política e cidadania; quanto para as diferentes mobilidades de produtores e de produção intelectual artística [...] e da própria cultura como sistema de valores e formas de linguagem (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 12).

Des forma, o estudo do pensamento de um intérprete do Brasil, passa pela investigação que a História do Pensamento Social do Brasil demarca, tendo em vista a dinâmica da produção e difusão do pensamento, conforme assevera Cláudia Wasserman:

‘o intérprete do Brasil’ pode ser definido como um intelectual envolvido politicamente que tenha objetivo de diagnosticar a situação do país, por meio da interpretação da sua história e de seu povo, propondo soluções para os problemas detectados e atuando ativamente para a execução de suas propostas (WASSERMAN, 2017, p. 23, aspas da autora).

É desta compreensão que Caio Prado Júnior parte ao desenvolver suas pesquisas e na produção de seus livros e artigos. O seu trabalho intelectual tem como sentido a intervenção política e crítica na sociedade, buscando contribuir para a suplantação das suas contradições através da derrota dos traços herdados do “sentido da colonização”.

As problematizações realizadas por este autor estão voltadas para a intervenção prática na realidade, procuram dar respostas às demandas de seu tempo. Ao acompanhar a linha de investigação histórica de Caio Prado Júnior se nota que este historiador considerava o estudo das demandas da sociedade em que vivia apoiado na investigação histórica das suas raízes no passado colonial e imperial.

Com isso, ao investigar os movimentos intelectuais feitos por Caio Prado Júnior no tocante à questão do desenvolvimento nacional brasileiro, notou-se a iniciativa teórica caiopradiana relacionada às questões econômicas, fundamentalmente, voltadas ao desenvolvimento do Brasil, tema central da reflexão do historiador paulista. Em relação a isso, dois textos se destacam, por sua especificidade, *Esboço dos fundamentos da Teoria Econômica* (1957) e *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro* (1968). Contudo, faz-se, necessário assinalar que o discurso de Caio Prado Júnior que norteou estes dois livros e também o restante da sua obra está submetido às condições de produção em que se deu o primeiro ciclo do populismo na América Latina.

Assim, por meio desta consideração ao comparar essa produção mencionada acima com as condições de produção conjunturais que denominamos como segundo ciclo do populismo na América Latina¹⁵, entendendo que há pontos de continuidade e ruptura,

¹⁵ Consideramos segundo ciclo do populismo o período marcado pela ascensão de governos cujas medidas tinha como característica uma maior intervenção do Estado na economia a partir dos últimos anos do século

confirmando a atualidade do pensamento caiopradiano. Para isso, de acordo com Bernardo Ricupero:

As avaliações contrastantes da obra de Caio Prado Jr., entretanto, talvez sejam mesmo a maior prova de que nosso autor é um clássico, já que, à maneira dos clássicos, é alguém que, continua atual, apesar do desaparecimento de boa parte dos contextos que permitiram a produção de seus textos (RICUPERO, 2000, p.235).

Tendo em vista que, em ambos os casos (no período histórico em que Caio Prado Júnior desenvolveu suas análises como nos dias de hoje), nações assinaladas historicamente como periféricas e subdesenvolvidas passaram a demandar um novo patamar na divisão internacional do trabalho (DIT), mesmo que momentaneamente.

O caminho que Caio Prado Júnior faz ao longo do primeiro ciclo populista, compreendendo que a partir de meados de 1950 há intensificação dos limites deste período, mostra um giro onde temas econômicos passaram a protagonizar suas pesquisas que já podem ser notados na transformação que o ensaio *Evolução Política do Brasil* (1933) passa a partir da edição de 1953 por meio da adição de uma segunda parte denominada por “*Outros estudos*”. Assim como também se pode assinalar a publicação de *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), *Esboço dos fundamentos da Teoria Econômica* (1957) e *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro* (1968). Textos que se complementam e são adensados pela série de artigos publicados em revistas – como a *Revista Brasiliense* (1955-1964) – que se movimentam nas mesmas linhas temáticas do marxismo, nacionalismo e teoria econômica.

Nesse sentido, em artigo publicado em 1987, no portal de periódicos da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais –, Fernando de Magalhães Papaterra Limongi¹⁶ apresenta dois quadros referentes à produção de Caio Prado Júnior na *Revista Brasiliense*. No primeiro quadro, são apresentados números que tornam

XX e do início do século XXI. Os conceitos utilizados para fazer essa caracterização estão presente no livro *A formação do Estado Populista na América Latina* (1989) do sociólogo Otávio Ianni.

¹⁶ Cf. Limongi, F M P. *Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Júnior e a Revista Brasiliense* em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm

possível notar a intensa produção do autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, que fica apenas em segunda posição no tocante aos números totais de artigos publicados. Por outro lado, Caio Prado Júnior assume a dianteira quando se compara apenas a produção dos membros do conselho editorial.

A contribuição que o autor deixou para a Historiografia Econômica prova a sua responsabilidade com o desenvolvimento do Brasil, compreendendo que esse só seria possível por meio de um nacionalismo, não mais de denúncia, mas propositivo, profundo e de libertação nacional. Por outro lado, também questionamos o que significaria esse movimento intelectual de Caio Prado Júnior, considerando que o autor tradicionalmente é localizado no campo da História Econômica e a sua produção, por óbvio, também permeia desde o início temas econômicos.

Todavia, percebeu-se que esse processo de mudança de enfoque de Prado Jr. está relacionado às condições de produção em que este autor estaria inserido. Pela riqueza das suas produções e também pela temática predominante, fica evidente que o contexto marcado pela ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, pelo investimento estatal no processo de industrialização, assim como também pelo grande fluxo migratório em direção às cidades e pela intensificação das lutas sociais e sindicais que marcam o período, exigiu do historiador ajustes em suas investigações, tendo em vista, essencialmente, seu caráter militante.

Para tanto, é importante compreender o sujeito do discurso, ou seja, Caio Prado Júnior está submetido às condições de produção de um Brasil em ritmo acentuado de transformação, junto à consideração de que o modo de produção capitalista assume particularidades, assim como a luta de classes, que precisam ser consideradas tanto nas especificidades quanto em suas generalidades para o entendimento da formação ideológica do intelectual. Acerca dos elementos motivadores na produção do livro *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) Bernardo Ricupero assevera:

A política fornece uma interessante chave de leitura para *Formação do Brasil contemporâneo*. Sua importância é sugerida pela intenção, indicação já nas primeiras páginas, de que o livro abra caminho para “para uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa”. Por outro lado, a política de Caio Prado Jr. sente a necessidade de recuar para longe no tempo, para o início do século XIX, a fim de enfrentar os problemas do tempo em que o livro foi escrito (RICUPERO, 2011, p. 420).

Como se pode perceber a produção intelectual de Caio Prado Júnior não pode ser concebida numa linearidade, este autor desenvolve suas reflexões procurando dar respostas aos problemas do seu tempo, entendendo que muitos destas questões não são pontuais, mas históricas.

Desta maneira, percebe-se que há um desdobramento destas interpretações para outras gerações, tendo em vista que o autor de *Evolução Política do Brasil* não se limitou a um único tema e, além disso, as gerações de intelectuais se inter-relacionam em determinados pontos, posto que essas produções intelectuais não sejam apagadas, acabam sendo ressignificadas e incorporadas em outros discursos.

Segundo Airton Souza de Lima (2008) a produção intelectual de Caio Prado Júnior se tornou hegemônica na década de 1970, curiosamente em 1968 este autor teria sido reprovado (pela segunda vez) em concurso para docente da Universidade de São Paulo com a tese que deu origem ao livro *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro* (1969).

Todavia, percebe-se o movimento de sentidos que a obra caiopradiana assumiu, extrapolando inclusive a própria produção do autor por meio dos “outros” que recebem esse discurso, apropriam-se e o lançam junto em sentidos diversos, tendo em vista o novo momento histórico em que são produzidos e a própria conjuntura ideológica da formação social que cada receptor daquele discurso está inserido. Essa dinâmica de sentidos pode ser notada no seguinte movimento apresentado por Airton Souza de Lima:

[...] seguiu-se uma vertente não hegemônica vinculada ao keynesianismo, como nomes como Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello. Outra “releitura” de Caio Prado, pela esquerda, formou-se através de José Chasin e Florestan Fernandes [...] (LIMA, p. 71, 2008).

Como se pode notar, os sentidos assumidos passaram, ao longo do tempo, a ficarem cada vez mais distantes da produção inicial de Caio Prado Júnior em que a História Política e Econômica predominava e onde a centralidade metodológica estava derivada da Ciência Histórica. Condição que comprova como o quadro histórico e social influi diretamente na produção intelectual, tendo em vista a dinâmica da formação ideológica e das condições de produção do discurso.

Assim, de acordo com a citação apresentada anteriormente, há uma espécie de dispersão dos sentidos da produção intelectual caiopradiana indo tanto para o campo da economia como para as áreas da sociologia e filosofia. Do ponto de vista metodológico, o que queremos dizer é que devido à variedade de temas e áreas trabalhadas, não teria como as gerações que vieram após a de Caio Prado Júnior se apropriarem do conjunto da sua obra de forma blocada, assim aqueles vinculados à formação econômica passaram a se inserir numa dada linha, da mesma maneira que os outros associados às escolas de sociologia e filosofia.

Como visto, há uma estrutura que traços que se mantem ao longo dos anos, é por meio dessas permanências que Caio Prado Júnior compreendeu a formação do Brasil enquanto Nação. Notando desde o seu momento colonial até a consolidação do capitalismo monopolista na ditadura empresarial-militar.

Outro aspecto que precisa ser considerado na produção dos sentidos do discurso caiopradiano é a presença de ideias que o antecederam, a formação ideológica de um sujeito não é exclusiva e nem impermeável, na verdade é constituída de outras experiências históricas, tendo em vista a interação complexa de sentidos.

Assim, a questão da libertação nacional também é um caminho que precisa ser considerado nas interpretações de Caio Prado Júnior, posto que a superação do sentido da colonização se daria por uma Revolução que romperia esses laços de dependência externa, latifúndio e superexploração do trabalho.

Acerca, ainda, deste tema da libertação nacional e sua relação com o imperialismo, pudemos chegar à conclusão de que, em boa medida, o livro *A economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico* (1915), de autoria do economista russo Nikolai Ivanovitch Bukharin¹⁷, teve influência no caminho intelectual de Caio Prado Júnior. Essa presença de Bukharin foi apresentada pelo historiador Luiz Bernardo Pericás no livro *Caio Prado Júnior: uma biografia política* (2016).

Cabe destacar, ainda, que o livro *A economia mundial e o imperialismo* (1915) tem a sua publicação francesa em 1928 esse aspecto é importante porque Caio Prado Júnior

¹⁷ Nikolai Ivanovich Bukharin possui uma grande influência no Partido Bolchevique tanto antes da Revolução de 1917 como depois até ser vítima dos expurgos stalinistas. Produziu vários livros acerca do marxismo e da teoria econômica, além de ser editor do jornal *Pravda*. Durante o exílio contribuiu com Lenin e Trotsky.

estabelecia relação com o *Bureau d'Éditions do Partido Comunista Francês* de onde se importava literatura na primeira metade do século XX. Segundo Pericás:

Do momento em que ingressou no partido até a viagem que fez à Rússia soviética, também leu livros de Stalin, Trotski, Béla Kun, Rosa Luxemburgo, Georges Sorel, Lozovsky e Riazanov (comprava muitas dessas obras remetendo dinheiro diretamente ao Bureau d'Éditions do PCF, que lhe enviava periodicamente o material encomendado) (PERICÁS, 2016, p. 55).

No prefácio do referido livro, Lenin assinala a cadência da temática do imperialismo na Ciência Econômica. Nesse prefácio, datado de 1915, a tese do imperialismo enquanto fase superior do capitalismo é apresentada. Segundo Lenin:

[...] o movimento comercial determina a internacionalização das relações econômicas e certa internacionalização do capital; a grande produção assume proporções tais que a conduzem a substituir a livre concorrência pelos monopólios (LENIN, 1984, p. 11).

Ainda, na esteira de Lenin:

O 'soberano' de hoje já é o capital financeiro, particularmente móvel e flexível, cujos fios se emaranham tanto no interior de cada país como no plano internacional, que é anônimo e não tem vínculo direto com a produção, que se concentra com facilidade extraordinária – é que já é extremamente concentrado, visto que algumas centenas de multimilionários e de milionários detêm positivamente, em suas mãos, a sorte atual do mundo interior (LENIN, 1984, p. 11).

O desenvolvimento propositivo no campo da economia ao longo das décadas de 1950 e 1960 feito por Caio Prado Júnior apresenta significativa similaridade com esta discussão feita por Lenin, embora não o cite. Como se pode notar na seguinte assertiva:

A partir dos anos de 1950 o objeto que compreende o presente passa a ser o estudo das relações econômicas. Isso evidencia na mudança da visão de Caio Prado Júnior em 1957. Em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* Caio Prado Júnior foi além de uma análise histórica recorrendo à teoria econômica que se transformou

na principal forma de compreender o presente, tendo com principal objetivo enfatizar as dificuldades de sua adaptação em países com características colonial-históricas (BATTAHIN, 2016, p. 2-3).

Assim, observa-se na produção intelectual caiopradiana um movimento que parte da caracterização das relações socioeconômicas compreendidas a partir do *sentido da colonização* apresentada em seu livro *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), passando para *sentido da transformação projetada* lançada na edição 1953 na parte *Outros estudos* do livro *Evolução Política do Brasil*, onde já apresenta o direcionamento referente às demandas concretas daquele período no tocante à questão do petróleo nacional, aos fluxos migratórios devido à formação dos centros urbano-industriais e às lutas da classe trabalhadora que se intensificam na década de 1950. Acerca desta questão Martinez assevera:

O ensaio *Evolução Política do Brasil* foi redigido no contexto da Revolução de 1930 e da contestação política e armada paulista de 1932. Esses episódios políticos animaram a reflexão desenvolvida pelo autor sobre as experiências revolucionárias no Brasil, sobretudo aquelas em que houve reconhecida participação popular, ocorridas na primeira metade do século XIX: Balaiada, Cabanada e a Praieira. A reanimação do movimento social e operário na década de 1950, como as campanhas nacionalistas em defesa do petróleo e as greves de 1953, em São Paulo e no Rio de Janeiro, recolocavam a pertinência da indagação sobre a participação popular na vida política brasileira (MARTINEZ, 2012, p. 282).

Outro momento marcante nesse processo constituinte do pensamento de Caio Prado Júnior pode ser notado no livro *A Revolução Brasileira* (1966), que apresenta um fio de continuidade relacionado aos dois sentidos anteriores, só que agora apresentando um *Programa para a Revolução Brasileira*.

Além disso, este livro constitui outro dois elementos motivadores relevantes: 1) o autor busca compreender a derrota das forças de esquerda em 1964 pela ocasião do golpe civil-militar, por isso destacamos acima a pertinência do primeiro ciclo populista da América Latina; 2) seria um ajuste de contas com o Partido Comunista Brasileiro, avaliamos que essa questão já surge no período de crise do Estado Novo, quando Luiz Carlos Prestes assume a direção efetiva do PCB em seu processo de reconstrução, a partir daí a disputa política e as divergências em relação à estratégia e tática para a revolução se asseveraram. Nesse sentido, Mazzeo assevera:

Por sua vez, Caio Prado Júnior, ao pontuar suas divergências com as teses do núcleo dirigente do CC do PCB, apresenta uma consistente análise rebatendo não somente a tática partidária – a política de alianças –, mas principalmente os elementos teórico-metodológicos que a informavam. Crítica a visão positiva do partido sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a visão partidária sobre o problema agrário, basicamente a questão do feudalismo, assim como as implicações políticas decorrentes dessa interpretação (MAZZEO, 2015, p. 124).

A linha do partido no qual Caio Prado Júnior atuava indicava a partir da influência da III Internacional Comunista de que a etapa da Revolução Brasileira na década de 1950 era democrático-burguesa, onde as forças progressistas deveriam se aliar em oposição às forças feudais e imperialistas.

Na declaração de março de 1958 o PCB caracterizava aos seus militantes que “o proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano”¹⁸. Já desde a década de 1940 Caio Prado Júnior partia da análise de que no Brasil se desenvolvia as relações capitalistas desde a colonização e de que a burguesia nacional não entraria em choque com o imperialismo exatamente pelo fato de ser submissa e associada ao capitalismo internacional.

Enquanto que a Resolução Política do V Congresso do PCB, em 1960, a posição da declaração de 1958 é reforçada indicando que “Em sua actual etapa, a revolução brasileira é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”¹⁹. Para Caio Prado Júnior essa interpretação seria a reprodução de uma fórmula preestabelecida pela III Internacional a partir das “vias clássicas” das revoluções, deixando de lado as características particulares de cada formação sócio-histórica ou não considerando a dinâmica da revolução permanente como estratégia da luta contra o capitalismo. Para isso, Caio Prado Júnior ao apresentar sua *teoria revolucionária brasileira* assevera:

A teoria revolucionária brasileira, que é a resposta a ser dada às questões proposta na atual conjuntura do país, não se inspira assim de uma ideal expressão na “natureza” da revolução para a qual se presumiria a priori que marcha ou de deve marchar a evolução histórica brasileira – revolução socialista, democrático-

¹⁸ Declaração sobre a Política do PCB – Voz Operária: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2020.

¹⁹ Resolução Política do V Congresso do PCB. <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2020.

burguesa ou outra qualquer. [...] Nada há mais de irreal e praticável que isso. A teoria da revolução brasileira, para ser algo efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. [...] É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos (PRADO JR., 2014, p.19).

Como pode ser notada, a dinâmica do pensamento caiopradiano coloca como elemento central de suas investigações a dialética materialista da história, esse autor se preocupa em construir uma interpretação histórica que seja própria das relações sociais, políticas e econômicas do Brasil.

Para isso, Caio Prado Júnior constrói uma análise que rejeita modelos pré-estabelecidos buscando considerar a presença do capitalismo na essência da formação do Brasil, notando que o próprio processo de colonização se dá no primeiro fluxo de expansão capitalista que acontece no contexto das grandes navegações e do mercantilismo.

Esse seria o principal elemento na constituição da característica particular do capitalismo brasileiro que tem sua forma tardia, notadamente localizada na periferia do sistema capitalista internacional. Caio Prado Júnior em artigo na *Revista Brasileira* debate a presença do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, segundo este autor:

Em suma, não é possível fazer frente à grande complexidade de problemas econômicos como esse da exploração imperialista realizada em nosso país pela finança internacional, sem ser através de planos amplos e de conjunto em que se inscrevam reformas de base de nossa estrutura. [...] Sobre isso estamos, pelo menos expressamente, todos de acordo, salvo talvez uns raros e felizmente excepcionais sonhadores que pensam ainda em termos de um longínquo passado, e julgam ser possível, nos dias de hoje, um alto nível de vida para o conjunto do povo brasileiro, sem um largo progresso tecnológico que somente a industrialização intensiva pode proporcionar (PRADO JR., 1959, p. 3-4).

Ao desenvolver a problematização acerca da importância da contribuição teórica de Caio Prado Júnior para o estudo do Desenvolvimento do Brasil, chegou-se à compreensão de que é preciso questionar o decréscimo na produção acadêmica referente à História Econômica do último quarto de século, tema que será discutido no próximo tópico.

3.2 A relação entre Economia Política e Historiografia Econômica

Esse ponto é apresentado devido à necessidade de compreender a dinâmica geral de produção teórica no campo da Historiografia econômica. Por isso, é preciso destacar o significativo predomínio das séries e gráficos em relação às interpretações de movimento e contradição, tão caros para a História.

Há um retorno nas pesquisas em História Econômica, condição que vai a contraponto das discussões que vinham sendo desenvolvidas sobre o futuro desse campo teórico desde as duas últimas décadas do século passado. Os historiadores se questionavam acerca da redução do número de trabalhos sobre esta área e, além disso, sobre o caráter daquilo que ainda era produzido. Sobre essa questão recorremos a Eric Hobsbawm, ao asseverar que:

Nada é mais ridículo que a suposição [cada vez mais comum] de que a história econômica é puramente acadêmica, considerando-se que pseudotemas notórios como “administração”, de algum modo são reais e sérios. Por muito tempo – a julgar pela categoria profissional nos EUA, sem dúvida a maior do mundo – o interesse pela história entre os economistas recuou, mesmo quando temas profundamente históricos passaram a ocupar o centro das atenções. Tópicos de história econômica ou da história do pensamento econômico decaíram de 13% de todas as dissertações de doutorado norte-americanas no primeiro quartel do século para 3% na primeira metade dos anos 1970 (HOBSBAWM, 2013, p. 141).

João Fragoso e Manolo Florentino, junto a Eric Hobsbawm possuem grande referência no tema em questão, corroboram a citação apresentada acima e ainda a alargam a sua perspectiva considerando o cenário brasileiro. Para tanto, os autores afirmam que:

A esta conclusão se chega ao fim de determinados livros ou quando, as vezes desavisadamente, entramos em algumas livrarias. O que, por outro lado, não pode eludir a constatação de que se produz hoje um número cada vez menor de trabalhos vinculados as conjunturas e estruturas econômicas, e que esta tendência, longe de ser localizada, é mundial (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p. 53).

Ainda sobre esta questão, nota-se uma realocação da produção em História Econômica que passa predominantemente ao campo da Economia, geralmente sendo utilizada para justificar modelos explicativos matemáticos, que deixam de considerar os aspectos históricos e sociais em suas análises. Esse é um fato que foi analisado e debatido

por Caio Prado Júnior em seu *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, onde afirma acerca das teorias econômicas de modo geral que:

Se a teoria não se compreende e explica sem a experiência que a determinou – uma vez que ela não é senão a teorização da experiência – assim também a prática, a ação, o fato histórico (objeto da teoria posterior) não se explica e compreende sem a consideração da teoria que o condicionou e conduziu (PRADO JR., 1969, p. 32).

As teorias e estudos científicos partem de um dado momento histórico que provoca pistas e rastros responsáveis por dar maior materialidade aos movimentos econômicos, sem essa historicização, perde-se o chão e a teoria passa a flutuar sem referência material, implicando dessa maneira numa inventividade da teoria no tocante à sua execução prática.

Criando-se, mediante a esta situação, a demanda por uma História Econômica, com um viés historiográfico, tarefa que a pesquisa em tela almeja como ponto de discussão: a importância da historiografia na interpretação do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Caio Prado Júnior apresenta esta demanda da seguinte maneira:

A história e sua expressão teórico-conceitual (sic.) que é a Historiografia, constituem a principal ou pelo menos básica informação relativa a comportamento coletivo do homem. Se isso é verdade no que se refere à História em geral, é assim particularmente e especialmente no caso de coletividades como a brasileira onde uma experiência tão recente e de tão curta duração não se decantou ainda em formas novas que possam ser direta e imediatamente apreendidas, compreendidas e interpretadas sem ser na perspectiva de suas origens e raízes do passado (PRADO JR., 1989, p.17).

Diante disto, pode-se entender que as transformações da estrutura produtiva e das relações de produção mesmo sendo acentuadas ainda preservam uma conexão com o passado colonial brasileiro. Na verdade, não como condição teleológica, mas devido essencialmente à manutenção de um sentido derivado da formação capitalista, o Brasil mantém traços sócio-político-econômicos que vão se resignificando, mas sem perder a sua essência. Por isso, cabe refletir sobre a produção no tocante à História Econômica e propriamente também sobre a História do Pensamento Econômico brasileiro.

Há quase um senso comum nos meios acadêmicos dos departamentos de História que a História Econômica e a História do Pensamento Econômico estão em crise. E que isto acontece desde a década de 1970, como indicado nas citações de Eric Hobsbawm, João Fragoso e Manolo Florentino, anteriormente mencionadas. Um novo paradigma metodológico passaria a predominar na Ciência Histórica.

Porém, ao buscar a série histórica de trabalhos produzidos no Brasil na área de História Econômica vinculados ao catálogo de teses e dissertações do portal CAPES²⁰, nota-se que em 1987 houve apenas 62 trabalhos, enquanto que em 2007 esse número é praticamente multiplicado por mil: 6035 produções sobre História Econômica; e em 2017 essa quantidade quase dobrou com a cifra de 11087, totalizando 15009 trabalhos produzidos até 2018.

Destacando o crescimento de praticamente 11 mil trabalhos por ano entre 2016 e 2018. Esse aumento na produção teórica na área da História Econômica é acompanhado pelo aumento do número de vagas em programas de pós-graduação. Mas, também, provavelmente pela apresentação dos limites do modelo de funcionamento da economia capitalista naquele período específico. A crise de 2008 e seus desdobramentos são sentidos até os dias atuais e a necessidade de sua resolução se torna cada vez mais pertinente, condição que pode imprimir maior dinamicidade e relevância às produções nesse campo de pesquisa.

O que chama mais atenção é que o programa que mais possui publicações é o de História com cerca de 16140, seguido de Educação com 14916 e Economia ficando em quinta posição com 3697. Evidenciando que a História ainda é o campo que concentra a produção intelectual acerca da História Econômica, pelo menos no Brasil. E essa constatação pode ser explicada pela predominância de um determinado paradigma nas Ciências Econômicas que direciona suas avaliações, cursos, financiamentos etc..

Ainda no mesmo quadro de análise se pode notar que praticamente toda a produção em questão é desenvolvida no eixo sudeste do Brasil, com destaque para as seguintes Instituições de Ensino Superior: USP (13823), PUC-SP (7254), UFRJ (6882), UNICAMP (6582) e UFMG (4715).

Fica evidente, desta forma, o salto quantitativo nas produções em História Econômica, no entanto é necessário problematizar os motivos que fazem com que se tenha o eixo sudeste praticamente monopolizando essa produção e, ainda, faz-se imprescindível uma discussão qualitativa desse material, no sentido de acompanhar até que ponto há uma dissociação entre História e Economia como se tem debatido e em que condições isso é dado, de forma geral percebeu-se que a produção ainda se concentra na História, contrapondo-se a ideia de que há uma dissociação entre os dois campos teóricos.

²⁰ Cf. <[http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 08/07/2018.](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)

A avaliação qualitativa dessa produção se dá na esteira da dissertação de mestrado, no Instituto de Economia da Universidade de Campinas, onde Francisco Monticeli Valias Neto (2018) investiga a Historiografia do Pensamento Econômico Brasileiro, tendo como objetivo a construção de uma agenda em HPE.

Sendo assim, no tocante à ideia de crise da História do Pensamento Econômico, há a necessidade de problematizar esse discurso, tendo em vista que não há uma crise no volume de trabalhos e sim um crescimento, inclusive, acentuado. Nesse caso, a crise pode estar relacionada ao paradigma teórico que passa a atingir seus limites, seria a situação da perspectiva neoclássica (NETO, 2018). Assim, a crise não é no fluxo de produções, mas no tipo e linha teórica de produção, ocasionando um giro na linha interpretativa da História Econômica Brasileira.

O marco temporal dessa questão se dá exatamente entre as décadas de 1970 e 1980, onde há um conjunto de transformações na estrutura produtiva do capitalismo, onde o modelo fordista-taylorista atinge seus limites objetivos e há a necessidade, do ponto de vista do capital, em criar uma nova racionalização das relações de produção. Isso pode ser entendido com a consolidação da estratégia toyotista de produção, onde a flexibilização das relações de trabalho e o fim de estoque passam a predominar nessa nova fase do capitalismo. Acerca desse processo de flexibilização do trabalho se nota um movimento na direção do aumento da informalidade e do subemprego, onde de acordo com Ricardo Antunes:

Hoje, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia as agruras do não trabalho, do desemprego estrutural. [...] Nos países do Sul, que nunca conheceram o Estado de bem-estar social, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor (ANTUNES, 2005, p. 12-13).

Por outro lado, para atender essas transformações um novo paradigma teórico se fazia necessário, fundamental para dar sentido a este novo patamar das relações de produção capitalista. Nesse caso, o modelo keynesiano, cuja intervenção estatal e o Estado de Bem-Estar social se faziam como principal referência é substituída pela perspectiva neoclássica que imprime toda uma desregulamentação da economia e impõe um processo de pseudo-miniaturização do Estado, que pode ter sua síntese no neoliberalismo.

Asseveramos que essa lógica neoclássica para o Estado é “pseudo” porque na realidade não há uma redução de fato, mas uma redistribuição do fundo público para

pavimentar a via do crescimento e da concentração da riqueza de especuladores e de setores como aqueles ligados aos aparelhos repressivos.

Dessa maneira, deve-se considerar que a própria História Econômica e a História do Pensamento Econômico sofrem com esse movimento da Ciência Econômica, que passa a priorizar modelos matemáticos e análises computacionais que procuram se aproximar mais de uma abstração teórica digna de prêmio do que de dar conta das demandas concretas da realidade.

A partir do materialismo histórico Caio Prado Júnior se empenha em analisar os fundamentos da teoria econômica e passa a desenvolver uma crítica sistematizada da perspectiva econômica que coloca modelos ideias na centralidade das suas investigações, deixando de notar o real movimento das demandas socioeconômicas. Segundo Caio Prado Júnior:

[...] Mas esse “pensamento” que a Economia há de levar em conta, não derivado de nenhum esquema psicológico, como o do hedonismo, ou do psicologismo de economistas ortodoxos mais recentes, de Keynes inclusive. Não se trata de propor um tal esquema preliminar e exterior à Economia e seu objeto, sejam as *leis da máxima satisfação e do mínimo de pena* do hedonismo, o *espírito de empreendimento* de Schumpeter ou os *fatores subjetivos* de Keynes. [...] A consciência em questão, e que interessa à análise econômica, não é um esquema psicológico abstrato e destacado da vida, e sim, a consciência do indivíduo concreto e real que encontramos participando coletivamente no fato econômico (PRADO JR., 1969, p. 29).

Desta forma, o declínio da presença das considerações históricas nas análises econômicas a partir da década de 1970, principalmente, não é um movimento unilateral contido apenas na Ciência Histórica. Com isso, quer-se dizer que essa separação entre História e Economia nos modelos econômicos hegemônicos não se relaciona exclusivamente ao giro metodológico que consolidou a História Cultural enquanto linha teórica hegemônica na Ciência Histórica. Os próprios economistas, formados em escolas que marginalizam a presença da História em sua formação também sofreram com isso.

Desta forma, a crise é de paradigma, onde a falta de concatenação com as demandas concretas da sociedade faz com que esse campo teórico perca referência na sociedade. A forma como as explicações das crises e a proposta de resolução são construídas ilustram bem essa crise.

Vale frisar, contudo, que a crise do modelo keynesiano e o desmonte do Estado de Bem-estar social iniciado nas décadas de 1970 provam que o Estado nem sempre foi liberal

e que o aparecimento de um modelo que demandaria maior intervenção estatal prova essa condição. A reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra Mundial junto aos elementos de disputa em meio à Guerra Fria provam isso, tendo em vista a demanda por um aparelho estatal que pavimentasse a estrada para o capitalismo.

A partir destes aspectos e dos números apresentados no início deste tópico passa-se a notar que não há uma crise no volume da produção em História Econômica e em História do Pensamento Econômico, mas há um choque entre a presença da História e dos modelos matemáticos, provocando uma crise no tipo de produção acadêmica das áreas em questão. Tendo em vista que o paradigma hegemônico tem como referência a marginalização da História em suas análises em benefício de modelos matemáticos e computacionais. Segundo Neto, ao comentar a perspectiva neoclássica de Ciência Econômica:

Segundo esses autores, a economia seria, dentre as ciências sociais, o campo que mais se aproximaria do paradigma de racionalidade científica da física (“rainha” de todas as ciências/ciência genuína), sobretudo, por utilizar uma linguagem rigorosa e um método científico reconhecidamente aceito por seus pares, ou seja, uma ciência adjetivada por seu caráter neutro, objetivo e universal; ao espelho da física, da matemática, etc. (NETO, 2018, p. 24).

Vale frisar, que esse movimento que considera a economia como próxima das “ciências físicas” não é algo novo, pode-se considera-lo tanto nos marcos do século XIX com a perspectiva positiva, mas também durante o século XX se notou o aparecimento de interpretações que se empenhavam em analisar a sociedade a partir de modelos “físicos” ao invés de modelos “sociais”. Para isso, Caio Prado Júnior assevera que: “essa distinção entre as ciências sociais e as físicas é muito importante e precisa ser levada em conta, o que geralmente não se faz, derivando daí muitas confusões e apreciações falseadas dos fatos sociais” (PRADO JR, 1969, p. 17).

Portanto, para compreender o movimento que a História do Pensamento Econômico faz ao longo do século XX a fim de entender as condições que fundamentam essa pesquisa, junto ao que já foi exposto anteriormente como a importância da crítica da Economia Política como interpretação desmistificadora da realidade, construiu-se um tópico para tratar dessa questão específica.

Por meio da Historiografia se pretende trabalhar a possibilidade de relação entre História Econômica e História Intelectual, essa perspectiva foi construída a partir da contribuição teórica de Arruda (2008). Para tanto, demanda-se entender que esse aspecto da

interconexão entre esses dois campos por meio da Historiografia significa o empenho em pesquisar a própria prática da escrita da História, cuja produção depende de elementos constitutivos da sociedade a qual está o historiador e também onde o objeto pesquisado se deu.

Desta forma, a produção da pesquisa Histórica é marcada por seu tempo histórico, assim a cultura se imbrica à consciência do pesquisador, dando a fundamentação, com isso, da análise historiográfica como demandante de elementos culturais que permeiam a sociedade estudada e o próprio agente investigador. Segundo Arruda:

Cabe a Historiografia, não uma reflexão sobre História, enquanto um conjunto da produção humana, mas sobre o conhecimento da História, ou seja, a reflexão sobre a produção histórica ou, em termos correntes, sobre as obras históricas, como quer Carbonell. [...] Nestes termos, nenhuma reflexão sobre a produção histórica pode descuidar-se dos circunstanciamentos mais gerais que são também históricos e que estabelecem conexão entre autor-obra-meio, ou seja, a sociedade (ARRUDA, 2008, p. 8).

A produção historiográfica, propriamente, precisa ser um elemento de investigação. O presente trabalho também se empenha nesta direção, por meio da historiografia se almeja investigar as interligações do pensamento econômico de Caio Prado Júnior acerca do Brasil durante as décadas de 1940 e 1970. Por esse meio, procura-se entender as condições de produção do discurso caiopradiano, tendo em vista, ainda, que o pensamento do autor de Formação do Brasil contemporâneo está submetido aos debates e às circunstâncias políticas e econômicas de seu tempo. Assim, na esteira de José Jobson de Arruda, é preciso notar que:

[...] O historiador tenta compreender as ações práticas dos homens, os móveis que os animam, os fins que os norteiam, o seu universo simbólico e as significações que para esses homens tenham seus comportamentos e ações. [...] No entanto, a História encontra-se permeada não apenas por significações atribuídas pelos homens às suas ações e expressão nas suas intenções, mas também por uma significação objetiva (ARRUDA, 2008, p. 8).

Tendo como ponto central a significação objetiva da produção humana, em especial àquela direcionada a interpretação de uma dada sociedade, percebe-se que há uma relação entre História do Pensamento Econômico e História Intelectual, não sendo permanentemente antagônicas.

Primeiro, quando se trata do estudo da produção de um dado intérprete das relações socioeconômicas de um país – como no presente caso –, faz-se necessário compreender a dinâmica de funcionamento das engrenagens culturais que o influenciam e o motivam. Saber como esses elementos giram e se chocam faz com que se possa projetar no plano analítico a formação ideológica deste intelectual orgânico. Justificando, dessa forma, a presença do presente trabalho na linha de pesquisa da História Cultural, em especial na História do Pensamento Social brasileiro.

Em segundo lugar, a História do Pensamento Econômico está ligada diretamente ao objeto de produção desse intelectual, as contribuições ao debate acerca da formação do Brasil e das demandas sociais, econômicas, políticas, geográficas e filosóficas feitas por Caio Prado Júnior se localizam dentro deste campo geral de estudo.

Todavia, cabe frisar a grande predominância da escola de *Annales* no pensamento historiográfico brasileiro, principalmente na forma como os departamentos são articulados e postos em funcionamento. Os próprios temas trabalhados, muitas vezes são construídos a partir de uma espécie de influência reflexa daquela escola. Reflexa pelo fato de que não há uma incidência direcionada para a determinação dos temas e das linhas de pesquisa no Brasil, mas há indiretamente uma referência dos brasileiros pelo pensamento francês dos *Annales*.

No entanto, o objetivo deste tópico não é debater essa influência dos *Annales* no pensamento historiográfico brasileiro, pelo menos não neste primeiro momento. Na realidade, espera-se notar que o giro provocado pela terceira geração da Escola dos *Annales* no pensamento historiográfico gerou influências em boa parte no Ocidente, isso porque a marca principal na produção desta geração foi a fragmentação, temas tão diversos que uma caracterização específica da linha de pesquisa como era feita nas gerações Febvre e Braudel, tornaram-se impossíveis.

Além disso, a produção desta terceira geração passa a ser feita em inglês, ressignificando a hegemonia francesa. De acordo com Peter Burke (2010, p. 89) “o policentrismo prevaleceu”, essa característica potencializou a difusão da perspectiva desta Escola. Desta forma, quando se nota o giro metodológico produzido por essa perspectiva histórica se nota a raiz do debate de antagonismos entre a História Cultural e a História Econômica. Para tanto, cabe a seguinte citação de Peter Burke acerca desta questão:

Como vimos, na geração de Braudel, a história das mentalidades e outras formas de história cultural não foram inteiramente negligenciadas, contudo, situavam-se marginalmente ao projeto dos *Annales*. No correr dos anos 60 e 70, porém, uma importante mudança de interesse ocorreu. O itinerário intelectual de alguns

historiadores dos *Annales* transferiu-se da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural, ‘do porão ao sótão’ (BURKE, 2010, p. 91, aspas do autor).

Todavia, alguns pontos ainda se fazem necessários. Primeiro, a dinâmica de construção da hegemonia da terceira geração dos *Annales* se fez pela construção e divulgação de uma linha de pesquisa teórica e metodológica própria, assim como também as suas temáticas que mesmo se diversificando obedeciam a um objetivo comum. Segundo, essa dinâmica hegemônica implica em secundarizar todas as outras perspectivas correntes, como se estas estivessem sendo superadas e o movimento é exatamente com este objetivo, considerando que esta é uma dinâmica própria da ciência. Por fim, diante desta dinâmica, pode-se indicar a disputa por um paradigma em que a História Econômica deixa de ter papel central, pelo menos.

Para isso, o professor José Jobson de Arruda indica para esta questão que “A escola de *Annales* utilizou todos os meios clássicos conhecidos para se impor: a desvalorização de professores, o afastamento de adversários que foram excluídos da ribalta e a cooptação daqueles que poderiam ser assimilados” (ARRUDA, 2008, p. 11).

Cabe questionar, contudo, se no contexto em que vivemos é possível tal rotulagem, no sentido de desintegrar todo um campo de pesquisa, fazendo com que perspectivas teórico-metodológicas se choquem como antagônicas e inconciliáveis. Essa fragmentação precisa ser ponderada para se entender até onde esse movimento de “fatiamento” das Ciências Humanas em geral e da História, em específico, pode ser benéfico. Na produção intelectual de Caio Prado Júnior, no entanto, nota-se um movimento contrário a esta fragmentação, no sentido de procurar dar respostas às demandas históricas e também imediatas da sociedade brasileira. Acerca desta dinâmica, Paulo Henrique Martinez, ao tratar das edições do livro *Evolução Política do Brasil* de autoria de Caio Prado Júnior, afirma que:

A leitura dos outros estudos do volume editado em 1953 permite ao leitor acompanhar a passagem do “sentido da colonização”, que moldou as relações de produção e a ordem social na colônia, prolongando-se no tempo e nos espaços regionais brasileiros, tal como referido em *Formação do Brasil contemporâneo*, para o “sentido da transformação projetada”, enunciado nesse segundo estudo demográfico. [...] Um projeto político fecundado e conduzido pelos estudos da história e das demais ciências sociais pelas quais demonstrou interesse constante: geografia, economia, filosofia, sociologia e política (MARTINEZ, 2012, p. 288-289).

Essa é uma questão bastante cara para esta pesquisa tendo em consideração que a História opera sobre seres humanos em sociedade. Por isso, o entendimento da necessidade por uma convergência das Ciências Humanas e Sociais é construído a partir da lógica de

interação das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, que interagem, encontram-se e se juntam.

Com isso, parte-se de uma perspectiva em que o ser humano é o objeto central de investigação e que o seu modo de vida, costumes, tradições e formas de produzir a riqueza devem ser estudados não num processo de fragmentação, mas num empenho de interação desses elementos numa totalidade.

Assim, almeja-se trabalhar a singularidade e a sua relação com o todo, notando a sua dinâmica própria. Para tanto, no tocante à pesquisa histórica, vale notar que as demandas do tempo presente, inclusive no sentido da fragmentação, indicam como se opera os recortes temporais, espaciais e temáticos.

No tocante aos recortes, é importante frisar a dialética do tempo braudeliana, que se manifesta no processo de tessitura da história a partir de recorte de uma parte do tempo passado. Onde, o que determina este recorte é o tempo presente. A busca no tempo passado é estimulada pelas demandas do tempo presente. Mas, por outro lado, esse tempo presente é permeado pelo tempo passado. Nas próprias palavras de Fernand Braudel:

Uma razão a mais para assinalar com firmeza, no debate que se instaura entre todas as ciências humanas, a importância, a utilidade da histórica, ou, antes, a da dialética da duração, tal como ela se desprende do ofício e da observação repetida do historiador; em nossa opinião, nada pode ser mais importante, no centro da realidade social, que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente, entre o instante e o tempo lento a escoar. Quer se trate do passado ou da atualidade, uma nítida consciência dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum às ciências humanas (BRAUDEL, 2011, p. 89).

Para tanto, o estudo do capitalismo como forma sócio-histórica de produção é o meio utilizado para compreender que este modo de produção possui um tempo histórico, mesmo notando a tendência à lenta mudança de determinados traços históricos, como a relação de trabalho e o ímpeto expansionista da produção, elementos estudados pela economia política desde o século XVIII e XIX. No entanto, sistemas de produção anteriores também possuíam traços de longa duração, mas foram superados, como é o caso do feudalismo e do escravismo.

Karl Marx se empenhou em desvelar o funcionamento e as contradições da sociedade capitalista. E, ao colocar o ser social no centro da sua investigação provou que as leis de funcionamento de um dado modo de produção não são eternas, mas, construídas social e historicamente.

É dessa investigação do funcionamento da sociedade capitalista que Marx passa a formular sua crítica à Economia Política. E a sua principal contribuição, já nesse momento,

foi a quebra da dominância das visões metafísicas dos economistas clássicos que os antecederam sobre o funcionamento do sistema sociometabólico do capital ao inserir a História e o ser social na Economia Política, Marx provou que o modo de produção capitalista não é o fim da História e muito menos uma determinação divina para a humanidade, mas sim uma construção histórica do ser social.

Ao inserir o ser social nas análises da Economia Política Marx está dando movimento às estruturas da sociedade, passa a compreendê-las como socialmente construídas e por isso também passíveis de serem socialmente destruídas.

Com isso, da mesma forma que a sociedade tende a se transformar, a operação histórica também tende a mudar, porque suas demandas mudam, e a pressão que o presente exerce sobre o pesquisador o direciona na elaboração das suas questões.

O ímpeto provocado pelas transformações da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo foi fundamental para Caio Prado Júnior na escrita do seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil* (1933). Seu empenho em localizar as lutas sociais e a participação do povo na construção da História do Brasil a partir do método marxista deixa claro como as demandas contemporâneas sobre o autor se manifestam.

Nesse sentido, o materialismo histórico funciona como uma apreensão da mediação entre totalidade e particularidade, possibilitando o entendimento da interconexão entre estas duas frentes, demanda apresentada por Caio Prado Júnior acerca do sentido da colonização:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JR, 2011, p. 28).

Assim, pode-se entender a velocidade das transformações de uma sociedade, as suas contradições, tendo em vista que estas podem aparecer de maneira distinta em determinadas localidades, condição que destaca a importância da consideração da particularidade no estudo de uma totalidade social.

Com base nessa interconexão entre a totalidade e a particularidade é que nos empenhamos em estudar a História do Pensamento Social Brasileiro, tendo em vista especificamente o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em contraposição ao entendimento de que o sistema internacional do capitalismo é um bloco acabado e determinado.

O movimento de construção de uma interpretação da particularidade do capitalismo brasileiro feito por Caio Prado Júnior diz respeito ao entendimento do funcionamento da sociedade e de como suas leis históricas se dinamizam. Com isso, o autor de *Evolução Política do Brasil* se propõe em estudar a sociedade brasileira a partir do método materialista e por isso buscar compreender exatamente os elementos característicos e particulares da sociedade capitalista brasileira.

O Brasil dos dias atuais é uma síntese de múltiplas determinações, ou seja, a concretude Brasil é uma síntese de inúmeras determinantes históricas. Assim, por exemplo, ao considerarmos a taxa de desocupação em 12,3%²¹, com 4,9 milhões de pessoas desalentadas²², junto a temas como as Reformas da Previdência Trabalhista apresentadas como elementos de “destrave” da economia brasileira, podemos notar como traços característicos do sentido da colonização se mantêm num fluxo de longa duração. Com isso, o aparelho do Estado intervém para assegurar a acumulação de capital, criando ferramentas que potencializam a exploração do trabalho.

A Economia Política é levantada na apreensão e problematização do objeto de pesquisa na dissertação em tela por pelo menos dois fatores centrais. O primeiro diz respeito ao trato teórico e metodológico do trabalho, considerando que esta questão é referenciada pela crítica da Economia Política fundada por Marx e Engels.

O segundo fator, relaciona-se diretamente com o primeiro, mas assume uma posição que merece ser destacada aqui: a ideia de desenvolvimento e toda a sua formulação nasce do ímpeto de os seres humanos racionalizem a riqueza produzida em sua sociedade e tempo histórico. É daí que se pode notar que as ideias econômicas são formuladas para atender questões específicas de seu tempo, “assim cada sociedade foi elaborando as bases de uma teoria econômica, segundo o nível de desenvolvimento técnico, e o tipo de problema que deveria enfrentar para a satisfação de suas necessidades” (FOLADORI et al., 2016, p. 51).

Ao analisar o volume de trabalho na área de economia, ainda de acordo com Hobsbawm (2008) e em relação ao tópico anterior, pode-se afirmar uma aguda separação entre História e Economia, como se a segunda não precisasse da primeira em sua constituição. Esse afastamento é constituído a partir do incremento da perspectiva neoclássica que insere a matemática e a modelagem computacional baseada em algoritmos e

²¹ CF. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Agência de Notícias do IBGE, 2019. <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/24908-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-25-0-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2019>>. Acesso em 14 de setembro de 2019.

²² *Idem*.

cálculos avançados. A presença praticamente cotidiana das crises, cada vez mais profundas, evidencia o limite dessa perspectiva neoclássica.

Outro ponto de contraste diz respeito ao desconhecimento da História nas análises econômicas, enquanto há uma hipertrofia na dependência de cálculos e computadores, negligencia-se o aspecto histórico, como se o capitalismo contemporâneo estivesse em uma fase pronta e acabada e essa situação também colocaria um limite no desenvolvimento sócio-histórico da humanidade.

Desta maneira se confirma que a Economia Política também é um campo científico que age por interesses. Até mesmo porque o caminho que ela segue evidencia essa questão. A análise construída por Adam Smith, por exemplo, é relacionada diretamente à forma como a superação dos resquícios do Antigo Regime se dava, num contexto de consolidação da hegemonia do capitalismo enquanto modo de produção.

Quando Marx formula a sua teoria social, o contexto sócio-histórico já é outro, posterior ao momento em que Smith produziu sua análise, as análises feitas por Marx se apresentam sobre as contradições do capitalismo num movimento de interpretação crítica do funcionamento desse modo de produção. As Jornadas de Julho de 1830 e a Primavera dos Povos de 1848 demonstram o nível de aprofundamento e conhecimento das condições desse modo de produção.

Notou-se, desse modo, que a Economia Política também faz parte dessa relação indicada acima e que a ascensão e apogeu de obras no campo da História Econômica se deram exatamente ao lado da Revolução Industrial inglesa e da consolidação da burguesia enquanto classe hegemônica. Essa compreensão nos permitiu reforçar a ideia de que as condições amplas e restritas de produção do discurso podem nos oferecer rastros para a problematização do Pensamento Econômico Brasileiro.

Ao considerar que o volume de trabalhos na área de História Econômica, assim como também no campo da Economia Política, oscila em relação à conjuntura econômica de uma dada formação social possibilita subsídios para a análise de como essa temática passa a funcionar na periferia do capitalismo, como, no caso, o Brasil.

Assim, a distinção e delineamento das particularidades brasileiras servirão para subsidiar nossa problematização sobre as condições materiais que influenciaram a produção intelectual de Caio Prado Júnior sobre economia e desenvolvimento nacional. Além disso, as principais polêmicas internas e externas às instituições do período passam a ser elemento de estudo.

A História do Pensamento Econômico Brasileiro que delimitamos como marco temporal a partir da industrialização do Brasil, porém, deve-se ressaltar que esta é hipertardia. Essa caracterização é um desdobramento das análises caiopradianas no tocante à busca da particularidade do capitalismo brasileiro. Para tanto, de acordo com José Chasin:

Do mesmo modo quanto à expansão das forças produtivas. Em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos *casos clássicos*. Mas enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto da Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a "industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o "*verdadeiro capitalismo*" alemão é *tardio*, enquanto o brasileiro é *hipertardio* (CHASIN, 1978, p. 628, itálicos do autor).

Enquanto que Antônio Carlos Mazzeo posteriormente indica nesse mesmo sentido que:

No Brasil, ao contrário, o tributo do *novo* ao *velho*, em seu caminho de objetivação capitalista, aparece determinado pela inferioridade latifundiário-escravista de sua estrutura econômica que direciona, contrariamente ao ocorrido na Alemanha, para a subsunção de uma burguesia, também ela transformista, aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma hipertardiamente como subsidiária à grande produção industrial, enquanto "elo débil" do modo de produção capitalista, em seu conjunto anatômico (MAZZEO, 2015, p. 132).

Essa industrialização de caráter hipertadio se dá exatamente entre dois períodos denominados por João Manuel Cardoso de Mello (1982) como industrialização restringida e acelerada. Ainda, segundo Mello, deve-se notar que essas especificações se fazem necessárias posto que:

Não basta, no entanto, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é **específica** e que sua especificidade está duplamente determinada: **por seu ponto de partida**, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e **por seu momento**, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatário (MELLO, 1982, p. 98, negritos do autor).

Diante deste aspecto, ao notar a particularidade da formação capitalista em que o Brasil está inserido, pode-se problematizar as condições materiais de produção que possibilitam a produção das ideias correlacionadas à industrialização e desenvolvimento brasileiro. Notando, contudo, que as estatísticas numa forma geral foram as principais fontes utilizadas nos debates sobre essa temática. Com isso, a forma como as estatísticas foram utilizadas passou a ser questionada, principalmente por conta do caráter quantitativo das pesquisas, as estatísticas eram consideradas um fim em si mesmo²³. Condição que dava ênfase à forma econométrica em detrimento da perspectiva historiográfica.

No tocante a isso, em 1975, Caio Prado Jr escreveu um artigo para a revista *Debate & Crítica*, onde não nega a importância das estatísticas como fontes históricas, mas também indica o limite da sua supervalorização que ocasiona a estagnação ao invés do movimento histórico. Essa discussão, que inicialmente não tenha sido central no Brasil, perpassa as principais polêmicas acerca do desenvolvimento nacional brasileiro, tema que mobiliza a presente pesquisa.

As estatísticas eram utilizadas, principalmente, para a busca de padrões de desenvolvimento, para o estabelecimento de leis gerais. Porém, quando se nota a necessidade de discutir e compreender a particularidade de uma dada região, em alguns momentos, essas leis gerais não serviam, deixando de dar fundamento à interpretação no tocante aos casos específicos. Esse é o principal empenho de Caio Prado Júnior em suas obras: desenvolver um arcabouço teórico-analítico que dê conta das particularidades do Brasil, para isso, de acordo com Mazzeo:

Isso significa dizer que Prado Jr. Identificará na formação social brasileira *elementos de particularidade histórica* que permitem um enfoque mais próximo da concretude para a explicitação do caráter *não clássico* da forma capitalista brasileira, aproximando-se das interpretações leninianas sobre as morfologias conformadoras das particularidades históricas que se processam nas formações sociais capitalistas (MAZZEO, 2015, p. 125).

Em nosso caso, que investiga o debate acerca do sentido de nação no pensamento econômico brasileiro, verifica-se a necessidade de compreender o movimento também das

²³ Cf. Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã. Marcelo Durão Rodrigues da Cunha. **História econômica & história de empresas** vol. 17 no 1 (2014), 45-83.

particularidades que norteiam o desenvolvimento nacional a fim de notar os pressupostos teóricos que influenciaram a constituição do pensamento de Caio Prado Júnior acerca dessa temática.

É importante frisar, deste modo, que há distintos vieses teóricos na História do Pensamento Econômico²⁴ que consideram leis gerais de desenvolvimento de maneira distinta. Por exemplo, a *Nova Escola Histórica Alemã de Economia* do século XIX, partiu de uma perspectiva oposta à *Escola Inglesa*, ela considerava aspectos individuais para o desenvolvimento econômico em oposição às concepções “generalizantes” de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823),²⁵ esse foi um rico debate que se deu no seio da unificação alemã. Recorremos a seguinte citação para ilustrar o embate teórico e político que se deu entre essas duas escolas do pensamento econômico:

“[...] Aquela década assistiria à queda das últimas restrições às alianças comerciais nos estados alemães, e em 1869 a liberdade de comércio (*Gewerbefreiheit*) foi implementada no código comercial da Confederação Alemã do Norte”. As advertências e discordâncias de Schmoller quanto a irrestritas liberdades comerciais incomodavam os membros do Kongress für Volkswirte (Congresso dos Economistas Alemães), que possuíam orientações do liberalismo de Manchester e influências do pensamento de Adam Smith (ANDERSON apud CUNHA, 2014, p. 51).

Caio Prado Júnior desenvolve sua interpretação da realidade brasileira e se empenha questionar os rumos do Brasil de seu tempo num contexto em que as discussões entre liberais e intervencionistas se acaloravam devido ao processo de desenvolvimento industrial do capitalismo brasileiro, ao amadurecimento do proletariado e a partir do contexto internacional da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria que se inicia já em fins da década de 1940 e marca praticamente toda a segunda metade do século XX. As linhas de intervenção no debate econômico dos países periféricos passaram a ser um desdobramento da Guerra Fria.

²⁴ Cf. **História do Pensamento econômico: uma perspectiva crítica** de E. K. Hunt e Mark Lautzenheiser; [tradução de André Arruda Villela]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

²⁵ Esses dois teóricos serão considerados os principais expoentes da Economia Política Clássica, tendo grande destaque no modo de operação das relações internacionais entre os séculos XVIII e XIX. Porém, cabe indicar que “o que se pode denominar de período clássico da Economia Política (ou, ainda, *Economia Política Clássica*) vai de meados do século XVIII aos inícios do século XIX” (NETTO, BRAZ, 2012, p. 29, itálicos dos autores).

Para isso, faz-se necessário discutir o Nacionalismo e a função do Estado na periferia do capitalismo, temas contemporâneos de Caio Prado Júnior e que se inserem nas condições de produção do discurso caiopradiano. Sendo assim, desenvolveremos essa discussão na próxima seção.

4 O SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

A dinâmica do pensamento de Caio Prado Júnior é constantemente apresentada como aquela que fugiu de esquemas prontos, empenhando-se na formulação de uma interpretação própria do Brasil. Esse movimento intelectual, contudo, não é isolado, a sua geração foi marcada pela construção de esquemas interpretativos da realidade brasileira, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

O destaque dado à inovação caiopradiana está na forma como se pensa o processo de colonização, localizando tal empreendimento na dinâmica expansionista do capitalismo comercial no século XVI. Caio Prado Júnior, desta forma, por meio da análise possibilitada pelo materialismo histórico e também através do exemplo que a Rússia se tornou no tocante aos processos de ruptura revolucionária.

O empenho em construir uma análise própria das relações de produção no Brasil é o elemento que implica na definição do caso russo apenas como referência e não como cópia. O perfil agrário, a precária industrialização e a presença do capital estrangeiro são os principais pontos de referência para serem destacados, porém é imprescindível asseverar a questão da colonização como elemento definidor do processo de formação e evolução econômica e política do Brasil. Caio Prado Júnior apresenta a seguinte caracterização da economia colonial brasileira que se desdobrou nas outras estruturas e períodos políticos deste país:

São estes, em suma, as características fundamentais da economia colonial brasileira, de um lado, essa organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Nessas Bases se lançou a colonização brasileira, e nelas se conservará até o momento que ora nos interesses [1942] (PRADO JR., 2011, p. 129).

Em *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Júnior apresenta o *sentido da colonização* para entender a permanência da dependência externa que a economia brasileira possui. O sistema colonial é o suporte desta dinâmica. A presença de elementos como o latifúndio, a monocultura, a escravização e a atrofiação do mercado interno são condicionantes para o funcionamento do Brasil enquanto complemento das economias centrais.

Seriam estes aspectos que caracterizariam a condição do capitalismo brasileiro. A evolução política e econômica no momento em que Caio Prado Júnior escreve ainda não haviam superado esse patamar colonial de complemento e submissão à metrópole. A Revolução Brasileira seria para este autor a síntese para a superação da condição colonial por meio de transformações profundas e estruturais que só seriam possíveis, primeiro, se a dinâmica das relações de produção fosse compreendida e mediada por meio de suas particularidades. A questão agrária nesse sentido é protagonista nessa transformação estrutural, tendo em vista que o sistema colonial foi montado a partir dessa estrutura fundiária altamente concentrada e associada à superexploração daqueles que não tem acesso à propriedade.

Vale frisar, contudo, que a interpretação caiopradiana não é localista ou monocausal. Este intelectual concebe a dinâmica socioeconômica do Brasil a partir do colonialismo e o relaciona às relações internacionais, isso pode ser notado na forma como Caio Prado Júnior caracteriza a produção brasileira: exportação de produtos primários, ou seja, dinâmica econômica voltada para fora.

O imperialismo seria o meio pelo qual essa forma de dominação se reproduz, mantendo o Brasil num patamar de país periférico e dependente, por meio da evasão de divisas, do apoio do Estado por meio de isenções e outros benefícios que assegurem as super taxas de lucro. Há também a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, situação que destrói o ecossistema local e não possibilita uma cesta de consumo minimamente satisfatória aos trabalhadores.

Assim, o núcleo teórico caiopradiano se dá por meio da crítica à dependência que a economia brasileira possui em relação ao mercado externo. Para este autor, a origem de tal condição está no sentido da colonização e a sua superação só se daria por meio de uma mudança profunda sintetizada na revolução brasileira, fundamentalmente através da transformação nas relações de trabalho no campo.

Caio Prado Júnior pensa essa superação através da condição inorgânica da sociedade brasileira que não possibilita uma organização interna por meio de um projeto de nação, não houve uma integração das partes no sentido da superação da condição colonial. Por outro lado, o autor de *Formação do Brasil contemporâneo* defende o aumento nas condições de vida e consumo da população urbana e rural, situação que se articularia com o

desenvolvimento de um mercado interno, que por sua vez imprimiria o suporte para o avanço da indústria nacional de forma dissociada do imperialismo.

Como se pode notar a proposta deste autor funciona a partir da libertação nacional, que ataca diretamente os traços da colonização e seus desdobramentos responsáveis pela dependência do Brasil, enfrenta diretamente a desagregação estrutural da sociedade brasileira por meio de um projeto de nação emancipada. Eloísa Faria Scarabôto procurando explicar a relação entre econômico e social na *Formação do Brasil contemporâneo* elenca três pontos como fundamentais na constituição da ideia de totalidade do pensamento caiopradiano que nos serve para ilustrar esses fatores de desagregação:

1. A importância ressaltada, pelo autor, de um sistema econômico explicando uma totalidade social. Isto em 1942, data da 1ª edição da obra em questão e que, dentro da nossa historiografia, deve ter aparecido como fato realmente novo;
2. Como a partir desse sistema econômico a escravidão definiu e orientou toda uma organização social;
3. Finalmente, como, ainda decorrente da importância do sistema de trabalho servil, a sociedade colonial se definiu 'antes pela desagregação, pelas forças dispersivas' gerando suas contradições (SCARABÔTOLO, 1989, p. 319).

Essa desagregação como pode ser notada no ponto 1 se relaciona pela forma como o território foi ocupado, tendo como lógica a distribuição de capitânicas hereditárias sem nenhuma ou com baixíssima interconexão, junto ao processo de povoamento e ocupação do interior do país a partir, inicialmente, de uma lógica complementar ao latifúndio açucareiro litorâneo.

A dificuldade de articulação da população escravizada seria o outro elemento da referida situação de desagregação, onde a superação da escravidão não representou um processo emancipacionista que de fato alterasse as bases da sociedade brasileira substancialmente, mantendo a superexploração, o preconceito e a exclusão dessa camada da população das definições dos rumos do país.

Desta maneira, as transformações ocorridas no Brasil e a não superação da base inicial da colonização, manteve-se os pilares coloniais a partir da resignificação e das mudanças feitas pelo autor, alijando as camadas populares das tomadas de decisão. Caio Prado Júnior em 1933 ao se empenhar em construir uma análise da evolução política do Brasil se empenha

por meio do materialismo histórico em mostrar como as revoltas que imprimiram importância na história do Brasil tinham forte presença popular, porém sem uma articulação global.

Os contextos em que se deu a publicação da primeira (1933) e da segunda edição (1953) de *Evolução Política do Brasil* possuem uma similaridade: são momentos de grandes movimentações populares que imprime mudanças significativas na sociedade brasileira. De acordo com Martinez:

Os estudos demográficos, juntamente com as iniciativas editoriais e a publicação de outros livros e artigos de Caio Prado Júnior, testemunham a condição econômica e social que, em seu entender, tornava o nosso século XIX contemporâneo aos brasileiros na década de 1940 e indicam os gargalos políticos de continuidade e da mudança histórica na organização da nação. Nas políticas do povoamento, de mão de obra e de uso da terra tratava-se de dar fim ‘ao interesse imediatista da simples exploração comercial do território brasileiro’ (MARTINEZ, 2012, p. 288).

No caso da primeira edição, tem-se a Revolução de 1930 marcando o fim da República das Oligarquias de São Paulo e Minas Gerais e também da guerra civil de 1932, denominada Revolução Constitucionalista paulista. Enquanto que na edição posterior há o segundo pós-guerra mundial, o início da Guerra Fria e a perseguição aos comunistas, os movimentos nacionalistas pela defesa da soberania do Brasil em especial no tocante à questão do petróleo, junto às graves operárias que marcam o início da década de 1950. Ainda com base em Martinez:

As décadas de 1930 e 1950, no Brasil, têm sido examinadas com recorrência em nossa historiografia. Observadas e guardadas as devidas e respectivas proporções, há situações de continuidade entre esses dois períodos da história política brasileira. A dura e constante repressão aos movimentos operários e aos comunistas, a ascensão da mobilização social e popular nos debates nacionais, a ação do Estado na construção da infraestrutura econômica nacional, com investimentos em energia, transportes, indústrias, acesso ao crédito e empréstimos governamentais (MARTINEZ, 2012, p.291).

Essas duas décadas também são marcadas por impulsos industriais, a primeira caracterizada como industrialização restringida marcada pelo baixo investimento privado e pela falta de infraestrutura no Brasil. Conforme João Manuel Cardoso de Mello “uma vez restringida a industrialização, a acumulação industrial continuou submetida ao **limite em última instância** imposto pela capacidade para importar” (MELLO, 1982, p. 116).

Todavia, o segundo momento, agora na década de 1950, é marcado por um forte impulso industrializante principalmente no tocante à indústria de base, inicialmente, e depois com a indústria automobilística. Vale frisar que o Estado brasileiro foi fundamental em ambos os processos, principalmente no tocante à construção de infraestrutura e na criação de condições favoráveis à extração de uma super taxa de mais-valia pelas empresas estrangeiras. Acerca disso, deve-se considerar que:

A expansão, portanto, não poderia deixar de estar apoiada no Estado e no novo capital estrangeiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo. A ação do Estado foi decisiva, em primeiro lugar, porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infraestrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas, mas, também, por lhe gerar demanda (MELLO, 1982, p. 118).

Todavia, mesmo nesse contexto de transformação na matriz produtiva brasileira, onde a indústria passa a ter maior participação no produto interno bruto, Caio Prado Júnior mantém o eixo das suas análises na questão agrária. O núcleo da sua interpretação da realidade brasileira se dá a partir do entendimento de que a questão agrária representa o fio de continuidade do sentido da colonização e a indústria, no caso deste país, funcionaria assim não como elemento alternativo à produção primária-exportadora, mas como complemento submetido à estrutura latifundiária.

São esses elementos que a presente seção se empenha em analisar, buscando compreender os nós do pensamento caiopradiano assim como a sua importância na interpretação da realidade brasileira e na formação das gerações posteriores. A marca da originalidade deste pensamento é o que imprime o constante retorno aos seus escritos. Por esse meio, ainda, busca-se compreender questões de seu tempo que ainda se fazem contemporâneas.

4.1 Do sentido da colonização à Revolução Brasileira

A ideia de desenvolvimento do capitalismo, para uma visão simplista pode ser compreendida como um movimento monocausal e, além disso, como também a partir de uma lógica linear. No entanto, as discussões acerca das transformações desse modo de produção nos países periféricos e a questão da superação das contradições que imprime a condição de

dependência assumiram alguns vieses que se distanciam das teses padrões do desenvolvimento do capitalismo por meio de etapas.

Caio Prado Júnior é um destes intérpretes que procura construir uma análise da realidade brasileira que considere suas particularidades, que se empenha em notar o capitalismo brasileiro a partir de uma dinâmica pluricausal. Maria Odila da Silva Dias apresenta a seguinte síntese acerca da interpretação caiopradiana no que diz respeito à evolução política e econômica do Brasil:

Ao analisar a oposição estrutural entre o sistema de organização da economia colonial e a construção da nacionalidade como um traço peculiar da nossa inserção no mundo, Caio Prado Júnior desfraldou a bandeira de um programa que era ao mesmo tempo uma meta política e um desafio metodológico para o historiador marxista: decifrar as contradições regionais e conjunturais do Brasil colonial para melhor desvendar o processo pendente da revolução brasileira (DIAS, 1989, p.377).

Como se pode notar, o sentido da colonização não é uma causa em si, na verdade é uma síntese de processos que se inserem desde o processo da implantação da empresa colonial nesta região. Sendo assim, tal síntese representa a raiz da dinâmica social e econômica do Brasil, tendo em vista a falta de alterações profundas na estrutura econômica e social desta região: manutenção da concentração latifundiária e precarização do trabalho no campo.

Um dos aspectos de debate desenvolvidos durante os anos iniciais de produção intelectual de Caio Prado Júnior, para tanto, se dava no tocante ao papel da burguesia local no desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Essa questão também se associava a ação do Estado na pavimentação deste processo. Na Rússia, por exemplo, “O Estado aparece como vanguarda das transformações econômicas a partir da emancipação dos servos em 1861, colado à celebre penetração do capital estrangeiro no seu cenário” (OLIVEIRA, 1984, p. 71).

Devido ao impacto da Revolução Russa de 1917 no mundo e seus desdobramentos na superação de vários aspectos de atraso tanto na cultura como na economia e sociedade, vários intérpretes passaram a considerar a dinâmica materializada no processo de ruptura revolucionário liderado pelos bolcheviques como uma alternativa a ser seguida no tocante à superação do atraso caracterizado nos países periféricos.

Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco, organizadores da coletânea *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*, em 2014, asseveram o seguinte acerca da importância desta revolução nos intérpretes sociais que vão marcar praticamente todo o século XX, principalmente a partir da década de 1920:

Nesse sentido, a Revolução de Outubro, em 1917, e a constituição do Comintern, em 1919, também exerceram, sem dúvida, um papel fundamental (não só no Brasil, como em toda a América Latina) entre aqueles que aderiram ao marxismo como uma importante ferramenta teórica de interpretação e transformação do país (PERICÁS; SECCO, 2014, p. 10).

Desta maneira, os movimentos mais articulados que marcam o Brasil a partir da década de 1920 passam a imprimir forte pressão de transformação da realidade brasileira. A Semana da Arte Moderna de 1922, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a pressão desencadeada pelos Tenentes que se intensifica no sentido de superar a República Oligárquica, que seguia tolhendo a participação popular das grandes decisões.

A crise de 1929 junto com seus desdobramentos e a Revolução de 1930 imprimem uma nova dinâmica econômica e política no Brasil. A chegada de Getúlio Vargas, inicialmente, projetava a esperança na superação das mazelas que marcavam o atraso do Brasil. A frustração provocada por tal movimento implica em um reposicionamento de entusiasmados apoiadores como Caio Prado Júnior que rompe com o Partido Democrático e adere ao Partido Comunista Brasileiro e logo depois publica seu primeiro livro *Evolução Política do Brasil* (1933), ensaio que procura analisar as transformações na colônia e no Império por meio da interpretação materialista da história, considerando a importância das camadas populares em sua análise.

Este autor faz parte da geração que surge em meio a essas condições conjunturais que imprime a necessidade de entender a formação do país a partir da proposição da superação das suas mazelas por meio de uma interpretação crítica da realidade brasileira. De acordo com Pericás e Secco “nos anos de 1920 e 1930, o Brasil testemunhou toda uma geração pioneira no que diz respeito à busca por explicações para a opressão e a miséria que sofriam os setores mais explorados da nossa população desde o período colonial” (PERICÁS; SECCO, 2014, p. 10).

Esse padrão de intervenção e o próprio momento histórico são dissonantes do que se dá na *via clássica*, compreendida no processo de desenvolvimento do capitalismo inglês e francês. A própria forma como as instituições internas são constituídas assumem perfil distinto que merece ser notado na caracterização de uma dada forma societal específica. Voltando ao caso russo, para ilustração, o regime servil era um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas, ocasionando, principalmente, uma deficiência no mercado interno, condição muito parecida com a do Brasil.

O tripé que marca a particularidade da estrutura colonial brasileira e que tem repercussão nos períodos seguintes funciona como essa lógica de entrave do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo nos moldes da via clássica. A economia do Brasil foi estruturada para funcionar como complemento da economia metropolitana e ao longo da evolução política do país essa condição pouco mudou, esse é o traço característico fundamental da história econômica do Brasil. Para isso, a acumulação de capital e a extração da mais-valia precisam ser compreendidas a partir da dinâmica colônia-metrópole e depois com a lógica do centro-periferia. Para isso, de acordo com Maximiliano Martin Vicente:

A ideia norteadora do autor [Caio Prado Júnior] para o período colonial pode ser colocada de forma sumária: existência da colônia em função da Europa e mais concretamente do fornecimento de produtos para o mercado internacional. Esse grande princípio condicionou outros: existência de classe dominante minoritária, existência do trabalho escravo, formação de latifúndios produtores de mercadorias para exportação e submissão aos interesses da metrópole. Com esses princípios gerais, Caio Prado Júnior explica o sistema colonial mostrando a relação estabelecida entre metrópole e colônia (VICENTE, 1989, p. 95).

Essa marca característica da formação brasileira atrofia tanto o mercado interno como também a expansão das forças produtivas industriais, notando ainda o capital variável mantido em níveis baixíssimos. Todavia, há momentos e locais em que essa dinâmica assume outros contornos como se pode notar no desenvolvimento de um mercado interno e de uma sociedade urbana a partir do ciclo da mineração no século XVIII na região das Minas (atual Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás), porém esse processo não se dá de forma integrada às outras regiões visando um desenvolvimento concatenado e voltado para dentro, mas a partir de uma dinâmica desigual e combinada por meio da migração de capital e de mercadorias em detrimento do consumo das outras capitanias, como as produtoras de açúcar. Ao mesmo

modo que também se verifica a intensa mobilização da metrópole por meio de instituições, leis e impostos visando assegurar a exploração e o domínio da região produtora de metais preciosos e diamantes.

De forma geral, considerando a via clássica de desenvolvimento do capitalismo, verifica-se a integração quando o latifúndio empurra a força de trabalho para as indústrias, mas isso só acontece quando estas últimas figuram como alternativa, formando uma sociedade urbano-industrial. A lei inglesa de cercamento, por exemplo, empurrou o campesinato para o êxodo rural, servindo como força de trabalho abundante nas indústrias nascentes, há a combinação de fatores como se pode notar.

No caso brasileiro, contudo, assim como no russo, inicialmente não havia alternativa para fugir da estrutura latifundiária. A economia funciona voltada para fora a partir da exportação de produtos primários. Todavia, um aspecto precisa ser destacado, o capitalismo na zona rural se desenvolvia, a presença do capital financeiro (o convênio de Taubaté, por exemplo) e das inovações na produtividade representa esse processo de combinação com a dinâmica capitalista internacional.

A concentração fundiária, para tanto, foi elemento intenso de debate entre os intérpretes do Brasil. A sua síntese pode ser compreendida na *Questão agrária*. A caracterização do latifúndio brasileiro como feudal ou empresa capitalista era o pano de fundo das discussões. Alberto Passos Guimarães, por exemplo, está inserido nessa empreitada e em seu *Quatro séculos de latifúndio* (1963) caracteriza a dinâmica do latifúndio no Brasil desde a colonização feita por Portugal e aponta esse movimento não como progressista, no sentido do desenvolvimento das forças produtivas, mas o assinala como regressivo, indicando o latifúndio como uma manifestação do feudalismo português. Segundo este autor: “O monopólio da terra impôs soluções específicas para os problemas que teve de vencer, sem, contudo, perder suas características essenciais da formação social que tomara como modelo” (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

A posição de Alberto Passos Guimarães ilustra um dos modos como a questão do latifúndio era vista no Brasil. Fica patente que para este autor, a concentração de terra era o feudalismo cuja raiz era a resistência da sociedade nobiliária portuguesa que teve de se adaptar às circunstâncias do período, porém sem perder a sua essência. Esse é a posição hegemônica na esquerda brasileira e latino-americana nesse período, baseada fundamentalmente pelas análises do Comintern.

Por outro lado, na disputa dos sentidos do discurso da interpretação do Brasil, Caio Prado Júnior caracteriza o latifúndio brasileiro como inserido na dinâmica capitalista e trata a força de trabalho do campo como trabalhadores rurais e não como campesinato. Tal autor defende a reforma agrária, sem dissociar a luta pelos direitos trabalhistas no meio rural, como elemento de superação do sentido da colonização, sendo este o fundamento da revolução brasileira.

Para tanto, Lenin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* caracteriza os desdobramentos da Reforma de Emancipação dos Servos de 1861 e nota essa diferença entre o campesinato e os trabalhadores rurais, além disso, analisou como estes últimos estavam vinculados à demanda de um mercado interno e da própria dinâmica capitalista. Além da consideração da particularidade no desenvolvimento capitalista destes países, Caio Prado Júnior também apresenta sua interpretação a partir dessa concepção contida no líder da Revolução de Outubro, de 1917.

Essa caracterização nos permite notar aspectos da particularidade do desenvolvimento do capitalismo, tendo em vista que a presença do latifúndio e da agroexportação funcionam como elo diferenciador que marca essa particularidade. Porém, essa diferença se articula com o todo compreendido no capitalismo internacional que se utiliza desta desigualdade como elemento de complementação.

Para isso, acerca das condições de trabalho no campo e da tática para a *Revolução Brasileira*, Caio Prado Júnior em artigo intitulado *As teses e a Revolução Brasileira* escrito para a tribuna de debates do V congresso do PCB e 1960 assevera uma posição que será reforçada nos anos seguintes:

É nesses termos que se propõe, no momento, o problema da reforma agrária, que tem assim suas raízes dialética no antagonismo e contradição entre a reduzida minoria de grandes proprietários que detém o monopólio virtual da terra, e controlam, portanto, as oportunidades de ocupação do trabalho na agropecuária brasileira, de outro lado, a massa trabalhadora do campo, que depende dessas oportunidades para conseguir seu meio de subsistência. Os trabalhadores rurais alcançarão uma posição melhor na luta por suas reivindicações imediatas, e mais facilmente se beneficiarão dela, na medida em que as oportunidades de trabalho e ocupação não forem unicamente às proporcionadas pelos grandes proprietários (PRADO JR., 2011, p. 80).

Acerca dessa questão, percebe-se uma unidade nas leituras feitas sobre o latifúndio brasileiro tanto a apresentada por Alberto Passos Guimarães como a feita por Caio Prado Júnior. Ambas se dão no que concerne aos desdobramentos negativos que a concentração agrária representa.

Outro aspecto, contudo, que demanda atenção é a relação entre minifúndio e latifúndio, tendo em vista que a pauta da reforma agrária coloca o minifúndio como antítese do latifúndio. Esse ponto é fundamental devido a caracterização das camadas sociais em disputa no campo e também como elemento de disputa no tocante à dinâmica econômica do país, fundamentalmente quando se trata do abastecimento interno e da superação da dependência externa. Considerando que, de acordo com Caio Prado Júnior:

Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com o nosso velho sistema colonial fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência. Considerada do ponto de vista geral do imperialismo, a economia brasileira se engrena no sistema dele como fornecedor de produtos primários, cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros dos trustes que dominam aquele sistema. Todo funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econômicas do país e suas perspectivas futuras, se subordinam assim, em última instância, ao processo comercial em que os trustes ocupam hoje o centro (PRADO JR., 1970, p. 328).

O autor de *História Econômica do Brasil* está preocupado em evidenciar como a dinâmica do capitalismo internacional mantêm o Brasil submetido à um processo de submissão e dependência, onde seu funcionamento é diretamente voltado para a exportação de produtos primários, ou seja, seu desenvolvimento é voltado para fora, está submetido diretamente aos fluxos do capitalismo internacional.

Esse praticamente monopólio da exportação de produtos primários é o que assegura a lógica de funcionamento dos latifúndios mantendo ativa a questão agrária, tendo em vista também que esse empenho na venda para fora do país implica num desleixo com o mercado interno. Ao mesmo modo que as iniciativas internas tendem a se manter à margem ou como complemento da atividade econômica principal: agroexportação.

A questão da soberania alimentar é fundamental no que diz respeito a isso. Ao notar o fio histórico que localiza o camponês na agricultura de subsistência desde os primeiros

momentos da colonização, fica evidente a função deste no desenvolvimento de um mercado interno, mesmo que incipiente está sendo mantida como traço herdado do período colonial.

A resistência do sentido da colonização na dinâmica econômica brasileira é a marca do atraso da sociedade brasileira. As marcas coloniais funcionam, desta forma, como tendência regressiva. Porém, dialeticamente, também se nota processos de modernização, contudo, eles não são elementos superadores da condição dependente e periférica imposta pelo sentido da colonização e desdobrada na fase superior do capitalismo.

Na verdade, acabam reafirmando esse caráter, sendo assim, uma modernização conservadora que está vinculada organicamente aos processos de avanço do capitalismo internacional. Essa condição desigual é um nó fundamental para o crescimento dos centros capitalistas, o atraso é fundamental para garantir a desigualdade que é combinada com as partes avançadas deste modo de produção. Lincoln Secco apresenta o seguinte diálogo de André Gunder Frank em correspondência com Caio Prado Júnior acerca de como o atraso rural funcionava no Brasil:

A superexploração da força de trabalho, o autoconsumo, o pagamento in natura, a parceira, tudo o que nos parece atraso é resultado do que é moderno: a plena integração periférica, subordinada e precária da economia agrária ao mercado capitalista nacional e internacional (SECCO, 2014, p.273).

Desta forma, reforça-se que a dinâmica das relações econômicas brasileiras não se dá em linearidade e nem as interpretações que lhe são feitas. Há um debate de sentidos do discurso no tocante à caracterização das relações de produção deste país. Para Caio Prado Júnior a questão agrária é um desdobramento fundamental do sentido da colonização, seria o meio pelo qual se verifica a manutenção da estrutura de produção voltada para fora.

Sobre isso, John M. Monteiro assevera que “ao concentrar-se na elaboração do modelo agroexportador como o agente principal da história do Brasil, Caio Prado Júnior sustenta que o latifúndio seria ‘o elemento e fator que fundamentalmente condiciona a economia rural brasileira em conjunto’” (MONTEIRO, 1989, p. 156).

Assim, o pensamento econômico caiopradiano procura nos clássicos marxistas da filosofia política e da economia política os fundamentos para a investigação da dinâmica brasileira. Procura por esse meio os traços que marcam a particularidade desta sociedade

assim como também os elementos que a conecta às outras partes da economia mundial. O fundamento do pensamento deste autor parte do pressuposto de que “constata-se que a história (tanto humana como a ‘natural’) não tem caráter cíclico, mas sim processual, aquele que produz ou introduz constantemente, em cada fase ou momento, o ‘novo’ (PERICÁS, 2016, p. 149).

É deste movimento intelectual que Caio Prado Júnior formula sua interpretação acerca das questões do Brasil. O desenvolvimento econômico do Brasil, assim, seria a superação das contradições que marcam a sua história, constituiria a ultrapassagem do sentido da colonização. Segundo Luiz Bernardo Pericás:

[...] o desenvolvimento surge dentro do próprio processo de destruição do momento histórico anterior. A transformação ‘permanente’ e a ‘mutabilidade’ são conceitos articuladores das mudanças sugeridas na visão dialética de Caio Prado Júnior (PERICÁS, 2016, p. 149, aspas do autor).

Como se pode notar, no núcleo da interpretação caiopradiana do Brasil há a dinâmica dialética em que considera o desenvolvimento como processo a partir do entendimento das contradições fundamentais do capitalismo junto aos aspectos particulares contidos na formação brasileira. Essa relação entre o geral e o particular é o que permite a mediação da tática para a intervenção política e da proposição para superação dos problemas do momento histórico em que vivia, desde a década de 1940, mas fundamentalmente a partir dos anos 1960. Assim, para Caio Prado Júnior, a História Econômica e Política do Brasil são pensadas a partir da unidade e são entendidas a partir da dialética da História. Desta forma, é por essa via que o autor investiga as raízes dos problemas de seu tempo, procurando no passado o nascimento das contradições que se manifestam no presente.

Esse empenho é o que marca os anos iniciais de produção deste autor, as grandes transformações ocorridas tanto na economia, quanto na política interna e externa do Brasil faz com que os intelectuais da época se empenhassem em construir interpretações que dessem sentido ao que estava acontecendo, tanto com o objetivo de justificar as mudanças, como para desenvolver uma análise crítica.

A inovação de Caio Prado Júnior é fundada a partir da construção de uma interpretação crítica da história brasileira, por meio do materialismo histórico, este autor se empenha em notar os caminhos traçados pela sociedade brasileira desde a sua colonização e

de como a colônia funciona como elemento da expansão do capitalismo mercantil português. O sociólogo Otávio Zanni ao caracterizar o pensamento caiopradiano acerca da História da sociedade brasileira assevera:

O desenvolvimento desigual e combinado caracteriza toda a formação social brasileira, ao longo da colônia, Império e República. A sucessão de “ciclos” econômicos, em combinação com os surtos de povoamento, expansão das frentes pioneiras, organização do extrativismo, pecuária e agricultura, urbanização e industrialização, tudo isso resultará numa sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias de organização da vida e trabalho (IANNI, 1989, p. 71, itálico do autor).

Em acordo com Ianni (1989), caracteriza-se a dinâmica do capitalismo a partir do *desenvolvimento desigual e combinado*, no qual há uma lógica expansionista a partir do estabelecimento da desigualdade entre as partes constitutivas do capitalismo. No caso, particular, no que se refere ao Brasil, existe a presença de laços que marcam o atraso em relação à via clássica de desenvolvimento do capitalismo e, além disso, seria este atraso elemento importante no desenvolvimento dos países de via clássica.

Porém, é importante compreender que este atraso não implica numa comparação com o desenvolvimento de outras nações no que se refere ao tempo cronológico, mas em como esse atraso se combina com o avanço. Essa relação é o que marca a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Ao mesmo passo é o que delinea a forma particular do desenvolvimento capitalista no dado país, tendo em vista a formação social resultante da combinação entre as características particulares com a forma geral do capitalismo.

Tal particularidade pode ser notada a partir da forma como os traços coloniais são mantidos na estrutura socioeconômica do Brasil, criando uma relação entre a base colonial e a evolução política e econômica da sociedade brasileira. Sendo assim, a combinação contida no desenvolvimento desigual é um elemento constitutivo do capitalismo, pois este modo de produção ao se expandir na busca de lucro se universalizou excluindo a possibilidade de outros modos de produção coexistirem.

O colonialismo no qual o Brasil foi inserido é parte deste processo de universalização das relações de produção capitalistas. Porém, assumindo particularidades por meio da interação de fases históricas precedentes como o latifúndio com semelhança feudal associado

ao trabalho compulsório compreendido no escravismo. Essa diferença na combinação de elemento de fases históricas diferentes é o que marca o ritmo do atraso destes países. Leon Trotsky, ao tratar das leis de desenvolvimento histórico do capitalismo assevera:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. [...] Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa a aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 2017, p. 34).

Anteriormente à investigação de Leon Trotsky a questão da particularidade mediatizada pelo local e tempo foi objeto de discussão entre Vera Zasulich e Karl Marx no início da década de 1880. Vera problematizava com Marx a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia, compreendendo o caráter da propriedade vinculado à comuna rural e não a propriedade privada nos moldes burgueses como discutida em *O capital*. Para tanto, faz-se necessário citar Tedor Shanin que versa sobre a recepção de Marx nas periferias do capitalismo, em especial, na Rússia:

A cabeça de Marx, entretanto, não se satisfazia com os simplismos unilineares do esquema evolucionista. A riqueza da evidência que ele estuda lutava contra isso, assim como sua própria formação dialética e a epistemologia por ele escolhida. Outra coisa que estava ainda por ser descoberta era a razão pela qual o rincão Norte ocidental da Europa havia engendrado a primeira edição do modo capitalista de produção. Tomar isso como meramente acidental estava longe das exigências de Marx sobre uma ciência da sociedade (SHANIN, 2017, p.28).

Por isso, nossa preocupação em considerar como a particularidade pode ser compreendida na análise do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tendo em vista que esta via foge da via clássica de desenvolvimento econômico abarcado no século XIX.

Assim, ao problematizar que a classe trabalhadora brasileira nitidamente tem elementos constitutivos distintos da classe trabalhadora inglesa, percebe-se que essa distinção está na forma histórica como se deu a evolução das relações de produção capitalistas em cada um desses países.

Caio Prado Júnior, demonstrando significativa influência das concepções de seu tempo, caracteriza uma dupla relação que marca a vida social e política da colônia: de um lado, ter-se-ia uma dinâmica orgânica da sociedade que seria baseada no latifúndio

monocultor escravista, o centro da atividade socioeconômica; enquanto que do outro, mas precisamente à margem da primeira, há um processo inorgânico, que possui como marca a dissociação e a falta de um projeto comum.

O nexó teórico que permeia essa avaliação está na teoria funcionalista de Emile Durkheim, nessa perspectiva o autor encara o funcionamento da sociedade como um organismo biológico, onde cada um teria uma função fundamental. A quebra desta dinâmica seria uma disfunção, ou usando o conceito do pensador francês, a anomia. Sendo assim, Caio Prado Júnior, nesse caso, apresenta dois núcleos na sociedade colonial: o inorgânico e o orgânico; um dissociado e outro associado. Para tanto, de acordo com este autor:

Em suma, a escravidão e as relações que dela derivam, se bem que constituam a base do único setor organizado da sociedade colonial, e tivessem por isso permitido a esta manter-se e se desenvolver, não ultrapassam, contudo, um plano muito inferior, e não frutificam numa superestrutura ampla e complexa (PRADO JR, 2011, p. 365).

Essa dupla relação é base da evolução histórica da Colônia para Império e deste para a República. A não participação popular nessas transformações é a expressão da situação inorgânica, assim a falta de integração entre as camadas populares, escravizados, egressos da escravidão e praticamente todos os não proprietários de terras implica na ausência de um projeto comum que imprimissem suas necessidades nas pautas do dia, além de capitanearem os processos de transformação.

Esse é um ponto importante, tendo em vista que a partir dele se pode notar que as grandes transformações do Brasil foram feitas por cima, sem a participação popular, alijando a camada trabalhadora da participação na definição dos rumos na sociedade.

A falta de um projeto que ameaçasse a hegemonia do núcleo orgânico da colônia foi o que possibilitou a perpetuação de seus traços compreendidos no sentido da colonização: a manutenção da condição agroexportadora via concentração latifundiária e com base na superexploração da força de trabalho.

Em relação a isto, Maria Odila Leite da Silva Dias afirma que Caio Prado Júnior se empenhou em formular um quadro dialético que notasse a força das contradições e de

negação contida na evolução política do Brasil. Para tanto, esta autora assevera acerca dessa compreensão caiopradiana que:

É o que o levou a construir seu livro a *Formação do Brasil Contemporâneo* sobre dois eixos principais inter-relacionados numa relação permanente de oposição estrutural, porém bastante distintos quanto ao conteúdo formal e à elaboração de suas especificidades: o eixo da dependência colonial, conduzindo à tesa da anomia dos oprimidos e sua incapacidade de articulação política [...] O outro eixo de elaboração desta obra diz respeito à formação da nacionalidade brasileira, às relações de dependência interna, às dificuldades de vir a ser do inorgânico. [...] O nacional assume uma conotação econômica, a eventual satisfação das necessidades básicas de um povo e, portanto, se refere a uma futura organização de produção que, em aberta oposição ao sistema da Colônia, teria por finalidade precípua o bem-estar da população brasileira (DIAS, 1989, p. 389-390).

Esse quadro dialético elaborado por Caio Prado Júnior concebe tanto a dinâmica interna do Brasil, marcado pela desigualdade inter-regional, quanto pela relação deste país com o capitalismo internacional. Sendo assim, este autor entende que a dinâmica do sentido da colonização não se limita nem a uma questão interna e muito menos a fatores externos, para ele ambas as questões se relacionam, evidenciando a lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo que se manifesta em diversas escalas da sociabilidade.

Para tanto, essa relação de atraso em relação aos outros países foi tema de textos de Marx e Engels, estes intelectuais escreviam a partir de uma conjuntura em que a Prússia era marcada pelo atraso e o absolutismo, característica daquilo que ficou conhecido com via prussiana de desenvolvimento do capitalismo²⁶. Michel Lowy, caracterizando a circular intitulada *Mensagem do Comitê Central à Liga* elaborada pelos fundadores do socialismo científico, assevera que:

[...] contém a formulação mais explícita e coerente, na Obra de Marx e Engels, da ideia de *revolução permanente*, isto é, a intuição da possibilidade objetiva, em um país ‘atrasado’, absolutista e ‘semifeudal’ como a Alemanha nessa época, de uma articulação dialética das tarefas históricas da revolução democrática e da revolução proletária, em um só processo ininterrupto (LOWY, 2010, p. 18).

²⁶ Essa questão será tratada mais detalhadamente no próximo tópico desta seção.

Dessa maneira, a ideia da *revolução permanente* seria o meio pelo qual as interpretações das particularidades do país se condensam em luta política objetiva. Seria, desta maneira, a mediação concreta para intervenção na realidade a fim de transformá-la.

O que está em mediação, no contexto de Marx e Engels, é a natureza das relações socioeconômicas que se encontram na Prússia, notadamente pelo fato de haver demandas para uma revolução burguesa, mas ao mesmo tempo já se ter uma classe trabalhadora pronta para intervir nesse processo impondo seus interesses para além de um apoio ao projeto burguês de sociedade e ultrapassando etapas como as encontradas na via clássica de desenvolvimento do capitalismo.

Essa condição notada na classe trabalhadora é o que caracteriza um perfil de orgânico, onde se verifica um projeto comum que mobiliza essa camada social a partir de uma ideia de unidade, criando condições fundamentais para a reivindicação de seus interesses e a participação, mesmo que não inteiramente, na decisão dos rumos da sociedade. A classe dominante, nesse caso, não teria uma avenida aberta e livre para passar seu projeto sem intercorrências.

Tendo em vista ainda, que as grandes transformações históricas na época do capitalismo não necessariamente seguem a mesma ordem, isso depende das condições particulares e da forma como as classes sociais se mobilizam, no caso prussiano a burguesia tendia a se articular com a nobreza em detrimento de um protagonismo popular.

Michel Lowy ao interpretar os últimos escritos de Marx e Engels, principalmente no tocante à questão russa, assinala um posicionamento metodológico importante que se sintetiza na expressão “dialética revolucionária contra a ideologia burguesa de progresso”. Essa síntese evidencia o movimento interpretativo dos dois fundadores do socialismo científico no que se refere à consideração dos elementos particulares e contraditórios na análise do processo revolucionário. Segundo Lowy:

A partir de 1877, eles sugerem, ainda que não de forma desenvolvida, uma perspectiva dialética, policêntrica, que admite uma multiplicidade de formas de transformação histórica, e, sobretudo, a possibilidade que as revoluções sociais modernas comecem na periferia do sistema capitalista e não, como afirmavam alguns de seus escritos anteriores, no centro (LOWY, 2013, p. 9).

No caso brasileiro a elite local se submete aos interesses internacionais para assegurar sua posição intermediária, porém esse entendimento não era algo comum entre a intelectualidade brasileira na disputa dos sentidos acerca do desenvolvimento nacional durante o século XX.

A questão da *revolução brasileira* é uma disputa da tática e estratégia a ser desenvolvida no tocante a superação da etapa que se apresentava para ser superada. Assim, para a parcela hegemônica da esquerda o momento seria de uma revolução democrático-popular, em que uma suposta burguesia nacionalista deveria ser apoiada no processo de rompimento com o latifúndio associado ao imperialismo.

Caio Prado Júnior é uma voz dissonante nesse sentido, indicando que a etapa seria a de uma revolução liderada pela classe trabalhadora, tendo em vista que a burguesia brasileira enquanto bloco hegemônico se movimentaria de forma associada ao capitalismo internacional.

No prefácio da *Questão Agrária*, 1979, Caio Prado Júnior, caracteriza que o golpe empresarial-militar de 1964 foi uma reação ao avanço das demandas populares por uma ruptura no sentido da colonização. Tal rompimento institucional é um ataque ao movimento que imprimia uma maior participação da classe trabalhadora nos rumos do Brasil, nas próprias palavras deste autor:

É de notar preliminarmente que entre os fatores que estimulam o golpe, e por isso o lembramos, encontram-se precisamente o crescente interesse que então começava a despertar a questão agrária e os primeiros sintomas seria a pressão popular no sentido da efetivação de medidas tendentes à reforma de nossas estruturas agrárias e relações de trabalho rural (PRADO JR., 2014, p. 283).

Em 1966 é publicado o livro *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, no contexto dos primeiros anos da ditadura empresarial-militar, neste livro o autor sintetiza a sua posição que já vinha sendo demarcada desde as suas primeiras publicações assim como também em artigos da *Revista Brasiliense*, principalmente no tocante à relação de apoio do PCB aos governos de Juscelino Kubistchek e João Goulart como elemento tático para o enfrentamento do imperialismo, posição ainda marcada pela tese dos restos feudais no meio rural brasileiro. Sobre essa posição Marco Aurélio Garcia assevera que:

Os objetos centrais da crítica de Caio Prado Júnior em *A Revolução Brasileira* são as teses sobre a persistência de restos feudais ou semifeudais no campo e o conceito de burguesia nacional, duas peças de resistência do arsenal doutrinário do Partido Comunista e das correntes nacionalistas que compartilhavam de suas análises e alternativas para a sociedade brasileira. A partir delas é que se constituirá o projeto de uma revolução democrática, anti-imperialista e antifeudal para o Brasil (GARCIA, 1989, p. 273-274).

Essa posição é derivada diretamente da análise do desenvolvimento do capitalismo brasileiro a partir das suas particularidades, notando a posição historicamente assumida pelas camadas dirigentes em detrimento da participação popular nas grandes decisões. Sendo assim, nota-se que a interpretação da realidade do país implica diretamente na posição que os intelectuais assumiam frente às tarefas históricas que lhe eram postas.

Desta maneira, a questão agrária seria o elemento que amarraria a dinâmica econômica brasileira a seu passado colonial e medidas que foram tomadas ao longo da história do Brasil não alteraram essa estrutura socioeconômica. Seria por meio dela que se poderia notar a extrema desigualdade e desarticulação entre as regiões, assim como parcela significativa, aquela fundamentalmente localizada no campo, deixa de consumir o fundamental para a sua subsistência.

O programa político, contido, *na revolução brasileira* seria o de superação fundamental da questão agrária, gerando distribuição de terras por meio de uma reforma agrária que assegure a articulação das regiões ao mesmo modo que projeta para cima a condição de consumo e sobrevivência da população trabalhadora do campo.

4.2 A via particular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro

Este tópico tem como fundamento a compreensão dos desdobramentos da interpretação do desenvolvimento do Brasil feita por Caio Prado Júnior. Para isso, procuramos partir da hipótese de que o pensamento caiopradiano se torna clássico pela condição de enraizamento na construção metodológica de outras investigações acerca das questões brasileiras que vieram a ser desenvolvidas ao longo do século XX e XXI.

A inovação metodológica e conceitual é dada a partir da forma como este intelectual investiga o desenvolvimento das relações de produção no Brasil. Caio Prado Júnior parte da evolução histórica de constituição deste país para localizar as raízes dos problemas de seu tempo. Como visto, sua contribuição é feita num contexto de grandes transformações que estimulavam anseios no tocante a um processo de modernização e superação do arcaísmo contido nas relações de produção brasileiras.

Houve, nesse contexto, uma grande aposta na ideia da industrialização como forma de superação do atraso latifundiário de traços “feudais” e da própria condição de dependência do país. O golpe de 1930 que coloca Getúlio Vargas no poder provoca esse anseio lançado a partir deste ímpeto. Seriam, os modernistas se empenhando num processo de transformação do país em contraposição à república oligárquica que estava sendo superada.

Todavia, esse processo de modernização acarreta uma disputa no que se refere ao papel do Estado nessa dinâmica. Além disso, a aposta era feita na industrialização. É fundamentalmente importante notar que essas discussões têm um pano de fundo político autocrático expresso no Estado Novo varguista.

Sendo assim, as discussões acerca da montagem do parque industrial são marcadas por uma série de tensões internas e externas tendo em vista o acirramento da luta política contra a ditadura varguista enquanto as disputas entre as potências imperialistas atingem seu patamar beligerante. Duas linhas vão marcar o debate dentro do bloco hegemônico: a desenvolvimentista expressa principalmente pela produção intelectual de Roberto Simonsen (1889-1948) que defendia a intervenção estatal como caminho para a modernização brasileira; e do outro lado, tem-se a perspectiva liberal marcada pelas interpretações de Eugenio Gudín (1886-1986) que propunha a redução do papel do Estado na economia.

De acordo com Teixeira e Gentil (2010) o debate entre Simonsen e Gudín entre 1944 e 1945 marcam aquilo que ficou conhecido como debate pioneiro, posto que destes dois autores partiram “as primeiras propostas formais de planejamento para a economia brasileira” (TEIXEIRA; GENTIL, 2010, p.11). Essa empreitada intelectual, contudo, dá-se no seio do aparelho estatal e tem fim, pelo menos nesse momento, devido o fim do Estado Novo em 1945 e a morte de um dos interlocutores desta discussão: Roberto Simonsen faleceu em 1948.

No entanto, as disputas pelos sentidos do discurso do desenvolvimento nacional vão assumindo novos quadros e patamares. É fundamental apresentar que outras discussões já

estavam sendo postas por fora do eixo governamental, ou seja, não sendo ainda uma proposição oficial.

As proposições clássicas de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior estavam, nesse momento, mais direcionadas à construção de uma interpretação do Brasil Nação do que empenhadas na formulação de estratégias para o desenvolvimento nacional.

Vale frisar que as interpretações desenvolvidas a partir destas condições de produção se dão exatamente com o objetivo de superação do atraso, da dependência e da condição periférica que a economia e a sociedade brasileira apresentavam ao mundo. Todavia, a perspectiva de uma evolução que segue o mote dos países europeus foi a que se apresentou como dominante.

A aposta num processo de industrialização por meio da substituição de importações é um exemplo disso, tendo em vista que o incremento industrial, nesse caso, se daria por meio de um processo que não ameaça diretamente a concorrência internacional. Nesse momento, não há a criação de uma base de investimentos que lançassem a produção econômica a outro patamar.

A criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) marca um reposicionamento na proposição de estratégias para o planejamento do desenvolvimento da economia brasileira. A CEPAL é uma instituição da Organização das Nações Unidas que marca esse cenário de transformações que se abre após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ou como podemos dizer de reajustes na dinâmica geral do capitalismo.

Com o encerramento do conflito direto construído pelas grandes potências imperialistas outro cenário de disputa de sentidos foi inaugurado, agora tendo como questão a disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos da América pela hegemonia mundial.

Desta forma, há uma alteração nas condições de produção do discurso que passa a ter a polarização entre socialismo e capitalismo como elemento central. Sendo por isso, que o embate pelos sentidos do desenvolvimento econômico do Brasil passa a ter como base essa disputa marcada no cenário internacional, mas que tem nítidos desdobramentos nas relações internas.

No Brasil, a ação da CEPAL foi materializada pela presença de Celso Furtado em postos estratégicos do Estado brasileiro durante as décadas de 1950 e 1960, evidencia que acentua a hegemonia desta interpretação do Brasil desta corrente de pensamento. Claudia Wasserman apresenta um quadro que ilustra bem a presença de Celso Furtado nos rumos da política econômica brasileira no período demarcado:

Como presidente de uma comissão mista CEPAL-BNDE, Celso Furtado elaborou o *Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira no período de 1955 a 1960*, que serviu de base para a elaboração do Plano de Metas. Participou, em 1959, da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Mais tarde, em 1962, atuando como ministro do planejamento do governo João Goulart, elaborou o Plano trienal (WASSERMAN, 2017, p. 49).

O protagonismo de Celso Furtado na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro desvela o ímpeto da CEPAL em apresentar o Estado como metabolizador do capitalismo brasileiro. Por meio da intervenção estatal se esperava uma transferência dos gastos em consumo (principalmente suntuoso) para investimento na indústria de bens de produção.

Partindo de um ponto de vista, pragmático e fundado na lógica evolucionista da economia, o que se deveria fazer era a injeção de recursos do Estado na pavimentação do desenvolvimento do capitalismo. De forma geral esse movimento acontece no Brasil, todavia, sem romper com as contradições que se apresentavam como nodais no período e que, em grande medida, continuaram seu desdobramento nos anos seguintes.

A perspectiva cepalina do desenvolvimento econômico em larga medida partia de uma visão evolucionista das relações socioeconômicas em que pese o entendimento de que para a superação das questões do Brasil seria necessário um incremento na industrialização deste país, como se esse processo fosse possível numa forma dissociada da dinâmica internacional.

Além disso, por meio de um de seus principais objetos de estudos, problemas resultantes da tardia industrialização da periferia, tal instituição concebeu as relações entre os países periféricos e centrais como fruto de uma desigualdade de perfil majoritariamente técnico, deixando de lado a intervenção do imperialismo na dinâmica econômica mundial,

além, das formas históricas que condicionam o desenvolvimento particular do capitalismo brasileiro.

Outra instituição fundada com o intuito de apresentar soluções para as questões econômicas do Brasil foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que conserva em grande medida a perspectiva evolucionista marcada num investimento estrutural estatal como forma de superação do atraso por meio do desenvolvimento do Brasil.

O elemento distintivo entre estas duas interpretações (ISEB e CEPAL) se dá na forma como estas consideram a presença do capital estrangeiro, a dinâmica como o governo de Juscelino Kubistchek abre o Brasil para a entrada de investimentos estrangeiros durante o processo de industrialização acelerada por meio da chegada das montadoras automobilísticas expressa esse elemento de disputa entre as duas instituições, onde os intelectuais ligados à CEPAL concordam e defendem essa estratégia, enquanto aqueles ligados ao ISEB se posicionam veemente contra. Acerca disso, Cláudia Wasserman assevera:

Para intelectuais como Hélio Jaguaribe, Juscelino Kubistchek representava os setores da burguesia industrial, porque identificava nas inversões estrangeiras no Brasil, particularmente na indústria automobilística, um meio eficaz de atingir o desenvolvimento. Já o grupo de nacionalistas ortodoxos, como Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, denunciava ‘o caráter mistificador dos propagandistas do capital estrangeiro’. Os intelectuais assim identificados consideravam a inversão estrangeira um óbice ao desenvolvimento autônomo e defendiam o nacionalismo tal como fora desencadeado pela campanha do *Petróleo é Nosso* durante o governo Vargas, e pelas Reformas de base, do governo João Goulart (WASSERMAN, 2017, p. 51).

Todavia, ambas as interpretações se associam no tocante à etapa da evolução econômica do Brasil: desenvolvimento do capitalismo industrial como forma de superação da dependência brasileira. Ambas, não consideravam a força estrutural construída a partir da colônia que a dinâmica econômica brasileira tendia em reproduzir.

Ainda, é fundamental destacar a participação do Partido Comunista Brasileiro nessa disputa de sentidos do desenvolvimento econômico brasileiro que a partir da influência da III Internacional Comunista considera a etapa da revolução brasileira como nacional-popular. Para este partido seria necessário primeiro eliminar os restos feudais e a presença imperialista para desenvolver a potencialidade da burguesia nacional com o objetivo de gerar os avanços necessários nas forças produtivas fundadas no capital.

De acordo com Antônio Carlos Mazzeo a tese que defendia a estratégia de eliminação dos rastros feudais das regiões coloniais e semicoloniais como etapa para a revolução socialista passa a vigorar a partir do VI Congresso da Internacional Comunista em 1928. É importante destacar que esse congresso marca a definição da tese stalinista do “socialismo em um só país”, vale frisar ainda que um ano antes da fração lidera por Josef Stalin havia assumido a direção do Partido Comunista da União Soviética a partir da derrota da Oposição Unificada no XV Congresso deste partido.

Entre os principais opositores à tese vitoriosa no VI Congresso e à teoria do socialismo em só país está Leon Trotsky, que reforça o seu posicionamento em defesa da revolução permanente e mundial. Esse intelectual constrói sua interpretação a partir do entendimento de que a sociedade capitalista funciona de maneira ampliada tanto no contexto nacional quanto no internacional.

Sendo assim, uma revolução contra esse modo de produção que se limitasse ao caráter nacional sofreria com todo o impacto lançado a partir das contingências impostas pelo capitalismo internacional, caindo no isolamento e sendo sufocada. Trotsky afirma a sua posição por meio da teoria da revolução permanente em que consiste:

Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas *tarefas democráticas e nacional-libertadoras* só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas (TROTSKY, 2011, p. 311).

Diferentemente dessa interpretação mencionada acima, a perspectiva do socialismo em um só país mediada para os países coloniais não considerava a particularidade histórica da constituição dessas formações sociais, partindo de um pressuposto etapista. O núcleo da teoria que considera a evolução do capitalismo em etapas tem forte influência do evolucionismo positivista, ou seja, deixa de lado a perspectiva materialista histórica em favor de uma visão linear do modo de produção capitalista em que o estágio europeu seria o topo dessa cadeia de evolução.

As teses propostas em 1928 pela III Internacional Comunista têm grande recepção na esquerda latino-americana, isso porque a formação dos intelectuais desta região entre o fim

do século XIX e início do XX teve significativa influência do pensamento positivo, basta notar que o golpe que inaugurou a república brasileira e pôs fim à monarquia em 1889 tem como elemento ideológico as ideias propostas por Auguste Comte. Antônio Carlos Mazzeo tratando desse processo de recepção das teses do Comintern sob uma base de formação positivista que modulava a interpretação da realidade latino-americana até então, assevera que:

Devemos ressaltar ainda, que o marxismo chega ao continente permeado pela hegemonia filosófica de viés positivista, outro componente na construção das formas analíticas da realidade latino-americana e de uma intelectualidade situada na periferia do capitalismo e permeada pela ideologia de conciliação, cuja base de fundamento era o positivismo (MAZZEO, 2015, p. 116-117).

Caio Prado Júnior, filiado ao PCB por praticamente toda a sua vida, excetuando apenas um curto espaço de tempo da sua juventude em que participou do Partido Democrático, não adere a esta interpretação teórica e desde as suas primeiras contribuições para o estudo da formação da sociedade brasileira apresentadas em *Evolução Política do Brasil* (1933) já se nota um esforço intelectual em compreender a gênese da formação particular do capitalismo brasileiro a partir do entendimento das participações das camadas populares e da construção de uma perspectiva metodológica que parte dos aspectos específicos desta formação social e não na transposição de modelos exteriores a esta realidade. Na primeira página do tópico *sentido da colonização* apresentado como elemento sintetizador e nodal da interpretação caiopradiana a partir de 1942 em *Formação do Brasil contemporâneo* o autor adverte:

É isso que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja (PRADO JR., 2011, p. 15).

Essa citação serve para ilustrar a definição da posição de Caio Prado Júnior em relação à formação do capitalismo brasileiro, este intelectual em sua segunda grande contribuição já apresenta o seu entendimento de que os conjuntos e fatores internos precisam ser considerados também em sua relação com a totalidade. Essa expressão nos permite

entender o empenho do autor em não se vincular apenas aos aspectos locais, mas também não se deixando levar pela transposição de modelos e estruturas estranhas à realidade brasileira.

Desta forma, evidencia-se que Caio Prado Júnior desde as suas primeiras contribuições para a interpretação da realidade brasileira constrói um arsenal teórico que se choca com a concepção hegemônica na esquerda brasileira capitaneada pelo Partido Comunista Brasileiro por meio da incorporação da *tese da revolução em etapas* orientada a partir das resoluções do VI Congresso da Internacional Comunista em 1928 e que vai sendo afirmada ao longo dos próximos anos, por exemplo, por meio da *tese da coexistência pacífica*.

A *tese da revolução em etapas* imprimia uma demanda de associação com as camadas progressistas das sociedades coloniais e semicoloniais no sentido de defender a democracia e lutar contra os restos feudais e a presença do imperialismo. É uma perspectiva teórica que descarta a constituição particular da classe dominante brasileira, deixando de levar em consideração que as grandes transformações políticas deste país foram feitas “pelo alto” alijando a participação popular na definição dos rumos do país.

Para Caio Prado Júnior a classe dominante brasileira era autoritária e associada ao capitalismo internacional, condição oriunda do processo de constituição da forma particular do capitalismo que não rompeu com os laços de dependência. E, desta forma, por exemplo, a intervenção do aparelho do estado na criação de um ciclo industrial não romperia com essa condição de submissão e associação ao capitalismo internacional, elemento que pode ser notado nos generosos empréstimos e isenções fiscais que são concedidos às empresas estrangeiras.

Durante a década de 1950 a disputa dos sentidos da interpretação da via de desenvolvimento do capitalismo brasileiro passa a assumir tons mais polêmicos, tendo em vista que a *revolução brasileira*, mais especificamente a sua estratégia e tática continuava marcada pela ótica etapista.

No entanto, essa polêmica passa a ser enfrentada de maneira mais direta, fundamentalmente a partir das contribuições de Caio Prado Júnior em relação ao caráter interpretativo da formação e da realidade brasileira, a posição deste autor iria diretamente de frente à *teoria consagrada da revolução brasileira* que imprimia a necessidade de um

desenvolvimento das forças produtivas urbano-industriais por meio do incremento da industrialização e do estabelecimento de uma classe operária.

É desta forma interpretativa que surge a fundamentação hegemônica que indicava uma aliança com a burguesia nacional industrial para o desenvolvimento do capitalismo e a superação dos restos feudais, assim como também com a criação de choques desta burguesia local com a burguesia internacional.

Essa construção teórica, por ser esquemática e evolucionista, considera o processo de colonização do Brasil como uma extensão da luta feudal por sua manutenção num cenário de desagregação que marcava a ascensão da burguesia na Europa. Para esta perspectiva, assim, a etapa da revolução brasileira seria o de superação dessas relações em benefício de uma modernização das relações produtivas neste país.

Analisando o V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, Antônio Carlos Mazzeo o caracteriza como de suma importância, tendo em vista a condição de crise do movimento comunista internacional assim como o aumento do acirramento a nível local dos rumos prático-políticos, assim como também da própria interpretação da realidade brasileira.

A *teoria consagrada da revolução brasileira* recebe nesse congresso a crítica severa de Caio Prado Júnior, condição que marca a interpretação da via de desenvolvimento do capitalismo elaborada pelo autor de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). Para isso, de acordo com Mazzeo:

Por sua vez, Caio Prado Júnior, ao pontuar suas divergências com as teses do núcleo dirigente do CC do PCB, apresenta uma consistente análise rebatendo não somente a tática partidária – a política de alianças –, mas principalmente os elementos teórico-estratégicos que a informavam. Critica a visão positiva do partido sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a visão partidária sobre o problema agrário, basicamente a questão do feudalismo, assim como as implicações políticas decorrentes dessa interpretação. Efetivamente, a crítica caiopradiana ataca o aspecto central da política do Partido Comunista, isto é, o caráter da revolução brasileira (MAZZEO, 2015, p. 124).

A partir deste momento a tese caiopradiana passa a se projetar como alternativa da interpretação das relações sociais particulares do Brasil. Todavia, é fundamental considerar que por meio deste posicionamento criticamente aberto Caio Prado Júnior passa a reforçar seu posicionamento de que o capitalismo brasileiro é o resultado de uma interação de

múltiplos fatores, onde a condição de subalternidade da classe dominante e o perfil dependente da economia devido à sua lógica voltada para fora são elementos próprios do processo de constituição do capitalismo neste país.

Sendo assim, a interpretação de Caio Prado Júnior acerca do desenvolvimento do capitalismo brasileiro não desvincula a evolução política e econômica desta formação social em detrimento da compreensão da forma genérica do modo de produção capitalista.

Na verdade, por meio da busca dos elementos distintivos, assim como feito por Lenin, Caio Prado Júnior busca entender o atraso dos países periféricos, notando que estes não funcionam puramente como antítese dos países centrais, mais como complemento de suas economias. Isso acontece porque o sentido da colonização não foi rompido de forma absoluta, por meio de um processo revolucionário que colocasse as relações sociais e econômicas desenvolvidas neste país em outro patamar.

A incompletude das tarefas da classe dominante no tocante ao processo de superação do atraso colonial é o que marca a caracterização do seu perfil arcaico e submisso aos interesses internacionais. A partir desta raiz histórica a burguesia brasileira em sua gênese é constituída como submetida aos interesses metropolitanos e essa condição não se altera significativamente.

A presença dos traços que marcam o sentido da colonização é o que imprime a Caio Prado Júnior a compreensão de que as condições de trabalho no meio rural, assim como a alta dependência do latifúndio monocultor é o que caracteriza o capitalismo brasileiro em sua forma particular, considerando que essa particularidade não se dissocia do todo, na verdade é reafirmada pela dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em sua forma genérica.

Esse atraso é na verdade um processo de modernização da estrutura arcaica inaugurada no circuito do antigo sistema colonial por meio da colonização e do mercantilismo. A diferença se faria, nesse caso, pelo padrão de acumulação de capital de que deixa de ser primitivo e passa a ser ampliado a partir da ação imperialista marcada a partir do século XIX.

A concepção evolucionista da economia é superada pela interpretação dialética em que as contradições se associam por meio de um sistema complexo sintetizado no capitalismo

mundial, onde se nota uma mútua interdependência antagônica entre o particular e o genérico em que consiste na dinâmica autoexpansiva do capitalismo.

A evolução da formação social brasileira se dá nesse circuito de expansão do capitalismo, para Caio Prado Júnior o processo de colonização é um empreendimento capitalista e desta forma podemos notar que há uma imbricação entre o centro expansionista marcadamente europeu e a periferia localizada inicialmente apenas na América e depois também na África e Ásia.

Assim, esse circuito é estabelecido a partir da lógica da combinação da desigualdade, onde os países do centro desenvolvem suas demandas a partir do atraso dos países periféricos. Notando com isso que há uma cristalização de desigualdades na dinâmica histórica dessas formações sociais que precisam ser consideradas quando se trata de uma perspectiva particular.

Essa particularidade histórica desigual no Brasil é caracterizada por Caio Prado Júnior como *sentido da colonização*. Suas interpretações da dinâmica do capitalismo brasileiro são construídas a partir desse entendimento assim como também a proposta de *revolução brasileira*, tendo em vista que este autor caracteriza os traços de manutenção desse sentido cristalizado no latifúndio monocultor e superexplorador da força de trabalho.

Caio Prado Júnior atribui o golpe de 1964 a uma reação aos processos de modernização das relações de trabalho no campo, assim como a proposta de alteração da concentração latifundiária, ou seja, esse golpe é o resultado da resistência da burguesia nacional associada ao capital internacional em superar essa estrutura produtiva arcaica herdada da colonização.

Sendo assim, o autor de *A questão Agrária* (1979) apresenta sua síntese de todos seus artigos publicados na *Revista Brasiliense* nos anos que antecederam ao golpe empresarial-militar de 1964 procurando evidenciar o caráter reacionário daquilo que se apresentava como “Revolução de 31 de março de 1964²⁷” apresenta a seguinte argumentação:

É de notar preliminarmente que entre os fatores que estimularam o golpe, e por isso o lembramos, encontram-se precisamente o crescente interesses que então

²⁷ Vale frisar que nesse contexto o próprio conceito de *revolução* é um objeto em disputa pelos seus sentidos. Tanto a direita quanto a esquerda recorriam a esta expressão.

começava a despertar a questão agrária e os primeiros sintomas de séria pressão popular no sentido da efetivação de medidas tendentes à reforma de nossas estruturas agrárias e relações de trabalho rural. [...] Essa tendência, como as demais que se voltavam então ativamente para a renovação socioeconômica do país e a elevação dos padrões populares para níveis condizentes com o mundo moderno (PRADO JR., 2014, p. 283).

Essa consideração caiopradiana acerca dos processos de transformação que o Brasil poderia tomar a partir do contexto da intensificação do choque dentro do próprio bloco hegemônico assim como também pelo incremento na luta de classes. A saída tomada pela classe dominante é o golpismo para manter as classes populares alijadas dos processos de decisão.

Essa expressão também evidência como o caráter autocrático da burguesia brasileira está associado à estrutura arcaica das relações de produção, que se transformam, mas mantém o mesmo sentido de dependência e submissão aos países de capitalismo avançado.

É também por isso que Caio Prado Júnior não concebe o desenvolvimento do Brasil de forma linearizada, como se pudessem seguir as etapas e os ritmos dos outros países sem percalços. Pelo contrário, a tese caiopradiana entende que a via de desenvolvimento do capitalismo brasileiro dar-se de forma peculiar e com base em diferentes ritmos de desenvolvimento econômico, mas sem deixar de se combinar.

Por isso, a dependência econômica do Brasil não pode ser pensada dissociada da relação com o capital internacional, a presença deste no processo de modernização econômica não significa um rompimento em direção a algo qualitativamente novo, mas implica numa reafirmação do atraso e da submissão ao capital internacional seja pela via política ou econômica, essa é uma condição que está na gênese do capitalismo brasileiro. Vale notar que essa condição particular e genética da via de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil não implica numa condição eterna, mas apresenta seus reais condicionantes a serem superados num verdadeiro processo ruptura com o sentido da colonização.

A consideração da particularidade de desenvolvimento do capitalismo brasileiro se fundamenta a partir da compreensão de que os países centrais tiveram seu desenvolvimento a partir de uma lógica distinta e até pioneira. Tendo em vista que os moldes que forjaram o nascimento da forma capitalista de produção se deram em parte específicas do continente europeu por meio do desenvolvimento das feiras, do pequeno ofício, do avanço das

camaradas intermediárias por meio das relações de troca de mercadorias e do próprio processo marcado pelo renascimento urbano.

De forma distinta, essas características mencionadas acima não caracterizam o processo de evolução histórico e econômico dos países periféricos, demonstrando desta forma uma disparidade no percurso traçado pelas regiões ao longo do processo de consolidação e expansão do capitalismo, isso se relaciona ao posto assumido por cada uma destas regiões nessa constituição que não se dá de forma dissociada, mas sim combinada.

O processo de urbanização do Brasil, feito de forma mais acentuada só passa a acontecer no século XX, enquanto que essa dinâmica já se apresentava no contexto do renascimento urbano junto ao declínio do feudalismo e ascensão do capitalismo. A urbanização, nesse sentido é um processo que se realiza nas regiões periféricas apenas por meio da necessidade promovida pelo contexto mundial do pós-crise de 1929 que imprime um giro no eixo econômico mundial da Europa para a América, fazendo com que a produção de bens de consumo de massa se torne necessários nessa região para garantir a realização e expropriação da mais-valia que assume taxa acentuada de queda nos países centrais.

Essa é uma expressão da complementaridade que a dinâmica capitalista impõe no seu processo de mundialização sintetizado na sua forma acabada por meio do imperialismo. Acerca da ação do imperialismo e na forma como este imprime uma acentuação na combinação das partes desiguais do capitalismo por meio da lógica dialética contida no materialismo histórico Leon Trotsky assevera:

O imperialismo vincula incomparavelmente mais rápido e mais profundamente grupos nacionais e continentais em uma única entidade, colocando-os em mutua dependência vital e tornando seus métodos econômicos, formas sociais e níveis de desenvolvimento mais idênticos. Ao mesmo tempo, ele atinge esse 'objetivo' por tal método antagônico, tal pulo e assalto sobre países e áreas atrasados, que afeta a unificação e o nivelamento da economia mundial, com mais violência e convulsão que em outras épocas. (TROTSKY, 2010, p. 102).

Sendo assim, a forma societal dependente que marca a particularidade brasileira é o resultado da combinação do movimento de expansão e retroalimentação das relações de produção capitalistas que vai se acentuando por meio do incremento da tendência à concentração e centralização do capital que culmina na forma imperialista que mantém a presença da lógica colonialista, agora, sobre outra conjuntura e por meio de novas demandas

impostas pelo alcance dos seus limites absolutos. Acerca da dialética da economia brasileira que corresponde ao processo de interação e integração entre a forma nacional e internacional do capitalismo, Caio Prado Júnior assevera que:

não se trata no caso de simples superposição do imperialismo, de uma ligação como que exterior das suas esferas internacional e nacional. E sim de interpenetração de uma na outra, de um sistema de conjunto no qual a economia brasileira se integra como parte de um todo, não podendo por isso mesmo dele se livrar senão pela reestruturação em novos moldes e novo sistema, distinto do anterior (PRADO JR., 2014, p. 189).

Essa compreensão marca o pensamento caiopradiano desde a sua gênese quando considera que a colonização do Brasil se dá na esteira de expansão do capitalismo mercantil. Sendo assim, a constituição da colônia em sua origem já se dá a partir da lógica da geração do lucro, por meio de formas particulares e díspares do sentido geral daquilo que se vinha construindo até então, o processo de colonização na América foi algo inédito até então.

Tal caracterização contida em Caio Prado Júnior nos permite entender que o desenvolvimento da colônia não se dá voltado para dentro, mas fundamentalmente para fora. Condição que atrofia seu mercado interno e a constituição de uma forma mais autônoma de desenvolvimento, marca da via particular de desenvolvimento da forma capitalista brasileira, tendo em vista, ainda, a concatenação da expansão capitalista deste país de forma associada e dependente dos países centrais.

É de suma importância notar que a dinâmica de desenvolvimento da colônia não é isolada, há uma conexão com o mercado internacional, onde a periferia funciona em razão do atendimento das demandas do centro, condição que vai se mantendo ao longo do processo histórico. É por isso que “a base econômica e a situação política devem se focar não no marco nacional, mas internacional, tendo em conta ação e reação dialética entre o nacional e o internacional” (TROTSKY, 2011, p. 371).

Sendo assim, o modo de produção capitalista em sua forma genérica procura se estruturar em tudo aquilo que melhor lhe convém para a extração e realização de mais-valia como a utilização de trabalho compulsório nas *plantations* durante boa parte da história econômica brasileira, condição que é ressignificada na superexploração da força de trabalho do Brasil.

Essa condição de superexploração do trabalho visando uma extração de uma mais-valia de forma ainda mais acentuada está contida na interpretação de Caio Prado Júnior no tocante à forma peculiar de desenvolvimento do capitalismo brasileiro por meio da manutenção dos traços do sentido da colonização.

Tendo em vista que a condição de país periférico agroexportador imprime uma tendência ao investimento em capital fixo em geral, mas com maior intensidade no meio rural, em detrimento do capital variável e isso se aprofunda na medida em que as contradições deste modo de produção vão se tornando cada vez mais agudas. Marx resume essa lógica da seguinte maneira: *“o trabalhador não precisa necessariamente ganhar com o ganho do capitalista, mas necessariamente perde quando ele perde”* (MARX, 2012, p. 25).

O entendimento de que o desenvolvimento do capitalismo em sua forma genérica é desigual e combinada é de fundamental importância tendo em vista que a partir disto se podem notar os fatores que fazem com que a forma capitalista brasileira se torne específica.

Por isso, ao comparar o ritmo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro com outras formas particulares se nota elementos distintivos. Desta maneira, por meio de uma perspectiva ampliada, consideramos os seguintes pontos temporais: a revolução industrial inglesa tida como clássica acontece no último quarto do século XVIII, que funciona como momento histórico decisivo no processo de rápida expansão e consolidação do capitalismo enquanto forma genérica; a partir do terceiro ou quarto do século XIX, ou seja, praticamente cem anos depois da primeira fase da Revolução Industrial, tem-se a unificação italiana, alemã assim como a Revolução Meiji, marcos que determinam o desenvolvimento da industrialização e modernização da Itália, Alemanha e Japão respectivamente. Enquanto que no Brasil nesse mesmo período há o predomínio do latifúndio cafeicultor escravagista.

Todavia, pode-se indagar movimentos como a Tarifa Alves Branco que funciona em direção à uma tentativa de fortalecimento do mercado interno, há também a Lei Euzébio de Queiros que provoca um deslocamento de parte do capital investido na importação de escravizados para outros setores como da produção e comércio. A questão é que essas iniciativas não alteram de forma estrutural a condição de dependência do país, mantendo a condição de submissão à demanda externa devido a manutenção da condição agroexportadora como elemento fundamental da economia brasileira.

Assim, a Inglaterra é caracterizada como pioneira no processo de industrialização, enquanto que a Itália, Alemanha e Japão assumem um perfil tardio no tocante à constituição

do seu ciclo industrial. Desta forma, estas formas de *entificação* do capitalismo são marcadas pelo atraso em relação ao caso clássico inglês, enquanto que o Brasil se industrializa ainda após estas formas tardias, sendo mais que atrasado, por isso hiperatrasado ou, na forma chasiniana, hipertadio.

A forma e o momento em que se dá a industrialização no Brasil devem ser consideradas na historicidade do desenvolvimento do capitalismo na forma específica contida na nação, para pôr esse meio notar seu lugar no circuito histórico de objetivação do modo de produção capitalista. Essa é uma empreitada que Caio Prado Júnior na esteira de Lenin no tocante ao desenvolvimento do capitalismo russo e Karl Marx no que se refere a forma específica deste modo de produção na Prússia.

Outro aspecto que nos chama a atenção no tocante à via particular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro a qual Caio Prado Júnior é pioneiro em sua interpretação é o desenvolvimento do mercado interno, como já foi mencionado acima, que tem como marca a sua atrofia em benefício da exportação, essa condição também se relaciona aos baixíssimos salários que evidência o caráter superexplorador da força de trabalho.

Por outro lado, ainda tendo como referência os países de capitalismo tardio, logo após a guerra franco-prussiana que é fundamental no processo de Unificação da Alemanha, nota-se que este país possuía pouca dependência de colônias na Ásia e na África, condição oposta em relação à Inglaterra e França.

Desta forma, a mira no desenvolvimento industrial alemão e italiano foi voltada para dentro, considerando o amadurecimento do seu mercado interno a partir de uma forte intervenção estatal autocrática como medida compensatória da debilidade no tocante às possessões e ao atraso, expressão que pode ser sintetizada no nazi-fascismo.

É fundamental considerar que lógica desigual da dinâmica capitalista, condição que fica mais clara quando a análise considera as formas particulares em sua interação com a forma genérica compreendida na cadeia imperialista. Todavia, essa cadeia possui elos fracos, débeis que são essencialmente distintos das formas clássicas. Acerca disso e da dinâmica que esses elos débeis assumem na constituição de suas formas particulares de desenvolvimento capitalista José Chasin assevera:

Neste diapasão, é realmente verdadeira a conexão orgânica entre grande indústria, capital financeiro e fascismo. Mas não é verdadeira em geral, mas na particularidade do capitalismo tardio, quando casos, que assim se objetivaram emergem, na fase imperialista, na condição de elos débeis da cadeia imperialista (CHASIN, 1978, p.636).

Partindo da análise dessa associação do Estado com a expansão capitalista José Chasin, intelectual que se associa à interpretação caiopradiana ainda na década de 1960 através da *Revista Brasiliense*, aprofunda o conceito de *sentido da colonização* e caracteriza o desenvolvimento do capitalismo brasileiro pela *via colonial de objetivação do capital no Brasil*.

Chasin sintetiza esse arcabouço teórico-interpretativo em sua tese de doutoramento em 1977, cujo título é *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. Nesse estudo, o autor aprofunda a partir da fundamentação filosófica lukacsiana as categorias analíticas desenvolvidas por Caio Prado Júnior.

Esse é um movimento que marca a década de 1970, onde outras proposições dentro do espectro teórico do marxismo passam a mobilizar novos debates e a ampliar o leque de categorias interpretativas: pensadores do Antonio Gramsci, Gyorgy Lukács e Louis Althusser. Ao tratar da construção teórica da via colonial de *entificação* do capitalismo brasileira Antônio Carlos Mazzeo assevera que:

É inegável que na década de 1970 abre-se um novo e positivo momento intelectual, nas fileiras do PCB, determinado não somente pelas consequências diretas resultantes do XX Congresso do PCUS, mas também pelo próprio fervilhar do movimento comunista internacional [...] e que também ressoa no Brasil, por meio de inovadores movimentos político-culturais e das muitas cisões internas no Partido Comunista Brasileiro. Nesse ‘caldo político’ começam a circular entre os intelectuais ligados ao PCB autores como até então considerados ‘heréticos’, como Lukács e Gramsci. Principalmente as ideias do pensador húngaro Gyorgy Lukács irão influenciar decisivamente a construção de um conjunto de categorias analíticas calcadas nas formulações de Lenin e do próprio Lukács, sobre as formas de desenvolvimento do capitalismo (MAZZEO, 2015, p. 129).

A ampliação do quadro teórico-interpretativo evidenciado apresentado acima tem como marca de condição de produção o caráter autoritário dos governos na América Latina resultantes de golpes empresarial-militares. Esse dado é importante, pois permite entender que há uma grande mudança conjuntural que imprime a necessidade de um reposicionamento

e avaliação crítica de como se vinha interpretando a luta de classes e a forma de desenvolvimento do capitalismo nessa região.

O entendimento do que seria a reação conservadora expressa nesses golpes que se espalharam na América Latina pondo fim aos ciclos de reformas, como no caso das Reformas de Base no Brasil que colocavam pelo menos minimamente em evidência uma maior participação popular na decisão dos rumos desses países. Assim, os golpes expressaram a forma como a classe dominante dos países desta região opera para manter sua hegemonia, mas que isso implique numa reafirmação da sua condição subordinada frente ao capitalismo internacional.

Com isso, a caracterização dos erros tático-políticos e teórico-interpretativos das forças de esquerda, em especial dos Partidos Comunistas, foi a condição que possibilitou um realinhamento e a abertura de novas possibilidades interpretativas, assim como também o aprofundamento de arcabouços teóricos que já vinham sendo desenvolvido como no caso do pensamento caiopradiano. Para isso, de acordo com Antônio Carlos Mazzeo:

[...] a teoria da *via colonial* eleva e possibilita apreender, em sua dimensão ontológica, o *elemento morfológico de gênese colonial* – preconizado por Caio Prado Júnior – que vem sendo mantido por uma burguesia débil e que, historicamente, não conseguiu realizar mais do que um ‘transformismo’ pela metade. Isso porque implementa, *in contuum*, um processo modernizador, o qual, além de estar situado no terreno da permanente contrarrevolução interna, possibilita também adequações de tipo *modernização-subalternizada* do capitalismo brasileiro, em relação ao conjunto societal burguês (MAZZEO, 2015, p. 132, itálico do autor).

A forma autocrática da classe burguesia brasileira, desta forma é a expressão da reafirmação da sua condição subordinada ao capitalismo estrangeiro ao mesmo modo que é o meio por onde se pavimenta um processo de modernização para incrementar a lógica de extração da mais-valia, por isso esse processo visa reafirmar a condição dependente, “modernizando” as formas arcaicas de superexploração da força de trabalho, agroexportação fundamentada no latifúndio monocultor e na atrofia do mercado interno.

Desta maneira, a constante de golpes e o perfil autocrático da burguesia brasileira são elementos nodais de uma forma de gestar e acompanhar a dinâmica combinada de desenvolvimento do capitalismo. Nota-se, evidentemente, que esse processo é fundado na desigualdade e o Brasil é um desses elos débeis da cadeia imperialista.

A industrialização brasileira não provoca a secundarização do perfil agroexportador no que se refere a predominância na balança comercial brasileira. Em boa medida o incremento industrial acontece como complemento do desenvolvimento do agronegócio associado ao capital financeiro, significando desta forma uma modernização da dependência²⁸. Onde a superexploração da força de trabalho é mantida assim como o alijamento da participação popular nos rumos da dinâmica política e econômica do país assim como vem se perpetuando a condição de miserabilidade da classe trabalhadora brasileira.

Por isso a necessidade de uma via alternativa superadora da *via colonial*, que rompa com o *sentido da colonização* e vise o desenvolvimento societal em novos patamares, considerando a emancipação humana do fardo do capital. Sendo assim, reafirmamos na esteira da tradição caiopradiana, a necessidade de uma *revolução brasileira* sob a hegemonia de um novo bloco histórico liderado pela classe trabalhadora.

²⁸ Cf. MACHADO, Fabiano Duarte; LIMA, Matheus Carlos Oliveira de. *História Econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência*. Maceió: Edufal, 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação em tela partiu da necessidade de apresentar a importância do pensamento econômico no processo de interpretação da sociedade brasileira a partir da perspectiva historiográfica por meio da teoria marxista da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux.

Essa empreitada foi assumida através do arcabouço teórico desenvolvido e oferecido por Caio Prado Júnior. Por meio da investigação das condições de produção do discurso e da formação ideológica caiopradiana, inserimo-nos no rastro da interpretação da realidade brasileira, notando as suas continuidades e rupturas tendo como referências o *sentido da colonização*.

Sendo assim, por meio do pensamento econômico de um dos principais intérpretes das contradições socioeconômicas e históricas do Brasil procuramos apresentar as disputas dos sentidos do discurso acerca do desenvolvimento nacional. Demanda que não pode ser esgotada em um único trabalho, na verdade é um processo de disputa intenso que é levantado há pelo menos meio século e a presente dissertação visa contribuir com este debate procurando contribuir para desvelar a vigência das teses caiopradiana no tocante a via de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Fala-se em desvelar a vigência, pois, desde a década de 1990, esse sentido da interpretação do Brasil foi deixado de lado em benefício de uma posição de tentativa de mediação entre os interesses inconciliáveis das classes sociais. Com isso, a condição teórico-interpretativa cujo horizonte é a superação do sentido da colonização por uma via cuja hegemonia é da classe trabalhadora foi apresentada como um elemento superado devido ao novo momento internacional e às mudanças na conjuntura interna.

O sentido que mencionamos é o da *revolução brasileira*, da construção de um arsenal teórico-interpretativo que considere a superação das arcaicas estruturas erigidas no contexto das grandes navegações e do colonialismo do século XVI e que ao passar dos anos foram sendo reafirmadas e modeladas de acordo com as novas demandas do capitalismo em sua forma genérica.

Por outro lado, ao mencionar a década de 1990 e as transformações no contexto internacional almejamos expor as transformações provocadas a partir da queda do Muro de Berlim (1989) e da contrarrevolução que resultou na dissolução da União Soviética (1991).

Esses processos imprimiram um tom de derrota ao comunismo internacional enquanto a ideia de revolução passou a ter seu sentido colocado como utópico e ultrapassado. Enquanto se apresenta o capitalismo e os EUA como vencedores da Guerra Fria e o alcance do fim da história com a eternização deste modo de produção.

A expressão *revolução* junto à *ditadura do proletariado* e ao *comunismo* passaram a ter taxadas como ortodoxas e incompatíveis com o novo cenário internacional, onde se teria o fim do mundo bipolar abrindo espaço para uma globalização. Esse foi um cenário que repercutiu diretamente na dinâmica prático-partidária dos comunistas do mundo inteiro, inclusive os próprios Partidos Comunistas passaram por um processo de liquidação.

Esse é o caso do Brasil, o processo de transição tutelada que marcou o fim da ditadura empresarial-militar implicou numa negação por parte da institucionalidade de qualquer movimento teórico-interpretativo ou prático-partidário que ameaçasse a possibilidade de um retorno à ditadura. Os fantasmas da tortura e da morte mantiveram-se de prontidão, servindo diuturnamente para quem ameaçasse os beneficiados com o regime autocrático instalado em 1964.

Desta forma, aquelas expressões que foram apresentadas acima como renegadas no contexto internacional também sofreram nessa disputa de sentidos. A ideia de ditadura do proletariado passa a ser afrontada, porque o momento agora seria da democracia e “ditadura não poderia nem ser da direita e nem da esquerda”.

A resignificação de tal conceito abria espaço para a tentativa de liquidação do Partido Comunista Brasil que tem seu apogeu no X Congresso, em 1992. Tal expressão foi fundamentalmente apegada pelo campo político da esquerda reformista, que deixa a revolução para trás e passa a defender transformações num rumo democrático-popular.

A concepção de *revolução brasileira* construída ao longo de mais de 30 anos pelo Partido Comunista Brasileiro, que para Caio Prado Júnior foi uma erro teórico-interpretativo severo, passou a servir como base, resignificada em novos moldes, para a intervenção tática e estratégia feita pelo Partido dos Trabalhadores. O novo sindicalismo assume sua hegemonia, novas formas de organização partidária passam a desenhar o cenário político.

Assim como o avanço do neoliberalismo que reafirma a posição de submissão e dependência da economia brasileira em relação ao capital estrangeiro.

Desta maneira, as condições de produção do discurso passam a ser desfavoráveis às interpretações revolucionárias. O sentido conservador predomina, por enquanto, sobre o sentido transformador da realidade. Assim, o próprio pensamento de Caio Prado Júnior passa a ser esterilizado como clássico, como se fosse algo ultrapassado que mereceria ser estudado como monumento e não como concepção interpretativa voltada para a transformação da realidade, considerando a particularidade sócio-histórica da forma capitalista no Brasil.

Esse é o fato que também implica, por exemplo, na não absorção da corrente interpretativa denominada como Teoria Marxista da Dependência, como Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos são seus maiores expoentes. As solicitações para reincorporação aos quadros universitários demandavam títulos acadêmicos ao mesmo passo que negligenciavam a produção deste grupo.

Com Caio Prado Júnior esse caso foi diferente devido ao agravamento da sua saúde e a posterior interdição devido ao avanço do mal de Alzheimer. Mas a contribuição, no seu sentido estrito, foi lançada ao segundo plano, tendo em vista o seu caráter crítico implicado à demanda de uma transformação real da sociedade brasileira.

A forma como há o rompimento na perspectiva interpretativa da via do desenvolvimento brasileiro e as tarefas necessárias para a superação das suas contradições expressa a vitória da classe dominante no rearranjo político pós-ditadura empresarial-militar.

Assim como a Independência do Brasil em 1822, que manteve a lógica de produção e as relações sociais escravistas, ajustando apenas a estrutura política sem ameaçar a hegemonia da classe dominante nacional, mantendo seu sentido submisso e dependente.

Assegurando a via de desenvolvimento particular do capitalismo brasileiro a transição da ditadura empresarial-militar para o regime democrático aparta a população das tomadas de transição, implica num ajuste pelo alto para evitar um colapso político e econômico, assegurando também a alta concentração latifundiária, a superexploração da classe trabalhadora, assim como os exorbitantes lucros do capital financeiro extraído da exploração via endividamento dos pobres.

Desta maneira, o sentido da colonização se mantém por meio de uma modernização conservadora que atende aos interesses da burguesia nacional submissa e combinada ao capital internacional. As desigualdades se mantem e o povo brasileiro continua sofrendo com a miséria enquanto a burguesia queima seu lucro no consumo suntuário.

Sendo assim, as teses caiopradiana mantem a sua vitalidade não como um dogma, até mesmo porque são construídas a partir de um movimento de oposição à transposição de esquemas e interpretações, mas como chaves e pistas interpretativas da realidade brasileira por meio do entendimento da sua particularidade, compreendendo a sua dinâmica histórica específica que tende a manter seus traços como condição conservadora imbricada em sua gênese.

Portanto, a construção de uma alternativa a este modo de funcionamento da sociedade se mantém fundamental. A contribuição do presente trabalho visa este movimento de superação das atuais condições de vida da população brasileira. Por meio da interpretação da realidade sócio-histórica do Brasil procuramos oferecer ferramentas interpretativas para a luta das camadas populares, da juventude trabalhadora, dos trabalhadores Sem Terra e Sem Teto. Essa foi a luta da vida de Caio Prado Júnior que se manterá válida enquanto este modo de sociabilidade se mantiver.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. *Neoconservadorismo e liberalismo*. In GALLEGOS, E. S. *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7. reimp. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica*. G&DR, v. 4, n. 3 (número especial), p. 6-26, ago/2008.

BATTAHIN, Janaína Fernanda. *Caio Prado Júnior e a crítica à teoria econômica: uma análise de Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. 6ª Conferência Internacional de História Econômica & VIII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLOCH, MARC. *Apologia da História ou ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Editora Abril, 1984.

Burke, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; Vainfas Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CANDIDO, Antônio. *A Força Do Concreto*. In M. A. D'Incao (Org), *História E Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira; SANTOS, Inalda Maria dos. (Orgs.). *História e política da educação: teorias e práticas*. Maceió: Edufal, 2015.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. *O ensino de qualidade e cidadania nos parâmetros curriculares nacionais: simulacro de um discurso modernizador*. Maceió, Edufal, 2007.

CAVALCANTE, M. do Socorro Aguiar de Oliveira; MACHADO, Fabiano Duarte. “O rugido das ruas” em 15 de março de 2015, no Brasil: acontecimento, discurso e memória. *Organon*, Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 117-135, jul/dez. 2015.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira; MELO, Kátia Maria Silva de. *O discurso sobre a instrução pública em Alagoas: história, memória e processos de ressignificação*. In: CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira; SANTOS, Inalda Maria dos (Org.). *História e política da educação: Teorias e práticas*. Maceió: Edufal, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTÚSTRIAS. O que a CNI defende. *Portal da CNI*, 2019. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/reforma-da-previdencia/entenda/o-que-a-cni-defende/>>. Acesso em 10 de agosto de 2019

COUTINHO, Carlos Nelson. *Uma Via “Não-Clássica” Para O Capitalismo*. In M. A. D’Incao (Org), *História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã. *História econômica & história de empresas* vol. 17 no 1, 2014.

DIAS, Maria Odília. *Impasses Do Inorgânico*, In M. A D’Incao (Org), *História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

D’INCAO, Maria Ângela. Estrutura E Desigualdade. In M. A D’Incao (Org), *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DELGADO, Ignácio Godinho. *Intransigência, Falácia e Ilusão: a reação conservadora contra a previdência e a seguridade no Brasil*. [s. l.], [2019?].

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *A questão dos intelectuais em Gramsci*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

DUTRA, Eliane Regina de Freitas. Historiografia e História intelectual. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, 2015.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGELS, FRIEGRICH; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

FERNANDES, Florestan. A Visão Do Amigo. In M. A D’Incao (Org), *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Os Enigmas Do Círculo Vicioso. In Caio Prado Júnior. *História e Desenvolvimento*. Brasiliense, São Paulo, 1989.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; Vainfas Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. In. *Revista brasileira de economia*, vol. 4, nº 1, 1950.

FLORENCIO, Ana Gama et al. *Análise do Discurso: fundamentos e prática*. Maceió: Edufal, 2009.

GARCIA, Marco Aurélio. Um ajuste de contas com a tradição. In. M. A D’Incao (Org), *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GASPAROTO, Jayme Wanderley. *Militância*. In M. A D'incao (Org), *História e Ideal – Ensaaios Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GUILLERMO FOLADORI, GUSTAVO MELAZZI E RENATO KILPP São Paulo: Expressão Popular, 2016

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

G1. Exército diz que conteúdo de algumas questões motivou saída da Olimpíada Nacional de História na Unicamp, veja prova. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/05/16/exercito-diz-que-conteudo-de-algumas-questoes-motivou-saida-da-olimpiada-nacional-de-historia-na-unicamp-veja-prova.ghtml>>. Acesso em 07 de agosto de 2019.

HERBET, T. *Observações para uma teoria geral das ideologias*. RUA, 1(1), 63-89, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IANNI, OTÁVIO. *A Dialética Da História*. In M. A D'incao (Org), *História e Ideal – Ensaaios Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IASI, Mauro. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017.

_____. *Processo de consciência*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LENIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Airton Souza de. *Caio Prado Jr. E a polêmica “feudalismo-capitalismo”*: pela desconstrução de consensos. Aurora, ano II, número 3. 2008.

LIMONGI, Fernando P. *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Júnior e a Revista Brasiliense*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.2, nº5, 1987.

_____. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOWY, Michel. *Prefácio*. In. MARX; K.; ENGELS, F.. *Luta de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, Georg. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Prolegômenos para a ontologia do ser social: obras de Georg Lukács volume 13*, Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MACHADO, Fabiano Duarte. *Processos de (re)significação do signo ensino profissional: ecos da escravidão na Educação Profissional Tecnológica no Brasil*. Tese (doutorado em linguística). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018;

MACHADO, Fabiano Duarte; LIMA, Matheus Carlos Oliveira de. *História Econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência*. Maceió: Edufal, 2016.

MARTINEZ, Paulo H. *A Dinâmica de um Pensamento: Caio Prado Jr (1928-1935)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. *Posfácio*. In *Evolução Política do Brasil: e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEI, Lauro. *Dilemas do desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: Insolar, 2012.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.

MEDEIROS, Caciane Souza de. *Formação Ideológica: o conceito basilar e o avanço da teoria*. IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre, 2009.

MELO, Jairo Gonçalves. *A Questão da Ruptura na Historiografia Brasileira*. In: M. A D'Incao (Org), *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELO, Kátia Silva de. *Discurso, consenso e conflito: ressignificação da profissão docente no Brasil*. Maceió: Edufal, 2011.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, Istvan. *A teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Estrutura e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTEIRO, John M. *A dimensão histórica do latifúndio*. In: M. A D'INCAO (Org), *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989

MOURA, Golbery Luiz Lessa de. *A contribuição de cada uma das principais obras de Caio Prado Júnior para a interpretação do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2005.

MURAKAWA, Fábio; ARAÚJO, Carlos. Bolsonaro tira órgãos civis do conselho sobre drogas. *Valor Econômico*, 2019. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/6360593/bolsonaro-tira-orgaos-civis-de-conselho-sobre-drogas>>. Acesso em 07 de agosto de 2019.

NETO, Francisco Monticeli Valias. *APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E HISTORIOGRAFIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO*: a favor de uma agenda de pesquisa em HPE brasileira. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2018.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na História*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

NOVAIS, Fernando. *Entrevista In: Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Caio Prado na Historiografia Brasileira*. In M. A D’Incao (org), *História e Ideal – Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinando na história*. São Paulo: Sundermann, 2008.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Notas sobre a constituição do capitalismo na Rússia: da emancipação dos servos à grande indústria. *Revista de Economia Política*, Vol 4, nº1, 1984.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.

PENNA, Fernando. *O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”*. In: GALLEGO, E. S. *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PERICÁS, L. B.; LINCOLN SECCO. (Orgs.) *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior, uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PRADO JR.. Caio. *Esboço de fundamentos da política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

- _____. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- _____. *A Revolução Brasileira e a Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RICUPERO, Bernardo. *Posfácio*. In: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2000.
- SHANIN, Theodor. *Marx tardio e a via russa*. Expressão Popular: São Paulo, 2017.
- SCHARBÔTOLO, Eloísa Faria. Do econômico ao social. In: M. A D'INCAO (Org), *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. Sp: Brasiliense, 1989
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. *Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma*. Lua Nova, São Paulo, 82: 11-16, 2011.
- SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: Edufal, 2007.
- SZMRECSÁNYI, M. Irene. *Contribuição Ao Estudo Da Urbanização No Brasil*. In: M. A D'INCAO (Org), *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989
- TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Desfigurada*. São Paulo: Global editora, 1981.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída: O que é e para aonde vai a URSS*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.
- TROTSKY, Leon. *A teoria da revolução permanente, balanço e perspectivas e A revolução permanente*. São Paulo: Sudermman, 2011.
- TROTSKY, Leon. *As lições de outubro*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- TROTSKY, Leon. *Discurso al VII Pleno del Comité Ejecutivo de la Internacional Comunista in La lucha contra el socialismo en un solo país*. Buenos Aires: CEIP Leon Trotsky. Argentina.

TROTSKY, Leon. *El capitalismo y sus crisis*. Buenos Aires: CEIP Leon Trotsky, 2008.

TROTSKY, Leon. *El desarrollo desigual y combinado y el papel del imperialismo yanqui: Actas de una discusión in Escritos de Leon Trotsky: 1929- 1940*. Buenos Aires: CEIP Leon Trotsky. Argentina.

TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sudermman, 2011.

TROTSKY, Leon. *Escritos Latinoamericanos, 2*, ed. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones ‘Leon Trotsky’, 2000.

TROTSKY, Leon. *História da revolução russa*. São Paulo: Sudermman, 2007.

TROTSKY, Leon. *O imperialismo e a crise da economia mundial*. São Paulo: Sudermman, 2008.

TROTSKY, Leon. *Questões do Modo de vida e A moral deles e a nossa*. São Paulo: Sudermman, 2009.

TROTSKY, Leon. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Sudermman, 2011.

TROTSKY, Leon. *Stalin: o grande organizador de derrotas e A III Internacional depois de Lenin*. São Paulo: Sudermman, 2010.

TROTSKY, Leon. *Escritos de León Trotsky (1929-1940)*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones ‘León Trotsky’, 2000.

TROTSKY, Leon. *Naturaleza y dinámica del capitalismo y la economía de transición*. Buenos Aires: C.E. Investigaciones y Publicaciones ‘Leon Trotsky’, 1999.

TEIXEIRA, Aloísio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: Ipea, 2010.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. São Paulo. Expressão Popular, 2º Edição, 2011.

VAISMAN, Ester. *A ideologia e sua determinação ontológica*. Revista Ensaio, nº17/18, SP, Ensaio, 1989

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.

VIANA, Luiz Werneck. Entrevista. In. *Simpósio: Cinco questões sobre o pensamento social brasileiro*. Lua Nova, São Paulo, 82: 139-159, 2011.

VICENTE, Maximiliano Martin. *O Sentido do Colonialismo*. In: M. A D’Incao (org), *História e Ideal – Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. São Paulo: FGV, 2017.